

**ADRIANA MARIA DA SILVA COSTA**

**FATORES ECONÔMICOS E CULTURAIS DA SUCESSÃO NA  
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE O OESTE  
CATARINENSE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2010

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

C837f  
2010

Costa, Adriana Maria da Silva, 1976-  
Fatores econômicos e culturais da sucessão na agricultura  
familiar: um estudo sobre o Oeste Catarinense / Adriana  
Maria da Silva Costa. – Viçosa, MG, 2010.  
xix, 159f. : il. (algumas col.) ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Ana Louise de Carvalho Fiúza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 145-151

1. Agricultura familiar - Santa Catarina. 2. Agricultura  
familiar - Sucessão. 3. Agricultura familiar - Aspectos  
econômicos. I. Universidade Federal de Viçosa. II. Título.

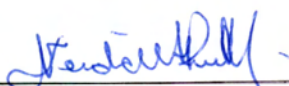
CDD 22.ed. 630.98164

**ADRIANA MARIA DA SILVA COSTA**

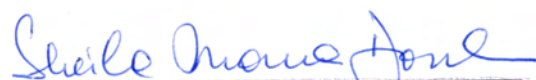
**FATORES ECONÔMICOS E CULTURAIS DA SUCESSÃO NA  
AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE O OESTE  
CATARINENSE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 29 de junho de 2010.



Profª. Neide Maria de Almeida Pinto  
(Coorientadora)



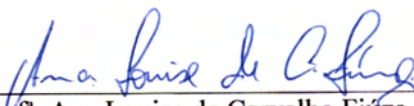
Profª. Sheila Maria Doula  
(Coorientadora)



Prof. José Ambrósio Ferreira Neto



Pesq. Janáina Marques de Miranda Lisboa



Profª. Ana Louise de Carvalho Fiúza  
(Orientadora)

## AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Ana Louise, que depositou toda confiança em mim e no tema do meu projeto, estando sempre presente me indicando a direção certa a seguir nos momentos em que me encontrava perdida. Obrigado pela paciência e sensibilidade em todos os momentos em que precisei, demonstrando que além de ótima educadora e pesquisadora é uma amiga de verdade e para todos os momentos.

Às professoras Sheila e Neide minhas coorientadoras, que aceitaram prontamente o convite e se mostraram dispostas a contribuir em todos os momentos do trabalho, dando apoio para que esse viesse a se concretizar.

Aos meus pais por terem agüentado firmes a distância e por me mostrarem em todos os momentos que passávamos juntos o grande amor e confiança que sentem por mim. Amo vocês!

A minha irmã, que mesmo distante esteve presente de coração torcendo por mim, e as minhas sobrinhas Taís, Maria Eduarda e Jaine, que mesmo sem compreender e aceitar minha ausência, foram meu incentivo nos momentos de tristeza.

Aos meus amigos de mestrado, que se transformaram em minha segunda família, principalmente Tiago, Rose, Juliana, Maria Helena e Laene, que compartilharam as horas boas e as difíceis durante o transcurso do programa, oferecendo um ombro amigo sempre que precisei, obrigado por tudo.

Ao grupo de pesquisa GERAR, que me auxiliou lendo e discutindo meu trabalho, principalmente a Yasmin, pelo número considerável de questionários tabulados.

Aos funcionários do DER, principalmente a Carminha, Helena, Leoni, Tedinha, Anízia Sr. Antônio e Brilhante, pela dedicação e profissionalismo com que sempre me trataram. Socorrendo-me nos momentos de angústia com materiais e documentos.

Aos professores do programa em especial ao professor Ambrósio, meu primeiro professor ainda como aluna especial, obrigado pela confiança, e ajuda, aos professores (as) Franklin, Nora, Norberto e France pelos ensinamentos.

De modo especial ao meu companheiro Valdir, pelo amor, carinho, cumplicidade e, principalmente por compreender com tolerância meus momentos de ausência e nervosismo, mostrando que tudo é possível só basta querer e confiar.

(...) a reforma das condições de vida do homem brasileiro do campo não deve ser baseado apenas em enunciados políticos, ou em investigações especializadas economicamente e agrônomicas; mas também no estudo da sua cultura e da sua sociabilidade. (Antonio Candido, 1977)

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>xiii</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>xvi</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA .....</b>	<b>xvii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>xviii</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>xix</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 A importância do tema da pesquisa.....	1
1.2 Identificação e delimitação da área de estudo .....	6
1.3 Método de coleta de dados.....	11
1.3.1 Definição da amostragem.....	12
1.3.2 Procedimento para análise de dados.....	14
1.3.3 Estruturação do trabalho.....	17
<b>CAPÍTULO 2 - AGRICULTORES FAMILIARES E AS INFLUÊNCIAS CULTURAS SOBRE A SUA CONFORMAÇÃO SOCIOPRODUTIVA: CABOCLOS, ALEMÃES E ITALIANOS NO OESTE CATARINENSE.....</b>	<b>18</b>
2.1 A trajetória de um conceito.....	18
2.2 A nova dinâmica reprodutiva da agricultura familiar em Santa Catarina.....	20
2.3 As metamorfoses dos modos de vida rurais no oeste catarinense.....	22
2.3.1 Práticas e costumes indígenas e caboclos.....	22
2.4 A agricultura familiar dos colonos europeus do oeste catarinense.....	25
2.5 A influência das agroindústrias para as possibilidades de reprodução da agricultura familiar.....	37

2.6 A pequena agroindústria familiar como alternativa de permanência no meio rural.....	42
2.7 Pluriatividade como alternativa de permanência no campo e de efetivar a sucessão nas unidades produtivas familiares.....	46
<b>CAPÍTULO 3 - A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....</b>	<b>51</b>
3.1 O debate sobre sucessão na agricultura familiar.....	51
3.1.1 A influência dos aspectos materiais associados à racionalidade técnico-econômica da sociedade capitalista sobre o processo sucessório da agricultura familiar.....	54
3.1.2 A influência dos valores culturais sobre o processo sucessório da agricultura familiar.....	55
3.1.3 A influência das questões de gênero sobre o processo sucessório da agricultura familiar.....	59
<b>CAPÍTULO 4 - A AGRICULTURA FAMILIAR E O PROCESSO SUCESSÓRIO NA MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.....</b>	<b>62</b>
4.1 O desenvolvimento histórico e econômico da Microrregião de São Miguel do Oeste – SC.....	62
4.2 Movimento populacional e econômico da Microrregião de São Miguel do Oeste – SC.....	64
4.3 Agricultores familiares participantes da pesquisa: quem são? O que almejam.....	69
4.3.1 A representatividade das atividades não – agrícolas e a dinâmica econômica das famílias.....	75
4.4 Jovens rurais hoje: e amanhã?.....	80
4.5 Fatores culturais ligados à sucessão.....	83
4.6 Considerações parciais.....	90
<b>CAPÍTULO 5 - O PROCESSO SUCESSÓRIO E A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NA MICRORREGIÃO DE ITAPIRANGA-SC.....</b>	<b>92</b>

5.1 Movimento populacional e econômico da microrregião.....	94
5.2 A agricultura familiar de Itapiranga.....	98
5.2.1 As atividades não-agrícolas e a dinâmica socioeconômica das famílias.....	102
5.3 O meio rural a partir da perspectiva dos jovens.....	104
5.4 A práticas veladas da Sucessão.....	107
<b>CAPÍTULO 6 - PARA ALÉM DAS INFLUENCIAS MACRO E MICROECONÔMICAS: o processo sucessório na agricultura familiar da Microrregião de Campo Erê – SC.....</b>	<b>111</b>
6.1 Desenvolvimento histórico administrativo da Microrregião.....	111
6.2 Movimento populacional e econômico da Microrregião.....	113
6.3 Conhecendo os agricultores familiares da Microrregião de Campo Erê.....	117
6.3.1 As atividades não – agrícolas e a dinâmica das famílias.....	122
6.4 Os jovens hoje: e amanhã?.....	126
6.5 A Sucessão.....	130
6.5.1 A percepção dos jovens do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), em relação ao processo sucessório.....	131
6.5.2 A desigualdade de gênero no direito a terra: aceitar ou migrar?.....	133
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>137</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>146</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>153</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01-	Mapa de identificação das Microrregiões de estudo.....	07
Figura 02 -	Permanência da cultura alemã e italiana nas microrregiões.....	11
Figura 03 -	Família produtora de leite e fumo do município de Campo Erê.....	14
Figura 04-	Família de Inácio Wolf ano de 1952.....	27
Figura 05-	Escola no interior no início da década de 1930.....	28
Figura 06-	Família comemora a festa de Kerb.....	29
Figura 07-	Pavimentação do centro das comunidades.....	30
Figura 08-	Meio de produção utilizado pelos agricultores.....	34
Figura 09-	Modernização nas propriedades dos integrados.....	38
Figura 10-	Agroindústria Seara Alimentos S/A de Itapiranga.....	40
Figura 11-	Propriedades com dificuldade de se inserir no mercado.....	41
Figura 12-	Produtos produzidos pelas agroindústrias familiares.....	43
Figura 13-	Aposentados que comercializam produtos na feira municipal.....	44
Figura 14-	Aspectos Históricos da colonização da Vila Oeste.....	63
Figura 15-	Aspectos relacionado a demografia populacional na Microrregião de São Miguel do Oeste.....	64
Figura 16-	Varição populacional total ocorrida nas décadas que compreende o estudo na microrregião de SMO.....	65
Figura 17-	PEA no decorrer das décadas levando em consideração a PEA Total, Urbana e Rural Microrregião SMO.....	66
Figura 18-	Estabelecimentos agropecuários existentes no meio rural no decorrer das décadas.....	67
Figura 19-	Desenvolvimento da infra-estrutura da Microrregião de São Miguel do Oeste no decorrer das décadas.....	68

Figura 20 – A ascensão ao catolicismo por parte dos imigrantes italianos.....	71
Figura 21 – A relação do total de filhos por casal nas famílias visitadas na Microrregião de SMO.....	72
Figura 22- Idade dos atuais gestores que participaram da pesquisa na Microrregião de SMO.....	73
Figura 23- Diversidade de produtos agropecuários na Microrregião de SMO..	75
Figura 24– A adesão ao trabalho não – agrícola nas propriedades estudadas na Microrregião de SMO.....	77
Figura 25- Investimentos realizados nas propriedades estudadas nos últimos cinco anos Microrregião de SMO.....	78
Figura 26– A relação de satisfação dos produtores em produção relação ao meio rural Microrregião de SMO.....	80
Figura 27- Perfil dos filhos residentes na propriedade que participaram da pesquisa na Microrregião de SMO.....	81
Figura 28– Melhorias necessárias no meio rural na visão dos jovens Microrregião de SMO.....	82
Figura 29– Motivos que levariam os jovens da Microrregião de SMO sair do meio rural e ir para cidade.....	83
Figura 30- As múltiplas formas de obtenção de terra pelo agricultor da Microrregião de SMO.....	84
Figura 31- Percepção dos filhos e filhas quanto à relação entre o direito à propriedade.....	87
Figura 32- Número de produtores na direção da propriedade, discriminado por sexo; e pessoal ocupado em nos estabelecimentos.....	88
Figura 33- Possibilidade das filhas virem a serem sucessoras nas propriedades da Microrregião de SMO.....	89
Figura 34- Registro fotográfico dos idealizadores da colonização de Porto Novo.	92

Figura 35- Registro fotográfico das embarcações utilizadas pelos colonizadores para chegar a Porto Novo (1926).....	93
Figura 36 - Registro fotográfico do preparo e transporte da madeira.....	94
Figura 37- Aspectos relacionado a demografia populacional na Microrregião de Itapiranga.....	95
Figura 38- Variação populacional total ocorrida nas décadas que compreende o estudo.....	95
Figura 39 - Estabelecimentos agropecuários existentes no meio rural no decorrer das décadas.....	96
Figura 40- PEA no decorrer das décadas levando em consideração a PEA Total, Urbana e Rural da Microrregião de Itapiranga-SC.....	97
Figura 41- A relação do total de filhos por casal nas famílias visitadas na microrregião de Itapiranga.....	99
Figura 42- Idade dos atuais gestores no momento da coleta de dados, que participaram da pesquisa indiferente do sexo.....	99
Figura 43- Diversidade de produtos agropecuários na Microrregião de Itapiranga, levantamento feito baseado nos três principais produtos produzidos nas propriedades visitadas.....	100
Figura 44- Rendimento mensal das famílias que participaram da pesquisa na microrregião de Itapiranga.....	101
Figura 45- Investimentos realizados nas propriedades nos últimos cinco anos. Foi dada a possibilidade de múltipla escolha nas respostas.....	102
Figura 46 – A adesão ao trabalho não - agrícola nas propriedades participantes da pesquisa na Microrregião de Itapiranga.....	103
Figura 47- A relação do percentual de satisfação dos produtores em relação ao meio rural, e a atividade desenvolvida.....	104
Figura 48. Perfil dos filhos residentes nas propriedades que participaram da pesquisa.....	104

Figura 49 - Melhorias necessárias no meio rural e nas propriedades segundo os filhos dos agricultores.....	105
Figura 50- Motivos que levariam os filhos que permanecem na propriedade a migrarem para o meio urbano.....	106
Figura 51- Formas de obtenção das terras adquiridas pelos atuais gestores.....	107
Figura 52- A primeira análise mostra o número de produtores na direção da propriedade, discriminado por sexo.....	110
Figura 53- Registro fotográfico do Marco histórico denominado Muro dos Indígenas localizado no Município de Campo Erê – SC.....	112
Figura 54- Variação populacional total ocorrida nas décadas que compõem o estudo na Microrregião de Campo Erê – SC .....	113
Figura 55- PEA no decorrer das décadas levando em consideração a PEA Total, Urbana e Rural, na Microrregião de Campo Erê – SC.....	114
Figura 56- Estabelecimentos agropecuários existentes no meio rural no decorrer das décadas, na Microrregião de Campo Erê-SC.....	114
Figura 57- Registro fotográfico do meio urbano dos municípios que compõem a Microrregião de Campo Erê.....	116
Figura 58- Registro fotográfico do Rodeio crioulo interestadual realizado no município de Campo Erê ano 2009.....	118
Figura 59- A relação do total de filhos por casal nas famílias visitadas na Microrregião de Campo Erê-SC.....	119
Figura 60- Idade dos gestores que participaram do trabalho na Microrregião de Campo Erê – SC.....	120
Figura 61- Diversidade de produtos agropecuários na Microrregião. Levantamento feito baseado nos três principais produtos produzidos nas propriedades visitadas na Microrregião de Campo Erê-SC.....	120
Figura 62- Registro fotográfico do Parque de exposição da FAIC realizada no ano de 2008, no município de Campo Erê.....	121

Figura 63- Rendimento mensal das famílias levando em consideração rendas advindas da produção agropecuária ORNAS e atividades não- agrícola realizadas fora da propriedade.....	123
Figura 64- Investimentos realizados nas propriedades visitadas na Microrregião de Campo Erê-SC.....	123
Figura 65- Registro fotográfico das atividades realizadas pela Epagri na Microrregião de Campo Erê-SC.....	125
Figura 66- Satisfação em relação à atividade desenvolvida e ao espaço de moradia na visão dos atuais gestores na Microrregião de Campo Erê-SC.....	125
Figura 67- Perfil dos jovens residentes nas propriedades, que participaram da pesquisa na Microrregião de Campo Erê-SC.....	126
Figura 68- Percepção dos jovens acerca dos motivos para a migração entre eles...127	
Figura 69- Melhorias necessárias no meio rural e nas propriedades na visão dos Jovens, na Microrregião de Campo Erê-SC.....	129
Figura 70– Jovens que participam do CAPA e responderam nosso questionário. 132	
Figura 71- Registro fotográfico das atividades desenvolvidas pelos membros do CAPA.....	132
Figura 72- Número de gestores e pessoal ocupado nas unidades produtivas familiares, discriminado por sexo segundo os dados do IBGE, NA Microrregião de Campo Erê-SC.....	134
Figura 73- Possibilidade das filhas se tornarem sucessoras na visão dos pais, que participaram da pesquisa na Microrregião de Campo Erê-SC.....	135
Figura 74 - População rural e urbana referente aos anos de 1970 e 2007 nas microrregiões de estudo.....	137
Figura 75- População rural e urbana referente aos anos de 1970 e 2007 nas microrregiões de estudo.....	138

Figura 76- PIB Industrial, Serviço e Agropecuário nos anos de 1970 e 2007 nas microrregiões de estudos..... 138

Figura 77 – Comparação do número de estabelecimentos Agropecuários nas microrregiões de estudo nos anos de 1970 e 2006..... 139

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01-	PIB Municipal da Microrregião de São Miguel do Oeste – SC.....	67
Tabela 02-	Perfil dos produtores que participaram do trabalho na Microrregião de SMO-SC.....	69
Tabela 03-	Tamanho das propriedades em hectares que compõem o trabalho na Microrregião de SMO – SC.....	73
Tabela 04-	Perfil dos membros que migraram das propriedades estudadas nos últimos anos na Microrregião de SMO-SC.....	74
Tabela 05-	Renda mensal das propriedades estudadas na Microrregião de SMO-SC.....	78
Tabela 06-	Comparativo dos atuais gestores que participaram da pesquisa em relação a atividades agrícola desenvolvida pelos seus pais nas propriedades, na microrregião de SMO-SC.....	79
Tabela 07-	Expectativa em relação ao grau de escolaridade dos jovens que participaram da pesquisa na Microrregião de SMO-SC.....	81
Tabela 08-	Formas de distribuição da herança ocorrida nas famílias dos atuais gestores da Microrregião de SMO-SC.....	85
Tabela 09-	Opinião dos agricultores e seus filhos sobre quem ficará na propriedade rural atualmente, na Microrregião de SMO-SC.....	86
Tabela 10 -	Aspectos relacionados a fatores econômicos no decorrer das décadas na microrregião.....	97
Tabela 11 -	Perfil dos produtores que participaram da pesquisa na microrregião de Itapiranga.....	98
Tabela 12-	Tamanho das propriedades em hectares visitadas na Microrregião de Itapiranga.....	98

Tabela 13: Formas de distribuição da herança ocorrida nas famílias dos atuais gestores.....	108
Tabela 14 – Opinião dos agricultores e seus filhos sobre quem ficará na propriedade rural atualmente.....	109
Tabela 15- Aspectos relacionados a fatores econômicos no decorrer das décadas na microrregião de Campo Erê-SC.....	115
Tabela 16- Tamanho das propriedades que participaram do trabalho na Microrregião de Campo Erê.....	117
Tabela 17- Perfil dos produtores que participaram do trabalho Microrregião de Campo Erê.....	117
Tabela 18 – A concepção nativa de jovens segundo a concepção dos jovens participantes da pesquisa.....	126
Tabela 19- Opinião dos atuais gestores acerca da saída dos seus filhos da propriedade, na Microrregião de Campo Erê-SC.....	129
Tabela 20- Opinião dos agricultores e seus filhos residentes na Microrregião de Campo Erê-SC, sobre quem ficará na propriedade rural.....	131
Tabela 21 - Tamanho das propriedades visitadas nas microrregiões de estudo.....	139
Tabela 22- Principais fonte de renda das famílias das microrregiões.....	140
Tabela 23- Renda das famílias visitadas nas microrregiões.....	140
Tabela 24- Número de filhos por família visitada nas microrregiões.....	141
Tabela 25- Idade dos atuais gestores que participaram da pesquisa nas microrregiões.....	141
Tabela 26- Formas de obtenção de terras segundo os atuais gestores das propriedades visitadas nas microrregiões.....	142

Tabela 27- Distribuição forma de distribuição da herança ocorrida nas famílias dos atuais gestores das microrregiões..... 142

Tabela 28- Perspectiva de quem ficará nas propriedades visitadas nas microrregiões, na visão dos pais e dos filhos que permanecem nas propriedades..... 143

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Apresentação da demografia populacional nas microrregiões de estudo.....	08
Quadro 02- A relação da descendência e credo religioso da população por município.....	09
Quadro 03- Dimensões da análise suas variáveis e indicadores.....	15
Quadro 04- Pesquisa que enumera fatores que externalizam as escolhas dos jovens a ficar ou abandonar as propriedades rurais paternas.....	58

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOSC	- Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina
CEDUP	- Centro de Educação Profissionalizante
CNM	- Conferência Nacional dos Municípios
CONTAG	- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
EPAGR	- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FIEP	- Federação das Indústrias do Estado do Paraná
IBAM	- Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEPA	- Instituto de Planejamento Em Economia Agrícola em Santa Catarina
IECLB	- Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INSS	- Instituto Nacional de Seguro Social
MMA	- Movimento das Mulheres Agricultoras
MST	- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
ORNAS	- Ocupações e Rendas Não Agrícolas
ONG	- Organização Não Governamental
PEA	- População Economicamente Ativa
PIB	- Produto Interno Bruto
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIM	- Sistema de Inspeção Municipal
SUP	- Sociedade União Popular
UNOESC	- Universidade do Oeste de Santa Catarina

## RESUMO

COSTA, Adriana Maria da Silva, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa. junho de 2010. **Fatores econômicos e culturais da sucessão na agricultura familiar: Um estudo sobre o Oeste Catarinense.** Orientadora: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Co-orientadoras: Neide Maria de Almeida Pinto e Sheila Maria Doula.

A agricultura familiar é responsável por grande parte do abastecimento alimentar, pela maioria da ocupação produtiva e por manter ativa grande parte das características culturais fundamentais do rural brasileiro. No entanto apesar, de sua expressividade na produção agrícola e capacidade de interação com outras atividades econômicas e sociais, a literatura vem apontando que os estabelecimentos familiares estão passando por um redirecionamento nas relações socioculturais e econômicas buscando sustentar um sucessor na propriedade. Neste contexto, o referido trabalho tem como objetivo analisar o processo de sucessão na agricultura familiar no Extremo Oeste Catarinense, tentando compreender o peso dos fatores socioculturais na saída ou na permanência do jovem no meio rural. Para tanto, realizamos pesquisa teórica e empírica, em três microrregiões no Oeste de Santa Catarina, que apresentam aspectos distintos no processo de colonização. Como fatores intervenientes aos processos sucessórios, a região, mantém traços socioculturais heterogêneos referentes, à religiosidade e descendência, principalmente entre os agricultores familiares, responsáveis pela colonização das microrregiões de estudo. Como resultados da pesquisa, encontramos nas famílias de agricultores fatores socioculturais internos a famílias de agricultores familiares como grandes responsáveis pela migração dos jovens do meio rural, principalmente ao que se refere ao poder patriarcal. A pesquisa evidenciou ainda que, a migração dos mais jovens é vista pelos atuais gestores, como meio de manter um filho na propriedade como sucessor, dando a este estabilidade econômica e condição de manter a propriedade produtiva e rentável.

## ABSTRACT

COSTA, Adriana Maria da Silva, M.SC., Universidade Federal de Viçosa. June, 2010.  
**Economic and cultural factors in succession of family farms: a study of The West of Santa Catarina.** Advisor: Ana Louise de Carvalho Fiúza. Co-advisors: Neide Maria de Almeida Pinto and Sheila Maria Doula.

Family farming is responsible for most of the food supply, the majority of productive employment and to keep active most of the key cultural characteristics of the Brazilian countryside. However in spite of its expressiveness in agricultural production and ability to interact with other social and economic activities, literature has also pointed out that family farms are going through a redirect in the sociocultural and economic relations and sought to sustain a successor in ownership. In this context, the study aims to examine the succession process in family farming in the Far West of Santa Catarina, trying to understand the weight of sociocultural factors on output or the permanence of the young in rural areas. We made theoretical and empirical research in three microregions in western Santa Catarina, which present different aspects in the process of colonization. As intervening factors to the processes of succession, the region remains heterogeneous socio-cultural traits related to the religiosity and offspring, especially among farmers, responsible for the colonization of the micro study. As the survey results, we find the families of farmers sociocultural factors internal to family farmers and large responsible for the migration of rural youth, mainly in relation to patriarchal power. The survey also showed that the migration of young people is seen by the current managers as a means of keeping a child in the property as his successor, giving the condition of economic stability and maintain the property productive and profitable.

# I. INTRODUÇÃO

## 1.1 - IMPORTÂNCIA DO TEMA DA PESQUISA

Esta dissertação aborda o tema da sucessão na agricultura familiar. Analisou-se, mais especificamente, o cenário sucessório na agricultura familiar de três microrregiões do Oeste de Santa Catarina: Campo-Erê, Itapiranga e São Miguel do Oeste. O estudo procurou verificar a influência dos fatores culturais sobre o processo sucessório contrapondo-os aos fatores econômicos. Procurou-se, nesta pesquisa, verificar se a opção por sair do meio rural era decorrente de fatores econômicos e estruturais, como a falta de trabalho, crédito e terra, ou se as normas e os valores típicos das sociedades tradicionais, como a de grande parte do meio rural brasileiro, estariam enfrentando a concorrência dos códigos e valores da modernidade, que apresentam aos jovens e às mulheres, duas das categorias mais alijadas de liberdade de escolha e de autonomia, estas prerrogativas, atraindo-os para o meio urbano.

Várias foram as razões que levaram a pesquisadora a se interessar por este tema, mas a principal delas está relacionada, sem dúvida, com a sua própria origem. Ter nascido e sido criada no meio rural desta região do Oeste de Santa Catarina, como filha de produtor rural, ofereceu, ainda, à pesquisadora a condição de, desde cedo, sentir as dificuldades relativas à condição de ser jovem e ser mulher dentro de uma cultura fortemente hierarquizada do ponto de vista geracional e de gênero. Além desta condição de pertencimento ao mundo rural e ao seu modo de vida, o fato de a pesquisadora ter estudado e trabalhado em Colégios Agrícolas, também a aproximou, de outra forma, deste tema, pois ela pôde perceber que os problemas por ela vividos na sua condição pessoal de filha de produtor familiar não eram apenas seus. Os jovens estudantes da Escola Agrotécnica, oriundos da agricultura familiar, apontavam conflitos semelhantes sobre o que fazer após a formatura: voltar à propriedade familiar ou trabalhar em empresas, em grandes fazendas, às vezes fora até mesmo do estado. Assim, o tema da sucessão emergiu no horizonte da pesquisadora alinhavando questões relativas à própria história com aquelas referentes à trajetória de vida dos jovens com os quais trabalhou nas Escolas Agrotécnicas.

Outro fator que justifica a escolha do tema para a realização desta pesquisa, está atrelada à representatividade da agricultura familiar na produção de alimento no Brasil, o que repercute na necessidade de futuros sucessores para a continuidade das mesmas.

Segundo o IBGE (2007), a atividade agrícola familiar é realizada por um contingente aproximado de quatro milhões e meio de agricultores, o que representa 85% dos produtores que residem no meio rural.

Mesmo com as dificuldades referentes ao acesso a terra, a possibilidade de se capitalizar, ao acesso à assistência técnica, além de outros entraves, a agricultura familiar ainda produz mais de 60% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, ocupando não mais que 30% da área total (IBGE, 2007). O valor bruto da produção da agricultura familiar corresponde a 38% da produção agropecuária. Das 17 milhões e 300 mil pessoas ocupadas na agricultura brasileira, 13 milhões e 800 mil, ou seja, 77% estão ocupadas na agricultura familiar (IBGE, 2007). Ou seja, trata-se de um segmento importante da economia brasileira, o que justifica entender a forma como vem se processando a sua reprodução.

Discorrendo, ainda, sobre a importância da agricultura familiar, só que mais detidamente em relação ao estado de Santa Catarina, pode-se afirmar que apesar de ele apresentar uma pequena área territorial, comparado com outros estados brasileiros (Amazônia, Para, Mato Grosso, Goiás), a agricultura familiar Catarinense tem significativa importância no índice de produção agrícola do país, destacando-se em 1º lugar na produção de maçã, 2º lugar na produção de fumo e cebola, além de apresentar significativa importância na produção de trigo, milho e soja. No setor pecuário, ocupa o 1º lugar na produção de suínos e 2º lugar na produção de aves. Em função desse cenário, pode-se afirmar que a agricultura familiar do Estado de Santa Catarina apresenta grande importância no setor agropecuário nacional e internacional (ICEPA<sup>1</sup>, 2005).

A região Oeste, foco do nosso estudo, apresenta um percentual significativo de produtores rurais de caráter familiar: há 75 mil unidades familiares segundo dados do IBGE (2000). 94,8% das propriedades têm entre 10 e 50 hectares e estão situadas em sua grande maioria em relevo acidentado e montanhoso. O Oeste de Santa Catarina apresenta uma área de, aproximadamente 25.215 Km<sup>2</sup> representando 26% da área do estado, com população de 1.077.901 habitantes, sendo que 43,73% residem no meio rural e são responsáveis, segundo Silvestro (2001), por mais da metade da produção de suínos, aves, milho e soja do estado. A agricultura familiar apresenta-se, ainda, no oeste

---

<sup>1</sup> Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA)

catarinense, como a grande responsável pelo crescimento econômico da região: 95 dos seus municípios produzem mais de 50% do valor da produção agrícola do estado.

Embora esses números demonstrem a grande importância desse grupo de produtores para a agricultura e para a economia nacional, a agricultura familiar da região apresenta, também, uma grande diversidade de cenários, no que se refere à situação econômica, ao acesso às políticas públicas, à utilização de tecnologias, aos sistemas produtivos, à inserção no mercado e à composição demográfica das famílias. Essa diversidade revela condições contraditórias, como ricos e pobres, integrados e excluídos, acentuando a diferenciação socioeconômica entre os agricultores: muitos não conseguem, de fato, assegurar mais a sua sobrevivência e a da sua família somente com as atividades agropecuárias e a prestação de serviços esporádicos no meio rural, migrando para o meio urbano. Segundo Plein (2003), os agricultores abandonam a produção de subsistência e integram-se, cada vez mais, ao mercado de trabalho, assalariando-se, principalmente, os mais jovens.

Esse cenário tem contribuído para o crescimento populacional do meio urbano: em 1940 78,47% da população catarinense residiam em áreas rurais, já em 1990 apenas 28,75% da população permanece em áreas rurais, de acordo com Lisboa (2003). Segundo estudo do IBAM<sup>2</sup> (1991) esta migração se dá motivada pela busca de emprego (40%), equipamentos sociais<sup>3</sup> (18%), comércio e serviços (15%), habitação (12%), e melhores condições de vida em geral, bem como melhor infra-estrutura urbana (9%). Contudo, a aproximação entre o meio urbano e rural advinda da melhoria do acesso a bens e serviços por parte dos moradores do meio rural, como o acesso à malha viária de melhor qualidade, a ampliação dos meios de transporte e dos meios de comunicação, a ampliação do fornecimento de energia elétrica etc., tem revelado que a decisão de migrar, principalmente, por parte dos jovens e das mulheres, guarda outras motivações, que não as relacionadas às questões econômicas.

Várias pesquisas, como as de Carneiro (2000), Stropassola (2002), têm demonstrado que os jovens, por exemplo, muitas vezes manifestam a intenção de ter acesso ao melhor dos dois mundos, o urbano e o rural, permanecendo no meio rural. Contudo, a estrutura familiar rural, de herança patriarcal, fortemente hierarquizada e centralizadora das decisões na figura paterna, limita as possibilidades de autonomia de decisão dos

---

<sup>2</sup> IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

<sup>3</sup> Equipamento Social está atrelado a ajudar a melhoria da qualidade de vida das comunidades (construção de creches, hospitais, institutos de ensino entre outros).

jovens, acabando por se constituir em um fator determinante para o seu desejo de sair da supremacia da família que limita a emersão do indivíduo na modernidade. 12% dos estabelecimentos familiares do Oeste de Santa Catarina são habitados por casais com mais de 41 anos e sem o registro da presença permanente de jovens em seu interior. Além destas unidades sem sucessores, outras 16% abrigam, ainda, apenas um filho (rapaz ou moça), que pode, inclusive vir, a sair. Segundo Badalotti, et al (2007), a diminuição no número de sucessores pode vir a se constituir em um grande problema, pois estas propriedades acabarão entrando no circuito da grande propriedade, reduzindo o número de empregos e o efeito economicamente multiplicador do trabalho.

Assim, compreender a dinâmica familiar neste novo contexto de valorização da supremacia do indivíduo na modernidade pode favorecer a formulação de políticas de intervenção, que aumentem a possibilidade de continuidade dos empreendimentos agrícolas familiares. A importância da transmissão do patrimônio familiar<sup>4</sup> se justifica, ainda, se considerarmos que a continuidade das atividades de uma unidade agrícola familiar, de uma geração a outra, pode ser uma alternativa profissional mais vantajosa econômica e socialmente para indivíduos que possuem qualificação educacional deficitária para concorrer no mercado de trabalho das grandes cidades. No Oeste Catarinense a preocupação com a diminuição do percentual de sucessores nas propriedades, vem se tornando objeto da intervenção de instituições públicas e privadas voltadas para as questões relativas ao desenvolvimento rural. Destaca-se entre estas a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO), a Federação da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF-SUL), a Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), além do Governo do Estado de Santa Catarina que implantou no ano de 2003 o processo de descentralização, com a constituição de 10 Secretarias de Desenvolvimento Regional. Essas ações, entre várias implantadas nesta região, vêm procurando construir novas estratégias regionais que beneficiem a agricultura familiar desses municípios e incentivem a permanência do jovem no meio rural.

Neste cenário repleto de agentes envolvidos na busca por amenizar o problema da diminuição no número de sucessores rurais e compreender, pois, as ações intra-

---

<sup>4</sup> A transmissão do patrimônio familiar trata da transferência dos bens dos pais para os filhos, especialmente a terra, através da herança conforme tratado por Spanevello, R. M. A situação das filhas na transmissão do patrimônio na agricultura familiar. Comunicação apresentada no **colóquio Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis de 25 a 28 de agosto de 2008.

familiares pode permitir a melhor compreensão por parte destas instituições que trabalham com desenvolvimento rural do processo de sucessão. Carneiro (2000) chama a atenção para a necessidade de evidenciarmos a família não somente como esfera econômica e produtiva, reduzindo-a, desta forma, a um grupo de trabalho. Tal perspectiva levaria a um reducionismo no sentido da nossa capacidade de captar as múltiplas racionalidades coexistentes no interior do universo familiar, capazes de melhor explicar o fenômeno estudado. Desta forma, quando buscamos entender o processo sucessório nas unidades familiares devemos ter o cuidado de adentrarmos as relações históricas e culturais dessas famílias, para entendermos suas estratégias sucessórias e sua dinâmica produtiva e econômica, considerando que os fatores culturais, e até mesmo subjetivos, interferem diretamente na trajetória de vida dos integrantes dessas unidades produtivas.

Neste sentido, torna-se de fundamental importância averiguar a questão cultural dentro do contexto familiar. Para entender a permanência ou a saída do jovem do meio rural é necessário buscar o significado das relações socioculturais no contexto em que se expressam e na sua relação com a totalidade que os envolve. Fortes (1974) ressalta que o processo de reprodução social inclui todos os mecanismos institucionais, bem como as atividades e as normas ditadas pelo costume, que servem para manter, suprir e transmitir o capital social de geração a geração. Para a autora o casamento, a herança e a sucessão são eventos do sistema interno, ou, mais especificamente, estão no domínio do grupo doméstico; porém, pertencem ao mesmo tempo, ao domínio externo, no qual o grupo doméstico integra-se na estrutura social total, em seus aspectos políticos, jurídicos e rituais. Daí a importância de estudos que analisem o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso a atividades agrícolas e não agrícolas, para jovens de ambos os sexos.

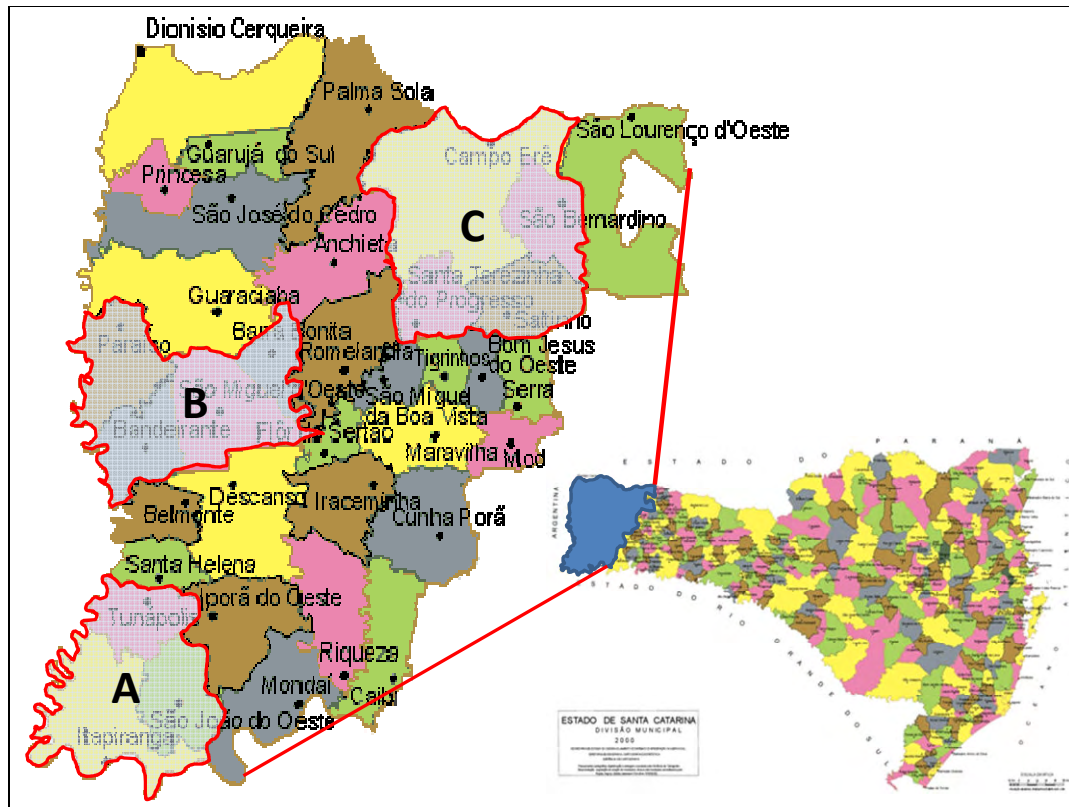
Assim, pelo cenário até então exposto, as questões que norteiam nossa pesquisa são: como as questões culturais e familiares influenciam na saída dos jovens do meio rural? Eles deixam o meio rural em prol da viabilização da capacidade reprodutiva da unidade de produção familiar, ou por motivos relacionados à rejeição aos costumes e da cultura? Ou seja, fatores tais como a centralidade do poder de decisão nas mãos do pai e a decorrente falta de autonomia dos jovens, inclusive econômica é que motivam a sua saída?

Dada à problemática anterior, levantamos a seguinte hipótese sobre a migração da população jovem do meio rural e conseqüentemente, a falta de sucessor nas propriedades oriundas da agricultura familiar: os fatores de expulsão dos jovens não estão relacionados apenas à atração advinda da cidade. Ou seja, o peso dos fatores culturais, mais especificamente, aqueles restritos ao âmbito da família, são fundamentais na decisão do sucessor em migrar.

Neste contexto acima mencionado é importante assinalar que o objetivo geral desta pesquisa se remete a: analisar o processo de sucessão na agricultura familiar no Extremo Oeste Catarinense tentando compreender o peso dos fatores culturais na saída ou na permanência do jovem no meio rural. Paralelamente, tivemos como objetivos específicos: identificar e inventariar as propriedades de agricultura familiar; analisar o peso das variáveis culturais nas organizações familiares e no processo de sucessão no meio rural; analisar a importância das variáveis culturais no processo sucessório na perspectiva dos jovens; contrastar o peso de variáveis econômicas e culturais no processo de sucessão.

## **1.2 - IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO**

O presente estudo se concentrou em três microrregiões, formadas por onze municípios do Oeste catarinense, as quais estão representadas na Figura 01. Vale ressaltar, que os dados foram agrupados em microrregiões uma vez que foi realizado o levantamento de dados ao longo de quatro décadas e alguns dos municípios do oeste catarinense se emanciparam. Assim, para obtermos um panorama o mais confiável possível, consideramos mais coerente agrupar os municípios em microrregiões e analisá-las conjuntamente.



**Figura 01-** a) Mapa de identificação das microrregiões de estudo. A) Microrregião de Itapiranga, B) Microrregião de São Miguel do Oeste, C) Microrregião de Campo Erê.

**Fonte -** <http://www.infoescola.com/mapas/mapa-politico-de-santa-catarina>.

A economia dessas microrregiões é basicamente sustentada pela agropecuária. Tem como principal fonte produtora, os agricultores familiares, que são responsáveis pelo desenvolvimento do setor primário, secundário e terciário da economia dos municípios, sendo que a suinocultura, a avicultura e a produção de grãos têm expressão em nível nacional e internacional. A importância econômica da produção agropecuária é comprovada pelos dados do PIB agropecuário apresentado pelo IBGE (2007). A microrregião de Itapiranga no ano de 2007 arrecadou R\$ 77.992,72, já o PIB agropecuário, na microrregião de São Miguel do Oeste deteve a arrecadação de R\$ 52.443. Ressaltamos que a microrregião de São Miguel do Oeste é maior tanto em termo de extensão territorial como, como em termos populacionais. No entanto, a microrregião apresentou o menor PIB agropecuário. Esses dados nos levam a concluir que se trata de uma microrregião que tem sua renda advinda na grande maioria das indústrias, agroindústrias e do comércio existentes no meio urbano. Esse cenário se contrapõe com a realidade da microrregião de Campo Erê, que, apesar de se ser a

menor microrregião em relação à extensão territorial e contingente populacional, apresentou o maior PIB agropecuário R\$ 79.935,41.

**Quadro1** - Apresentação da Demografia Populacional nas Microrregiões de Estudo

Características/ microrregiões	1 <sup>a</sup>	2 <sup>a</sup>	3 <sup>a</sup>
Municípios	Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis	São Miguel do Oeste, Bandeirantes, Barra Bonita e Paraiso	Campo Erê, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso e São Bernardino
População	25.908 habitantes	43.093 habitantes	19.359 habitantes
Densidade	44,90 hab/Km <sup>2</sup>	66.19 hab/Km <sup>2</sup>	20.73 hab/Km <sup>2</sup>

Fonte: IBGE, 2007.

Conforme mostra o quadro acima, a primeira microrregião<sup>5</sup> estudada é constituída pelos municípios de Itapiranga, São João do Oeste e Tunápolis. Segundo o último levantamento realizado pelo (IBGE) no ano de 2007, a microrregião conta com uma população de 25.908 habitantes e densidade populacional de 44,90 habitantes por Km<sup>2</sup>. A análise desses dados, a partir dos critérios desenvolvidos por Veiga (2002), a classificariam como uma microrregião rural<sup>6</sup>. A segunda microrregião estudada é formada pelos municípios de São Miguel do Oeste, Bandeirantes, Barra Bonita e Paraiso. É a maior das três microrregiões no tocante ao contingente populacional, com 43.093 hab/km<sup>2</sup> e densidade populacional de 66.19 hab/Km<sup>2</sup>. Ainda assim, mesmo sendo a maior entre as três, segundo Veiga (2002) pode ser considerada também como uma região tipicamente rural. Igualmente acontece com, a terceira microrregião constituída pelos municípios de Campo Erê, Saltinho, Santa Terezinha do Progresso e São Bernardino, apresenta um contingente populacional de 19.359 habitantes e uma densidade populacional de 20.73 habitantes por Km<sup>2</sup>.

Outro fator que chama atenção é o percentual considerável de agroindústrias que se instalaram nestas microrregiões, que trouxe influencias para o desenvolvimento socioeconômico da região. Em apenas algumas décadas construiu-se uma história de riqueza em que a região demarcou seu espaço no cenário econômico nacional e

<sup>5</sup> Vale ressaltar que o agrupamento desses municípios em microrregiões tornou-se necessário uma vez que pretendemos fazer um levantamento em décadas e alguns desses municípios foram emancipados de outros no decorrer dos anos, assim para obtermos um panorama o mais confiável possível, consideramos mais coerente agrupar os municípios em microrregiões e analisá-los conjuntamente.

<sup>6</sup> Segundo Veiga (2002: 97), “uma região essencialmente rural é aquela onde mais da metade da população vive em localidades com densidade menor inferior a 150 hab/km<sup>2</sup>. Uma região essencialmente urbana é aquela onde menos de 15% da população vive em localidades rurais. Já a região relativamente rural é aquela na qual entre 15% e 50% dos habitantes vivem em comunidades rurais.

internacional, notadamente através da agropecuária e da agroindústria (Testa et al., 1996). O sistema de integração entre as agroindústrias e a agricultura familiar foi se intensificando no decorrer das décadas, contribuindo para a aproximação entre o meio urbano e rural no oeste catarinense.

As culturas tiveram influências significativas na organização e estruturação das famílias. A língua e a cultura religiosa se constituíram em importantes fatores de coesão social interna para esses agricultores do oeste catarinense. Ainda hoje as pessoas buscam a manutenção da língua alemã e italiana, bem como fortalecer a solidariedade entre vizinhos, amigos e parentes pertencentes a um mesmo grupo de descendentes desses imigrantes. No nosso trabalho de campo, por exemplo, na microrregião de Itapiranga, encontramos famílias onde, sobretudo em relação aos mais idosos, preponderava o idioma alemão. Já na microrregião de São Miguel do Oeste, também com predominância entre os mais idosos, sobressaía o idioma italiano. Além disso, essas influências culturais podem estar associadas, inclusive, nas práticas de empréstimos de maquinários de trabalho entre os vizinhos.

**Quadro 2-** A relação da descendência e credo religioso da população por município

MUNICIPIOS	DESCENDÊNCIA	RELIGIÃO
<b>MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE</b>		
São Miguel do Oeste	Alemães (30%), Italianos(62%), Caboclos (8%)	Católica, Protestante evangélica.
Paraíso	Italianos, alemães e caboclos	Católica, Protestante clássica
Bandeirante	Ítalo-germânico (88%)	Católica, Protestante clássica
Barra Bonita	Italianos (maioria)	Católica, Protestante Evangélica
<b>MICRORREGIÃO DE ITAPIRANGA</b>		
Itapiranga	Alemães (89%), brasileiros (7,5%), caboclos (3%), italianos (0,5%)	Católica (maioria)
São João do Oeste	Alemães (98%)	Católica (maioria)
Tunápolis	Alemães 96%	Católica (maioria)
<b>MICRORREGIÃO DE CAMPO ERÊ</b>		
Campo Erê	Italianos (58%), (42%) caboclos brasileiros	
Santa Terezinha do Progresso	Italianos, caboclo	Católica, Protestante Evangélica
Saltinho	Alemães, Italianos, caboclo	Católica, Protestante Evangélica
São Bernardino	Alemães, Italianos, caboclo	Católica, Protestante Evangélica

**Fonte:** Plano Básico de Desenvolvimento Econômico e Ecológico/AMEOSC/1998 e Planos Plurianuais Municipais da Assistência Social (2002-2005). Vale ressaltar que, em muitos casos, não foram apresentados os percentuais das categorias que mais sobressaem nos municípios

Apresentamos no quadro acima, varias descendências que compõem as populações residentes nas microrregiões de estudo. Porém, se faz necessário identifica-lás para uma melhor compreensão do nosso trabalho. Algumas são categorias nativas e merecem ser evidenciadas seguindo os conceitos atribuídos às mesmas, baseado na cultura local. O “caboclo” é reconhecido como o fruto do cruzamento entre os índios que viviam nesta região com os brancos europeus e portugueses. Entretanto, deve-se fazer uma ressalva quanto aos descendentes caboclos, sendo que, após a entrada dos alemães e italianos os descendentes caboclos passaram a sofrer discriminações principalmente relacionadas à sua cor e índole moral. Como aponta Alvim (1997) se estabeleceu uma relação difícil entre os europeus e os caboclos. Mesmos os europeus precisando se servir dos conhecimentos dos caboclos, sobretudo nos primeiros tempos, não hesitavam em menosprezá-los, eles não tinham para com os caboclos uma relação de igualdade, sempre se julgavam superiores. Assim, em muitos casos os descendentes de “caboclos” se identificam atualmente como “brasileiro” e não como caboclos quando questionados sobre sua descendência. Percebe-se, neste caso, que o “caboclo” e “brasileiro” não apresentam diferenças em relação à sua descendência. O que prevalece, no entanto, é um processo de discriminação em relação aos caboclos, considerados, em muitos momentos, no decorrer da história das microrregiões como povo preguiçoso e atrasado.

Já a categoria “italo – germânico” faz referência a descendentes italianos (italo) que migraram para o Brasil, no final da Primeira Guerra Mundial da região de Trento na Itália. O mesmo ocorreu com os germânicos, descendentes de migrantes da região Austríaca de Tirol, que também migraram em razão das duras condições de vida na Europa, na pós-primeira guerra mundial. Em ambas as situações, os migrantes “italo-germânicos” geralmente eram agricultores familiares, que devido às dificuldades na sua terra de origem decidiam migrar para o Brasil. O Brasil facilitava essa migração com o intuito de obter pessoal para ocupação do Sul do Brasil, usando como atrativo promessa de terra e fartura. Assim, a caracterização italo-germânico está referenciada à região de origem da população.

Vale ressaltar, que a continuidade dos costumes e da cultura típica da região de origem, na Europa, está ainda muito presente na vida das pessoas, principalmente as de origem alemã. Permanece a preocupação de cultivar essa cultura e seus costumes. Isso se evidencia na forte presença de crianças e jovens nos desfiles e apresentação de danças típicas, ocasiões em que são dadas ênfases às vestimentas e instrumentos típicos (Figura, 02) características de cada grupo étnico.

Neste contexto, concordamos com Geertz (1989) quando ele destaca que a cultura é pública porque é compartilhada e coletiva. Nos momentos coletivos de festas e celebrações, a cultura é espetacularizada, os valores morais e estéticos são reforçados, por isso as festas têm uma função pedagógica, de socialização, principalmente, em relação aos jovens e crianças.



**Figura 02** – Registro fotográfico de apresentações típicas alemãs e italianas, nas microrregiões de Itapiranga e São Miguel do Oeste – SC (2008)

Fonte - Disponíveis no site: <http://images.google.com.br/imgres>

### 1.3 - MÉTODO DE COLETA DE DADOS

A presente pesquisa teve caráter descritivo. Decidimos optar pela mesma, uma vez que o objetivo deste estudo foi o de analisar a influência dos valores culturais sobre o processo sucessório na agricultura familiar do oeste de Santa Catarina. Inicialmente, realizamos uma pesquisa documental em livros e revistas, a fim de identificar e descrever a influência da colonização Italiana e Alemã sobre o processo de

desenvolvimento das referidas microrregiões do oeste catarinense. Em um segundo momento, nosso trabalho teve um cunho quantitativo. Buscamos indicadores socioeconômicos relativos ao desenvolvimento do oeste catarinense. Foram coletados dados secundários relacionados às décadas de 1970, 1980, 1990, 2000 ao ano de 2007 referentes aos fatores demográficos, econômicos e sociais das microrregiões de estudo.

Os dados foram obtidos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de caracterizar o contingente populacional existente nos meios rural e urbano nas microrregiões, mediante a associação de variáveis de caráter econômico, social e cultural. Buscamos perceber a forma como essas variáveis poderiam interferir na dinâmica das famílias oriundas da agricultura familiar, bem como no processo sucessório dessas propriedades. Vale ressaltar que, em termos demográficos, os municípios foram classificados em três níveis: municípios pequenos, aqueles considerados como tendo até 15.000 habitantes, os médios entre 15.000 e 100.000 habitantes e os grandes, como aqueles com mais de 100.000 habitantes<sup>7</sup>. Num terceiro momento, durante três meses passamos a aplicar questionários, realizar entrevista e fazer observações, junto aos agricultores familiares e às instituições que trabalha com extensão rural e dão assessoria técnica às famílias residentes nas microrregiões de estudo.

### **1.3.1 - Definição da amostragem**

Para esse trabalho foram aplicados 300 questionários com os gestores das propriedades rurais, e 300 questionários com filhos que viviam ainda na propriedade e poderiam se constituir em potenciais sucessores na gestão da propriedade. O questionário aplicado teve um caráter semi-estruturado, com respostas abertas e fechadas (Anexo). Para definirmos o total de questionários a serem aplicados utilizamos a fórmula estatística apresentada por Triola (2005).

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{e^2 (N-1) + \sigma^2 p \cdot q}$$

onde:

n = Tamanho da amostra.

---

<sup>7</sup> Nomenclatura obtida a partir do artigo: Observatório do desenvolvimento regional disponível em: [www.furb.br/observatorio](http://www.furb.br/observatorio).

$\sigma^2$  = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão.

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica.

q = Percentagem complementar (100-p).

N = Tamanho da população.

$e^2$  = Erro máximo permitido

Além dos questionários, realizamos também entrevistas com os responsáveis pelas instituições públicas que trabalhavam com projetos de extensão rural junto aos agricultores familiares. Entrevistamos prefeitos, secretários da agricultura, técnicos da EPAGRI e do Projeto de Micro Bacias das microrregiões, com um total de 16 entrevistas. Os questionários e entrevistas permitiram obter informações relacionadas às mudanças ocorridas no processo sucessório na visão dos próprios agricultores familiares e das entidades com eles envolvidas. Foram levantadas informações sobre: a) composição da família ao longo do tempo; b) forma de aquisição da propriedade onde foi realizada a entrevista, esmiuçando a forma como se deu a passagem da propriedade de uma geração a outra; c) mudanças na família e na comunidade ao longo do tempo; d) impressões relativas aos fatores que influenciam no processo sucessório; e) existência de programas de incentivo à sucessão familiar.

Na realização das entrevistas e aplicação de questionários a pesquisadora foi recebida com cordialidade e atenção pelos respondentes, tendo sido convidada a conhecer a propriedade, a tomar lanche, chimarrão e, até mesmo, pernoitar, quando da dificuldade de retorno à cidade. Além disso, as instituições públicas envolvidas na pesquisa se colocaram à disposição da pesquisadora, tanto na busca de levantar informações, como no transporte e na participação de eventos. Isso demonstrou a grande receptividade e valorização do trabalho, o que motivou a pesquisadora ainda mais a desenvolver a pesquisa. Neste momento da pesquisa foi utilizada uma caderneta para anotação, uma máquina fotográfica e um gravador. A grande maioria das pessoas entrevistadas pareceu se sentir valorizada em relação ao registro das fotos. Esse fato permitiu que a pesquisadora fizesse esse registro e que esse fosse um momento descontraído da pesquisa como mostra a figura 03. A figura ainda retrata a realidade do trabalho diário das famílias, que entre as atividades mantém costumes típicos da região como tomar chimarrão.



**Figura 03** - Registro fotográfico de uma família produtora de leite e fumo do município de Campo Erê

**Fonte** - Acervo da autora: ano 2009

Além das visitas às propriedades, a pesquisadora foi convidada por um grupo de produtores rurais responsáveis pela feira municipal do município de Itapiranga a participar das suas atividades no período de funcionamento da mesma. Nesta ocasião, foi possível acompanhar e participar desde a fabricação de alguns produtos na propriedade, ajudar na composição das bancas e na comercialização desses. Ainda, houve a ocasião em que participei de um encontro do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor). Vale ressaltar que esse estudo foi transversal, tendo duração de três meses, período em que a pesquisadora ficou em constante convivência com as comunidades e órgãos públicos que atuam no dia-a-dia do agricultor familiar região.

### **1.3.2 - Procedimento para análise dos dados**

Na análise dos dados secundários buscamos mostrar a alteração de 16 variáveis socioeconômicas presentes nos censos demográficos das décadas de 70-80-90 e 2000 (até 2007).

**Quadro 03** - Dimensões da análise, suas variáveis e indicadores utilizados no trabalho

<b>DADOS SECUNDÁRIOS</b>		
<b>Dimensão de Análise</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Indicadores</b>
Dimensão Demográfica	Variação populacional no decorrer das décadas nas microrregiões	<ul style="list-style-type: none"> <li>• População rural</li> <li>• População urbana</li> <li>• População feminina rural</li> <li>• População masculina rural</li> <li>• População feminina urbana</li> <li>• População masculina urbana</li> <li>• População Economicamente ativa</li> </ul>
Dimensão Materiais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produto interno Bruto das microrregiões</li> <li>• Estrutura Fundiária das Unidades Produtivas Familiares (UPF) das microrregiões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PIB da Microrregião</li> <li>• PIB Agropecuário</li> <li>• Percentual do PIB</li> <li>• Renda Per capita</li> <li>• Propriedade da terra (compra, herança)</li> <li>• Número de Estabelecimentos de agricultores familiares</li> <li>• Percentual de propriedades com (ORNAS, pluriativas)</li> </ul>
Representação Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação no processo de trabalho da agricultura familiar (homem e mulher) nas UPFs das microrregiões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percentual de Mulheres e homens desenvolvendo atividade na propriedade</li> <li>• Taxa de mulheres e homens na gerencia da propriedade</li> </ul>
<b>DADOS PRIMÁRIOS</b>		
<b>Dimensão de Análise</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Indicadores</b>
Perfil dos gestores	Pessoais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sexo</li> <li>• Idade</li> </ul>
Representações Sociais	Familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado Civil</li> <li>• Descendência</li> <li>• Região de origem do gestor</li> <li>• Número de filhos por família</li> </ul>
	Satisfação do produtor em relação a:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtividade agrícola</li> <li>• Residência no meio rural</li> </ul>
Perfil dos Jovens	Pessoais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sexo, idade, escolaridade</li> </ul>
	Satisfação dos filhos em relação:	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Residência no meio rural</li> <li>• Trabalho na atividade</li> <li>• Melhorias socioeconômicas necessárias no meio rural na visão dos jovens</li> </ul>
	Aspectos que levam a migração dos filhos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Socioculturais</li> <li>• Econômicos</li> <li>• Influencia de ambientes externos (comparação rural/urbano)</li> <li>• Influencia intra-familiar (poder patriarcal, desigualdade de gênero, falta de oportunidades)</li> <li>• A visão dos filhos sobre a</li> </ul>

	Sucessão familiar	<p>vida e profissão dos pais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Divisão da herança</li> <li>• Escolha do futuro sucessor</li> <li>• Questão de gênero</li> </ul>
Dimensão Materiais	Estrutura Fundiária da UPF	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tamanho da propriedade</li> <li>• Produtos agropecuários fabricados</li> <li>• Renda familiar</li> <li>• Dimensão da atividade Não-agrícola</li> <li>• Motivador para a adesão as atividades não – agrícolas</li> <li>• Investimentos realizados nos últimos cinco anos nas propriedades</li> </ul>

**Fonte:** Quadro construído pela autora, com as variáveis levantadas no trabalho, 2009

A partir dos dados buscamos identificar as mudanças no meio rural das microrregiões estudadas no oeste catarinense e compreender os fatores que incidiram no processo de migração nestas microrregiões, e as implicações dessa migração no número de sucessores na agricultura familiar. Analisou-se, também, as representações sociais e os elementos que compõem a estrutura motivacional dos atuais gestores e jovens agricultores familiares. O material primordial para essa etapa da análise foi o referencial teórico já existente sobre o tema, relacionado aos valores, crenças, hábitos e representações sociais presentes entre agricultores familiares da região de estudo, como de outros lugares. Com isso, buscou-se entender as particularidades das tomadas de decisões individuais e coletivas dos agricultores familiares e dos filhos que permaneceram na unidade produtiva familiar, em relação ao processo sucessório.

Para a aplicação dos questionários utilizou-se as indicações dos informantes locais, utilizando-se a rede de relacionamento dos entrevistados para compor o universo de dados coletados. Vale ressaltar que todos os dados, tanto secundários como primários, foram examinados com o auxílio do Excel e do *Software SPSS (Statistics Package for Social Sciences)*.

Para além das análises estatísticas, as observações participantes relativas ao convívio com o local e a propriedade constituíram-se em dado extremamente relevantes para o trabalho. No período da aplicação dos questionários e das entrevistas, a pesquisadora pode realizar caminhadas, percorrendo a pé o trajeto entre as propriedades. Esses momentos lhe possibilitaram observar a paisagem, as distâncias e os ritmos de deslocamentos temporais e espaciais vividos pelos agricultores, e as marcas da ação antrópica deixadas sobre a paisagem. As construções refletiam a permanência de uma cultura específica, que

deixava as marcas de sua adequação a uma nova realidade combinando formas de intervenções na natureza antigas e recentes, incorporadas ao modo de vida das pessoas. Como observa Achim Schrader (2002: 120), “O pedestre sociológico deve estar consciente do fato de que cada centímetro quadrado do terreno sobre o qual ele se movimenta está sujeito a um regulamento social”, o qual a pesquisadora pode interiorizar ao longo de sua trajetória em campo.

### **1.3.3 - Estruturação do trabalho**

Esta dissertação foi estruturada em sete sub-divisões: uma introdução, cinco capítulos onde apresenta-se o referencial teórico, os dados empíricos referentes à pesquisa, suas análises e, por último, as considerações finais. No primeiro capítulo, discute-se a trajetória do conceito de agricultor familiar, desde a concepção de camponês, passando pela de pequeno agricultor e, por fim, ao conceito de agricultor familiar. Ainda no primeiro capítulo, apresenta-se a forma como as influências culturais impactam as atuais estratégias de reprodução social dos agricultores familiares. Através de uma perspectiva histórica, reconstituiu-se o processo de fixação dos agricultores familiares de descendência alemã, italiana e os de origem crioula. Neste caso, é considerado de origem Crioula as pessoas nascidas no Rio Grande do Sul e que faziam viagens montados a cavalos que por sua vez era da raça crioula. Assim, o homem passou a ser identificado pela raça do animal de montaria. Entretanto, a descendência desse montador que era cabocla, ganha mais uma designação referente à caracterização de sua descendência e que se refere ao mestiço de índio e europeu. No segundo capítulo, a aproximação teórica se dá em torno do conceito de sucessão na agricultura familiar. No terceiro, quarto e quinto capítulo desta dissertação, apresentou-se os dados empíricos relativos às três microrregiões pesquisadas, tendo em vista compreender as trajetórias das famílias de agricultores do oeste catarinense, que permanecem na propriedade.

## **CAPÍTULO 2 - AGRICULTORES FAMILIARES E AS INFLUÊNCIAS CULTURAIS SOBRE A SUA CONFORMAÇÃO SOCIOPRODUTIVA: CABOCLOS, ALEMÃES E ITALIANOS NO OESTE CATARINENSE.**

### **2.1 - A TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO**

Além de um meio de vida ligado à produção, ao consumo e a possibilidade de obtenção de renda, a agricultura familiar pode ser caracterizada, também, como um modo de vida, pois envolve um conjunto de relações socioeconômicas, ambientais e culturais próprias (Abramovay, 1992). O termo *agricultura familiar* no meio político e acadêmico ganhou visibilidade a partir dos anos 90, acompanhando as questões envolvendo os movimentos sociais e as transformações técnico-produtivas relacionadas às preocupações ambientais. Trata-se, no entanto, de uma nova nomenclatura relativa a um antigo objeto de estudo. Conforme apurou Porto e Siqueira (1994), no período de 1950 a 1970, nos estudos sobre o campo brasileiro falava-se em *campesinato* como um conceito síntese, que dava unidade a uma grande diversidade de relações de trabalho e formas de acesso a terra, tais como parceria, arrendamento, pequena propriedade e morada. Essas várias denominações traziam como traços característicos, uma autonomia relativa face à sociedade global e o grupo doméstico como base da estrutura socioproductiva.

No entanto, a partir dos anos 70, começa a se vivenciar mudanças relativamente significativas no meio rural e o termo utilizado para discutir a situação dos produtores de baixa renda, passa a ser *pequena produção*<sup>8</sup>. Começa-se, ainda, timidamente, neste período, a se discutir a questão da exclusão dessa categoria de produtores rurais, que tinha no autoconsumo<sup>9</sup> a sua base de produção, bem como a se destacar a sua importância para o meio rural e, inclusive, para o desenvolvimento das regiões urbanas e para a manutenção das indústrias. A partir dos anos 90, então, na esteira das reivindicações e manifestações políticas dos movimentos sociais e das preocupações

---

<sup>8</sup> Conforme Carvalho (2009), considera-se pequena produção aquela cuja renda esteja abaixo de R\$ 80 mil/ano, e cujos participantes do processo produtivo são, via de regra, em sua maioria membros da família.

<sup>9</sup> A produção para autoconsumo compreende todo o tipo de produção, bens, ferramentas de trabalho ou outros produtos que são gerados no interior da unidade familiar e utilizados pelos seus membros para suprir as suas necessidades (Gazolla: 2004; Schneider *et al*: 2005).

ambientais, adotou-se o termo *agricultura familiar* para designar ao conjunto destes pequenos produtores rurais. Segundo Schneider (2003),

No campo político, dois fatos contribuíram de forma significativa para sua afirmação: por um lado, a ação dos movimentos sociais no campo, especialmente aqueles ligados a Central Única dos Trabalhadores – CUT, no sentido de unificar o discurso em defesa dos interesses dos pequenos produtores rurais diante das dificuldades decorrentes da integração comercial e econômica, em curso na época, dos países que formam o Mercado Comum do Cone Sul - MERCOSUL. Por outro lado, a afirmação da expressão “agricultura familiar” no cenário social e político brasileiro é legitimada pelo Estado ao criar em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de prover crédito agrícola e dar apoio institucional aos agricultores familiares (SCHNEIDER 2003, p. 99-100).

Neste contexto, o termo agricultura familiar, passa a ser base de identificação para reivindicações e reconhecimento dos pequenos produtores rurais. Segundo Wanderley (1999) a concepção de agricultura familiar não é tão recente e tampouco substituiu a de campesinato.

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos econômicos, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY, 1999, p. 23)

Neste contexto, mesmo guardando proximidade com o campesinato, a agricultura familiar apresenta novas concepções que dão origem a formas de produção e comercialização diferenciadas daquelas referidas à comunidade camponesa, sendo que a agricultura familiar tem como pano de fundo o modelo capitalista que atua de forma significativa sobre a autonomia reprodutiva da unidade familiar agrícola, levando ao fortalecimento de uma agricultura mercantilizada. Também segundo Lamarche (1998, p.348), a agricultura “camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas”, afirmando que a agricultura familiar está mais integrada ao mercado que a do tipo camponesa. A agricultura familiar se constitui, portanto, em uma categoria diversificada internamente que pode ter seus membros pertencentes a classes sociais distintas de acordo com as condições de produção objetivas e com a integração ao mercado (Lamarche, 1993).

Neste sentido, vários autores buscam compreender e conceituar esse novo modo de reprodução das famílias que vivem em pequenas propriedades rurais e que

anteriormente eram denominadas como sociedade camponesa. Para Gasson e Errington (1993) a agricultura familiar é aquela em que a gestão é realizada pelos proprietários, os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco, o trabalho é basicamente realizado pela família, o capital pertence à família, o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família e os membros das famílias vivem na unidade produtiva. Para Carneiro (2000), é da relação entre parentesco e trabalho que resultam os princípios que orientam as relações sociais da agricultura familiar, sendo estes fundamentais para se apreender a lógica de atuação dos indivíduos, seja na unidade familiar, seja na de produção.

A noção de *unidade familiar de produção* tem sido tratada de forma ambígua ao se associar este tipo de estabelecimento à “pequena produção”, a “produção de baixa renda”, a “agricultura camponesa”, entre outros (Abramovay, 1992). A agricultura familiar, tal como se desenvolveu nos países capitalistas avançados, apresenta especificidades que a difere das formas sociais do passado das quais muitas vezes é originária, mas com as quais mantém laços cada vez mais tênues. Desta forma, o modo de produção e de vida das pessoas que vivem na agricultura familiar não deve ser visualizado isoladamente, como um setor desconectado da economia regional, nacional e mesmo global. A agricultura familiar está relacionada a um modo de produção social e econômica através do qual o produtor busca acesso a atividades estáveis, rentáveis e a alternativas econômicas que o integrem à economia local e regional, bem como ao mercado interno de produtos alimentares e a aqueles destinados à exportação sem, no entanto, deixar de buscar a segurança alimentar da família.

## **2.2. A NOVA DINÂMICA REPRODUTIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA CATARINA**

As sociedades rurais nas quais os agricultores familiares estão inseridos passam a integrar elementos do urbano sem, no entanto, deixarem de buscar afirmar a sua identidade. É, nesse sentido, que os agricultores familiares se inserem no espaço local, buscando reivindicar no seu cotidiano a valorização do seu modo de vida, da sua cultura e dos recursos naturais que necessitam para produzir, sendo valorizados, por acabar em decorrência disto, preservando as tradições culturais e os recursos ambientais para as gerações futuras.

Para o agricultor familiar, a propriedade da terra tem um significado que extrapola a noção de meio de produção, estando mais relacionada ao caráter patrimonial de

reprodução social<sup>10</sup> do grupo familiar (LAMARCHE, 1993). A noção de patrimônio diferencia a terra do meio de produção, pois além de conferir ao agricultor e à sua família a segurança da moradia e de obtenção da sua subsistência, lhe atribui também a identidade como grupo social garantindo o futuro de seus filhos. O significado que a terra toma, portanto, se constitui em um forte laço com a localidade, visto que para os agricultores familiares, são dos laços sociais de casamento, compadrio e vizinhança que nela se constroem que serão construídas as alianças para satisfazer as necessidades de sua família.

No entanto, os processos de transformação socioprodutiva implementados pela introdução de máquinas e insumos tem diminuído significativamente a demanda de mão-de-obra para execução das atividades nas propriedades. Esses processos, juntamente com outros fatores vinculados à atratividade que tem o estilo de vida urbano para o jovem, afetaram a dinâmica reprodutiva da agricultura familiar, por impulsioná-lo a buscar novas ocupações rurais e urbanas. Segundo Renk:

É neste contexto que o jovem não vê perspectivas de continuidade na agricultura e, se no período anterior à crise vivenciada a partir dos anos 70, o anseio de permanência e de continuidade mobilizava a todos os membros familiares, fazendo com que muitos jovens deserdados sentissem-se excluídos de sua condição camponesa, o período posterior é de dificuldade para o encontro de sucessores na reprodução social do campesinato (RENK, 2000, p. 45).

Neste cenário, o destino das unidades produtivas fica comprometido por falta de sucessores. Sem sucessor, a propriedade em muitos casos é vendida transformando-se em uma propriedade de monocultura agrícola, florestal ou pastagem perene (Romeiro, 1998). Para além do problema da queda no número de sucessores que está ocorrendo de forma acentuada em Santa Catarina, os estudos do Centro Nacional de Pesquisa da Agricultura Familiar (CEPAF), ligado à Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) vêm mostrando que a situação socioeconômica dos agricultores familiares da região é crítica: 42% estão descapitalizados, recebendo um valor agregado menor que um salário mínimo por mês por pessoa ocupada na família; 29% foram considerados em transição, recebendo um valor agregado por pessoa ocupada de um a três salários mínimos mensais (Silvestro *et al.*, 2001). Esta situação contrasta com o fato de que o parque agroindustrial da região se constitui em um forte

---

<sup>10</sup> Fortes (1974) define reprodução social como o processo de "manter, repor e transmitir o capital social de geração para geração", sendo o grupo doméstico seu mecanismo central, o qual tem simultaneamente uma dinâmica interna e um "movimento governado por suas relações com o campo externo" (apud, Badalotti, et al, 2007).

atrativo de mão-de-obra, sendo reconhecido como um dos mais importantes e bem estruturados do país.

Assim, a queda no número de propriedades agrícolas com sucessores, a menor remuneração das atividades agrícolas face às agroindústrias e a atratividade exercida pelo estilo de vida urbano, vêm afetando, sobremaneira, a agricultura familiar, não passando despercebida, especificamente, nas unidades familiares produtivas das microrregiões catarinenses. Essas unidades familiares produtivas serão apresentadas nos próximos tópicos quando buscaremos focar as mudanças trazidas com a consolidação dos Complexos Agroindustriais (CAIs), que impactaram não somente o cenário geográfico destas unidades, mas, também, a sua estruturação econômica.

## **2.3 - AS METAMORFOSES DOS MODOS DE VIDA RURAIS NO OESTE CATARINENSE**

### **2.3.1 - Práticas e costumes indígenas e caboclos**

Para entendermos as transformações socioculturais e econômicas ocorridas no meio rural do Oeste Catarinense, se faz necessário um breve panorama das duas descendências que tiveram o primeiro contato na região, para, posteriormente, levantarmos as mudanças trazidas pela entrada da colonização “branca” nas microrregiões estudadas. Em período anterior à colonização, nas cercanias do Rio Uruguai e nas áreas de planalto, viviam os indígenas do grupo *Kaigáng* e *Tupi Guarani*, com modo de vida nômade.

No entanto, a fertilidade do solo daquela região favoreceu a que grupos indígenas, como os Caingangues começassem a cultivar variedades para o seu sustento, como milho, feijão, batata-doce, mandioca e abóbora. Também mantinham a tradição de tecer a sua indumentária e construir abrigos mediante a utilização de fibras nativas, dentre as quais as extraídas de uma espécie de urtiga, de caraguatá (*Bromelia s.p*), taquara e palmeiras (Becker, 1995). As práticas utilizadas para o cultivo desses alimentos permaneceu como uma herança da cultura indígena, em grande parte desta região, sendo também exemplos de tais práticas as roçadas e queimadas seguidas de plantios subseqüentes (“coivara”). Segundo Jungblut (2000) com a ação dos madeireiros e o próprio processo de colonização da região, os indígenas perderam o seu espaço, e foram expulsos. Quando as empresas colonizadoras divulgavam a possibilidade de terras fartas e rentáveis na região oeste catarinense, uma das reivindicações dos migrantes,

vindos do RS, era que as terras estivessem “limpas” sem ninguém residindo nelas. No entanto, muitos de seus costumes permaneceram na população cabocla dessas regiões. A população cabocla do oeste catarinense era formada por luso-brasileiros, geralmente muito pobres e raramente proprietários das terras, que viviam da exploração de madeira, do tropeirismo e da exploração da erva mate. O modo de vida dessa população era rudimentar: viviam em pequenos ranchos, feitos de troncos de árvores e cobertos com capim ou tabuinhas. Cultivavam pequenas roças de subsistência e criavam animais soltos, mudando-se de um lugar para outro com frequência. (Bavaresco, 2003).

Esse modo de vida também foi analisado por Candido (1977), que utilizou o termo caboclo para identificar os mestiços de índio com branco. Entretanto para designar os aspectos culturais, usa o termo “caipira” que exprime o modo de ser, um tipo de vida e não um tipo racial. Os caipiras se dedicavam à fabricação de utensílios, na maior parte em casa. A indústria caseira era de açúcar, rapadura e água ardente (cachaça), que envolviam a utilização de aparelhos feitos pelo próprio caipira (moendas).

Já os caboclos da nossa região de estudo se identificam mais pela busca na mata das condições favoráveis para a sua sobrevivência, desenvolvendo atividades como a pesca, a coleta e algumas atividades agrícolas, utilizando-se de técnicas rudimentares herdadas da população tupi-guarani, como, por exemplo, o uso do fogo para “limpar” a lavoura, nomeada por estes de ‘coivara’ (ICEPA, 2003). Os excedentes da produção eram comercializado nas ‘bodegas’, pequenas casas comerciais, onde trocavam produtos agrícolas como o fumo, o milho, o feijão, a erva- mate, entre outros, por sal, bebidas, querosene, pólvora, instrumento de trabalho, etc.

A partir dos anos de 1920, a realidade dessa população começa a ser alterada, com a entrada da população “branca”: migrantes alemães e italianos oriundos, principalmente, do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar, que esses migrantes são descendentes da terceira e quarta geração de alemães e italianos que migraram para o Brasil a partir de 1824. Essas mudanças, no entanto, não provocaram grandes conflitos no Oeste Catarinense; segundo Jungblut (2000), os caboclos em muitos casos, ajudavam a derrubar a mata e demarcar as terras para os colonizadores, além de comercializar a caça e a pesca e erva-mate com os migrantes. Alvim (1997) ressalta que foi com os caboclos que os europeus aprenderam a técnica da queimada, que apesar de ser devastador, consistia na única forma de preparar rapidamente a terra para o plantio. Sendo que não dominar os

padrões nativos significava, muitas vezes, quase morrer de fome. Além disso, segundo Alvim (1997) os caboclos auxiliavam os imigrantes na construção de suas moradias, pois os europeus inicialmente não conheciam as madeiras nacionais. Mas essa ajuda não os impedia de ver o negro como inferior. Ainda segundo Jungblut (2000), os mesmos não ofereciam resistência por compreender que não tinham documento de posse da terra. Além disso, sentiam-se discriminados pelos novos migrantes, que possuíam outra cultura, outra língua, outras práticas religiosas, preferiram, assim, partir<sup>11</sup> para outras regiões, como Campo Erê, onde hoje ainda encontramos seus descendentes que carregam seus costumes e modo de vida.

A relevância da questão religiosa para os caboclos pode ser sentida ainda hoje na região de Campo Erê, através da manutenção de práticas e festas religiosas como a devoção ao Divino Espírito Santo e à sua Bandeira, o ritual dos batismos (em casa e na Igreja). Essas práticas reforçam os laços de compadrio, fortalecendo a solidariedade e a coesão social do grupo. Parte dessas práticas pode ser vista através dos mutirões, troca de dia de serviço, que ainda hoje utilizados pelos agricultores familiares descendentes de caboclos para a realização de trabalho em conjunto na roça de um morador. O mutirão institucionaliza o auxílio mútuo e a reunião dos moradores de toda uma vizinhança para a execução de tarefas mais pesadas. Sendo uma forma de associação para o trabalho, e, também, uma oportunidade de lazer festivo, como chama a atenção Ribeiro (1995).

Outro fator que chama a atenção quando mencionamos a cultura cabocla refere-se à crença nas ervas e nos benzimentos. O conhecimento do poder curativo das ervas e do benzimento tinha e tem ainda hoje grande importância para essa população, sendo que no passado era a única forma de cura de doenças, pois era difícil o acesso aos cuidados médicos. Essa dificuldade ao acesso médico era muito evidenciada na hora do nascimento de uma criança, entrando aí o papel das parteiras, que geralmente, eram mulheres de idade mais avançada, consideradas mais experientes.

Todos estes costumes e modo de vida caboclo presentes no meio rural do oeste catarinense sofreram, no entanto, transformações com a entrada dos colonos alemães e italianos. Segundo Lisboa (2003), os caboclos foram “*afugentados de onde viviam como posseiros, numa operação de limpeza da área*” para que as terras fossem vendidas aos colonos europeus sem intrusos, o que garantiria melhores preços de

---

<sup>11</sup> Muitos caboclos migraram para região de Campo Erê onde trabalham na exploração da madeira. Isso justifica ainda hoje a presença da sua origem e costumes nesta microrregião.

comercialização. Para Jungblut (2000), a condição de ocupante de terras não legalizadas dos caboclos, bem como o seu sistema itinerante de cultivar o solo, que não tinha preocupação em economizar e em investir em terras, não mais se encaixava no novo modelo capitalista que se instalava, com a vinda dos colonos europeus. Esses mantiveram um modelo de exploração agrícola de base familiar, mas conectado à lógica capitalista de produção de alimentos.

Entretanto, os descendentes de caboclos apesar de percentuais pequenos, ainda permanecem nas microrregiões de São Miguel do Oeste e Itapiranga. O mesmo acontece com os povos indígenas que visitam a microrregião de Itapiranga, com a finalidade de comercializar o material confeccionado pelos mesmos entre estes (balaies, peneiras e flechas). A presença dos indígenas no decorrer de várias décadas, ainda é marcada na região, pois constantemente os agricultores encontram machado e ponta de lanças utilizadas por eles para pescar e coletar seus alimentos. Além disso, nas proximidades do Rio Uruguai vários agricultores encontram urnas funerárias enquanto aram a terra (Jungblut (2000). A presença dos indígenas se reflete ainda, por exemplo, no nome de um dos municípios<sup>12</sup> estudado.

#### **2.4 - A AGRICULTURA FAMILIAR DOS COLONOS EUROPEUS DO OESTE CATARINENSE**

Devemos, de antemão entender como ocorreu o processo de colonização dos colonos europeus no Brasil e, posteriormente, no oeste catarinense. A palavra colono refere-se ao sujeito que vive numa colônia. O termo colônia, no sentido como é empregado no sul do Brasil, tem sua origem no processo de colonização que se propõe a introduzir habitantes num lugar onde não era habitado e inseri-los em atividades agrícolas. Por colônia, no RS, também se designava uma propriedade de terra padrão, aquela destinada pelo governo aos imigrantes. A colonização do Sul do Brasil foi uma política do governo federal que teve como objetivo a ocupação e valorização de áreas estratégicas, então consideradas despovoadas.

De acordo com (Jungblut, 2000 – 29), o processo de colonização no estado de Santa Catarina com migrantes alemães ocorreu no ano de 1849, quando descendentes oriundos da segunda geração dos alemães vindos para o Brasil, formaram os núcleos de Blumenau

---

<sup>12</sup> A rocha utilizada para polir era o basalto vermelho, muito freqüente na região do Rio Uruguai. O nome Itapiranga, na linguagem Tupi Guarani significa Pedra Vermelha.

em 1849, Joinville em 1852 e a colonização de São Bonifácio e Forquilha, além de outros, em 1872.

A chegada dos colonos europeus, chamado de Colonização branca, no oeste catarinense era constituída por colonos alemães e italianos vindos do estado do Rio Grande do Sul, descendentes alemães da terceira e quarta geração vindo das colônias velhas (Vale do taquari, RS) e os descendentes de italianos da região de Caxias do Sul, RS. Esse processo de migração foi possibilitado pelo incentivo de empresas colonizadoras que receberam estímulo dos governos provinciais e imperial para proporcionar a colonização das terras do oeste catarinense. Também ocorreu o empreendimento de colonização efetuada pela entidade filantrópica *Volksverein* (Sociedade União popular) financiado pelo banco *Sparkasse* (Caixa União Popular).

Esses migrantes instituíram no oeste catarinense uma agricultura familiar de pequenos estabelecimentos, baixo grau de divisão de trabalho e produção simples, com a prevalência da mão-de-obra familiar. Esse modelo de produção dos migrantes de origem européia vindos do Rio Grande do Sul<sup>13</sup> foi o responsável pela colonização da região, bem como pelo modo de vida e produção instituído no oeste catarinense.

Como pode ser visto na Figura 04, tratava-se de famílias numerosas, onde a diferenciação de idade entre os filhos era de poucos anos. Além disso, percebemos que a família sustentava uma ordem hierárquica na posição dos membros familiares no momento de tirar a foto, dando maior destaque ao membro da família que seguiu a vida religiosa.

---

<sup>13</sup> Migravam para o oeste catarinense as famílias constituídas pelas gerações mais novas, que buscaram, apesar das mudanças, manterem alguns costumes e preservar a cultura que era seguida a varias gerações. O modelo familiar encontrado nas “colônias velhas” do Rio Grande do Sul, conforme Seyferth (1990), não é o de uma família nuclear, mas de uma família extensa, ou seja, situação em que viviam na mesma moradia familiar geralmente três gerações: os pais, um dos filhos e sua prole e, eventualmente, os celibatários, num sistema patriarcal, onde a autoridade do pai é inquestionável, especialmente ao que se refere à herança e a economia doméstica.



**Figura 04:** Registro fotográfico da família de Inácio Wolf. A família migrou de São Leopoldo (RS) para Porto Novo no ano de 1952

**Fonte:** Museu Comunitário Almiro Theobaldo Muller – Município de Itapiranga (SC)

Esse novo modelo produtivo, chamado de modo de vida ou agricultura colonial<sup>14</sup>, se diferenciava, principalmente, do modo de vida dos caboclos, pela sua interação com o mercado. O modo de vida construído pelos colonizadores estava envolvido, principalmente, pelo reconhecimento e crescimento constante de capital social<sup>15</sup> entre as famílias que migravam. Esse aumento de capital social estava refletido em vários momentos da construção desta nova vida dos migrantes. Os laços de vizinhança e parentesco eram também atualizados em empréstimo de dinheiro para a compra de terras, no trabalho conjunto, na construção de igrejas e escolas, mas, também, nas colheitas, nas freqüentes visitas noturnas entre as famílias e no exercício da religiosidade. As colônias alemãs e italianas foram formadas em mutirão: os colonos

---

<sup>14</sup> O modo de vida colonial é caracterizado por uma forma de produção que se constitui na exploração da terra, baseado no sistema de rotação de terras e na policultura, com relações esporádicas, com o comércio local, para a venda de alguns excedentes. Também pelas formas de sociabilidade entendidas pela reciprocidade que se materializam através de mutirão, sendo que as formas de sociabilidade são fortalecidas pela vida em pequenas comunidades, pela etnia e a religião.

<sup>15</sup> O conceito de capital social é construído, embora de maneiras distintas, inicialmente por Bourdieu (1985), que acredita que o capital social é a somatória dos recursos reais e virtuais, produzidas pelas redes de relacionamentos de mútuo entendimento e reconhecimento. Coleman caracteriza o capital social como os recursos produzidos pela interação social entre os indivíduos ou grupos, que resultam em confiança e credibilidade. Estes recursos, quando disponíveis, facilitam a ação social seja dos indivíduos seja de grupos ou comunidades. Segundo Dias Junior (2001), o capital social não se encontra nos indivíduos nem nos implementos físicos de produção. Este tipo de capital, diferentemente das outras formas de capital (econômico, por exemplo) encontra-se na estrutura das relações entre as pessoas de uma comunidade. Já Putnam (1993), estabelece que o capital social diz respeito às características culturais da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Em outras palavras, Putnam sugere que o capital social é um bem comunitário.

uniram-se para abrir picadas e estradas, erguer casas e organizar as comunidades religiosas, associações recreativas e culturais. Nas localidades eram logo construída a capela, o cemitério, a escola e a moradia do pastor ou padre. Muitas vezes, nos primeiros tempos, a capela era utilizada também como sala de aula e salão de festa. Na figura 05, podemos ver a sede de uma comunidade rural onde funcionava nos anos de 1930, a igreja, escola e também a casa do padre.



**Figura 05** – Registro fotográfico de uma escola no interior da microrregião de Itapiranga, no início da década de 1930, com seus alunos, professor e padre da paróquia. Neste prédio, funcionava inicialmente, a capela e o salão da comunidade

**Fonte:** Museu Comunitário Almiro Theobaldo Muller – Município de Itapiranga

A identidade religiosa italiana, por exemplo, pode ser evidenciada pelos costumes de rezar à mesa, antes de cada refeição e rezar o terço pelo menos uma vez por semana, costumes mantidos até hoje pelos descendentes. Entre os alemães, nos cultos, as famílias deveriam estar representadas ao menos pela metade de seus membros, sob pena de não serem bem vistas pela comunidade (Menasche, et al, 2007). A influência religiosa constituiu-se em um fator de coesão interna dos membros de uma mesma descendência, podendo ser vista no respeito e na credibilidade da figura do padre ou pastor nas comunidades. Esses representantes religiosos eram requisitados para deliberar e comandar todos os segmentos da comunidade e decidir em muitos casos o próprio andamento da vida em família. O padre ou o pastor tinham papel fundamental na educação das crianças assumindo, muitas vezes, o papel de professor nas comunidades.

Costumes relacionados à religião e até mesmo ao preparo de pratos e danças estão, ainda hoje, preservados mantendo os vínculos internos entre agricultores de uma

mesma descendência, em virtude do reconhecimento de uma identidade própria entre eles. Entre os descendentes alemães a festa religiosa chamada Kerb<sup>16</sup> (Fig. 06) se constitui na principal ocasião para muitos dos jovens solteiros arrumarem casamento. Como podemos ainda observar na figura abaixo, a festa é realizada nas residências das famílias, onde se encontram os membros de varias gerações com idades diferenciadas. Nessas ocasiões, são os mais jovens que servem o almoço para os mais velhos. Vale ressaltar que a festa do Kerb para as famílias de descendentes alemães têm o mesmo significado de importância que o natal, páscoa ou ano novo, ocorrendo preparativos de vários dias para a realização da mesma.



**Figura 06:** Registro fotográfico de uma família comemorando a festa de Kerb na comunidade de Maria Goretti, que pertence à Paróquia de Tunápolis. Ano 2008  
**Fonte:** Acervo de foto da família

Juntamente com os costumes religiosos, muitos hábitos alimentares e comidas típicas também prevalecem entre os alemães, como o Kaschmier<sup>17</sup>, o cuca<sup>18</sup>, o pão de milho, entre outros. A culinária italiana também permanece até hoje na região: na fabricação de vinhos, vinagres, queijos, polenta e puína<sup>19</sup>. Além disso, a questão religiosa também é muito forte, uma vez que os locais onde estão construídas as igrejas são mantidos e cuidados pelas próprias famílias da comunidade, tal como acontece nas comunidades alemãs. Além disso, em ambas as colônias há uma grande preocupação com o ambiente

<sup>16</sup> O termo Kerb, uma corruptela de Korbe (cestos ou balaio, em alemão) daria o nome aos bailes na colônia alemã do Rio Grande do Sul, uma vez que os alimentos e decorações eram trazidos para o local do baile em cestos, amarrados sobre o lombo de animais de carga.

<sup>17</sup> O Kaschmier é elaborado a partir de leite talhado, em que se acrescenta água quente e sal.

<sup>18</sup> Tipo de pão doce recheado, característico da culinária alemã.

<sup>19</sup> Prepara a partir do soro originário da fabricação de queijo

comunitário e com a união interna do grupo (Fig. 07). A figura também mostra a presença de traços arquitetônicos nas construções das igrejas e escolas típicas das regiões alemãs e italianas, de onde migraram seus antepassados. A valorização do local de moradia também está presente em ambas as descendências, como podemos ver na frase escrita em uma pedra em frente a uma propriedade de descendentes italianos: “*Aqui se trabalha e se vive bem*”.



**Figura 07** – Registro fotográfico da pavimentação do centro das comunidades: a) Igreja na comunidade de colonização italiana Linha Sales, São Miguel do Oeste. b) Igreja na comunidade de colonização alemã, comunidade Linha Becker município de Itapiranga. c) Marco que identifica a força da colonização alemã na comunidade Linha Becker Itapiranga. d) Valorização da origem Italiana nas propriedades. e) Entrada de escola da comunidade Linha Becker. f) Campo de futebol comunidade Linha Sales. **Fonte** - Acervo pesquisa de campo, ano 2009

Esses hábitos e costumes, próprios de uma nacionalidade fomentam uma identidade diferenciada entre os alemães, italianos e os caboclos que estão na mesma região e mantêm traços culturais próprios, costumes e crenças. A presença desses elementos, dificultam, em muitos casos, a interação social entre agricultores familiares pertencentes a diferentes grupos étnicos. Como afirma Woortmann (1990), “a tradição não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro”.

Neste contexto, os descendentes alemães são os que mantêm mais visível sua cultura e costumes até hoje. Isso é vivenciado na fala de um casal, casado a mais de 50 anos que participou da nossa pesquisa.

*“o padre aqui da comunidade tinha muito poder. Todo domingo a família toda era convocada a participar da missa ai da gente se não fosse... Quando a gente casou no dia da festa do nosso casamento ele (padre) chamou a gente e disse que era para construir uma família grande, ter pelo menos uma dúzia de filhos. Nós obedecemos tivemos onze” (agricultor familiar da comunidade Sede Capela antiga Porto Novo).*

Além disso, a presença de pessoas de descendência alemã é vista principalmente na microrregião de Itapiranga, como base fundamental para ser bem aceito pela sociedade. Observa-se ainda a influencia do laço entre a família e o indivíduo na hora de reconhecer o caráter das pessoas. Seu reconhecimento como cidadão “de confiança”, “bom caráter” está atrelado à família da qual descende. Classifica-se a pessoa pela família que pertence, a partir da pergunta: *Von Wem bist Du?* (de quem você é) mais do que (quem é você). Vale ressaltar, que foi a partir dessa pergunta que eu mesma fui classificada como tendo um Keim bom, de pessoa confiável, o que, sem dúvida, facilitou meu trabalho de campo.

Conforme aponta Woortmann, o Keim de uma pessoa é transmitido hereditariamente. Diz-se que está oculto no sangue: podendo implicar tanto nas características físicas como morais. Equivale a uma espécie de “carga genética”, localizando-se, assim, no plano da natureza, mas que inclui atributos morais e que opera na constituição de relações sociais (Woortmann, 1995, 139).

A questão do Keim vigora ainda hoje principalmente, entre os descendentes de alemães, na hora da escolha matrimonial. Prevalece o anseio de um filho ou filha se casar com alguém da mesma descendência e religião. Quando isso não ocorre o filho (a), corre o risco de haver uma ruptura do familiar com a família, não podendo contar com o seu apoio, uma vez que optou por uma decisão individual assumindo toda a responsabilidade e conseqüências do seu futuro.

Já entre os descendentes de origem italiana, percebemos uma manifestação de desejo na manutenção dos costumes. No entanto, no momento do matrimônio, a imposição se apresenta muito mais forte não no que se refere ao credo religioso do cônjuge, mas em relação à sua descendência, principalmente se for com alguém descendente de caboclo. Como já foi abordado por Woortmann, entre os agricultores descendentes de alemães e italianos o casamento não é uma simples questão de escolha individual. A rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo (Woortmann, 1995, 157).

Ainda, em relação à manutenção dos costumes, percebemos a distribuição das pessoas no interior da igreja, nos cultos e missa. Representada pela clássica separação espacial, homens à direita, sendo que os primeiros bancos na frente do lado direito destinados aos meninos, e as mulheres no lado esquerdo, com os primeiros bancos desse lado destinados as meninas.

Já no que diz respeito à agricultura, esta tinha como objetivo não somente satisfazer às necessidades da família. A região do extremo oeste já desde sua colonização por Italianos e alemães trazia na sua cultura o modo de produzir não somente para a sua subsistência, mas, também, para a venda em mercados, principalmente, com a comercialização de banha. Neste contexto, o comerciante tinha papel fundamental nas comunidades, papel este que transcendia a função da comercialização dos produtos. Segundo Paulilo (1990), o comerciante não era só o intermediário, mas, sim, um dos eixos em torno do qual girava a vida dos colonos. Sendo assim, como observa Schneider (1999), “os donos de casas comerciais tornaram-se ricos e poderosos, chegando a exercer um papel de destaque no desenvolvimento da economia colonial”. A dificuldade de acesso às informações e ao mercado “perfeito” estabelece uma situação de dependência entre o “colono” e o comerciante, cuja atuação influencia o modo de produzir e de viver no interior das colônias. Ademais, as relações que se estabelecem entre o “colono” e o comerciante, freqüentemente, não são apenas de

ordem econômica, mas, também, de ordem não econômica como de parentesco, de reciprocidade e de solidariedade.

Para Schneider (1999) a estrutura social e econômica implementada pelos colonos pode ser considerada como um modo de vida, ao qual corresponde uma forma de produzir e uma forma de sociabilidade. A forma de produzir estava relacionada ao modo de organização para comercializar e manter a subsistência da família, e a forma de socialização estava relacionada ao modo como o colono se relacionava na sociedade, através da solidariedade e religião. Os imigrantes foram, também, os primeiros agricultores a fazer uso da serra, da grade, a usar bois para arar a terra e a trabalhar o solo, técnicas que jamais haviam sido empregadas por índios ou caboclos (Beroldt, et al 2007).

Esse modo de produção começa a ser alterado com o passar dos anos (Fig. 08), é especialmente a partir dos anos de 1950 quando o trabalho manual passa ser substituído pela tração animal, e pela maior integração ao mercado. A partir dos anos 1970, os agricultores começam a ter o primeiro contato com as agroindústrias, integrando-se com as mesmas, em virtude de já possuírem uma prática de comercialização e já disporem de máquinas para auxiliar nos serviços da propriedade, como a colheitadeira. Assim, com a junção da força animal e da força tecnológica representada pela colheitadeira, começou a diminuir a necessidade da força de trabalho manual. Neste período, compreendido entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970 o oeste catarinense começa a apresentar um cenário positivo em termos de aumento da produtividade, tanto na produção agrícola com o milho, soja e feijão, como na agropecuária com a avicultura e suinocultura.



**Figura08** – Registro fotográfico, dos meios de produção utilizados pelos agricultores das microrregiões de estudo. a) Produtor rural da comunidade de Sede Capela, município de Itapiranga, na atividade agrícola utilizado a tração animal em sua propriedade. b) Carroça, instrumento de trabalho muito utilizado pelos agricultores familiares. c) Trilhadeira utilizada principalmente na trilha de cereais (debulha e separação de grãos) d) produtor rural mostra a seu último investimento na propriedade: a compra de um trator, símbolo de status perante os demais agricultores.

**Fonte** - Acervo da autora, ano 2009

A introdução das agroindústrias na região despertou o interesse dos pequenos agricultores, por facilitarem a comercialização da produção. Além disso, esse novo cenário fez com que o agricultor familiar da região se motivasse para modernizar a sua atividade, almejando a venda do excedente e, conseqüentemente, o aumento da renda das famílias. Inicialmente, não houve mudança tão brusca no modelo de produção primária com a introdução das agroindústrias, sendo que esse processo foi sendo introduzido lentamente nas propriedades. Para Sorj (1980) a expansão do sistema de integração junto aos agricultores familiares foi responsável pelo significativo crescimento do capital agroindustrial. No entanto, esse cenário começa a mudar no final da década de 1970 e início dos anos 1980, quando os produtores passaram a sentir

maior pressão por parte das agroindústrias, em virtude destas aumentarem a sua exigência em termos de maior produtividade, especialização e maior qualidade dos produtos.

A agricultura da região passa a apresentar como parte da sua realidade o processo de integração do agricultor familiar à agroindústria, diferenciando dentre os agricultores familiares, aqueles integrados à agroindústria dos que se viram excluídos deste processo de inovação tecnológica e produtiva, os quais não conseguiram mais obter lucro através do desenvolvimento das suas atividades produtivas, foram levados a uma agricultura de subsistência e à venda de sua mão-de-obra. Os agricultores familiares que se integraram às agroindústrias passaram a ter seu processo produtivo dirigido por agentes externos, passando o ritmo de trabalho do produtor a ser determinado pela indústria e o conhecimento necessário ao processo produtivo a necessitar de orientações técnicas. A realidade até então vivenciada pela agricultura familiar começa, portanto, a ter mudanças bruscas, a partir de meados da década de 70: ser dono da terra não significava mais estar com a vida garantida no meio rural. Era preciso, agora, ter condição de se inserir em um modelo competitivo de produção e mercado, até então desconhecido do produtor.

A integração do setor agrícola ao industrial e ao financeiro estimulou novas configurações de empreendimentos rurais cada vez mais imbricados à dinâmica urbana, levando ao desenvolvimento no meio rural de agroindústrias familiares, turismo rural, produção agroecológica destinada aos mercados de nicho, pluriatividade, dentre outras novas formas de organização social e produtivas. Assim, a década de 90 do Séc. XX, no oeste catarinense, já apresenta como parte consolidada de seu cenário rural, uma agricultura familiar voltada para a busca de constante profissionalização e cada vez mais integrada à dinâmica do mundo capitalista. O agricultor familiar do oeste catarinense, sobretudo, o de origem germânica e italiana, passa a ter a necessidade de introduzir de forma dinâmica no gerenciamento de sua unidade familiar produtiva, profundas transformações na sua propriedade em busca de maior racionalidade produtiva, a fim de conseguir auferir renda e qualidade de vida do seu empreendimento produtivo.

Uma das dinâmicas instituídas pelas famílias e que tem dado resultados satisfatórios são as agroindústrias familiares realizadas tanto de forma individual como coletiva. A constituição dessas pequenas agroindústrias está associada, em grande medida, ao

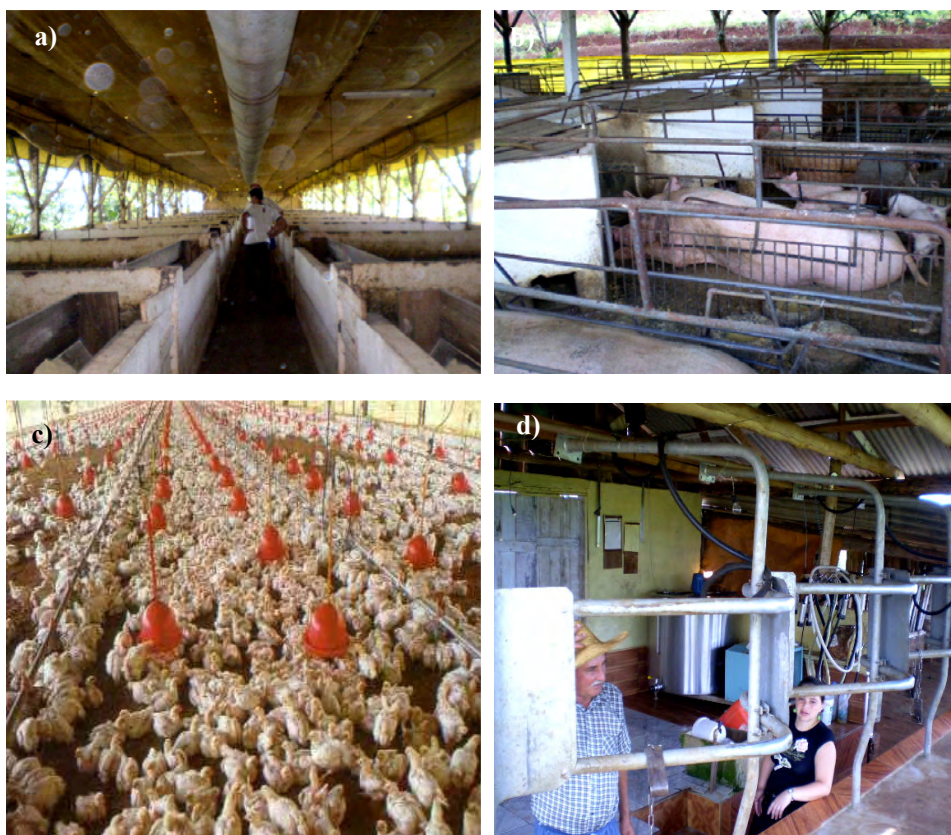
desejo dos agricultores de adicionar valor à sua produção agropecuária e eliminar os intermediários. Essas agroindústrias, em geral, se ocupam na elaboração de derivados de carne, produtos lácteos, sucos, bebidas, conservas, massas, panifícios, derivados da cana-de-açúcar, dentre outros. Assim, a implementação dessas agroindústrias familiares na região tem significado uma alternativa para busca de melhor renda, bem como para a permanência de, pelo menos, um filho na propriedade. Neste contexto, a diversificação das estratégias produtivas por parte dos agricultores familiares acarretou mudanças no ambiente sociocultural e econômico da região, influenciando diretamente na estrutura da agricultura familiar e nas relações familiares.

Outro fator que chama a atenção dentre os fatores que impactaram as estratégias reprodutivas dos agricultores familiares, diz respeito à importância da aposentadoria e o papel dos idosos na agricultura familiar e no processo sucessório. A aposentadoria impacta na agricultura familiar no sentido de assegurar uma das suas características e valores primordiais: a importância de sua autonomia, ainda que relativa. Ter aposentados na família significa ter uma poupança, um capital disponível para investimentos na propriedade, sem a necessidade de depender do empréstimo do banco. Contudo, o aposentado, também, recebe uma atribuição importante, para a geração de renda, sendo encarregado da comercialização de produtos oriundos da agroindústria familiar e, mesmo de desenvolver atividades nestas, em virtude deste se constituir em um trabalho, geralmente, mais leve, que aqueles ligados às práticas agropecuárias. Assim, a presença dos idosos na unidade familiar produtiva acaba por se constituir em uma passagem de poder sucessório que eleva a capacidade tecnológica e a qualidade de vida da unidade produtiva para a família sucessora.

E por fim, mas não menos importante, para a reprodução das unidades produtivas familiares é o papel das políticas públicas para a ampliação das possibilidades de acesso à tecnologias apropriadas (intensivas em conhecimento e em trabalho, porém poupadoras de capital e recursos); a serviços de extensão e de capacitação eficiente, a créditos subsidiados para produção e investimentos, a garantia de preços mínimos, a acesso a mercados institucionais de compras públicas aos agricultores familiares; a identificação de nichos de mercado locais, nacionais e internacionais para produtos de qualidade (queijos, vinhos, frutas, hortaliças).

## **2.5. A INFLUÊNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS PARA AS POSSIBILIDADES DE REPRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Conforme já mencionamos anteriormente, a presença das agroindústrias teve e ainda tem grande influência nas mudanças socioculturais e econômicas geradas nas famílias oriundas da agricultura familiar. Essas transformações tiveram início a partir de 1940 com a construção de estradas, que tornaram mais atrativa a região para migrantes, o que se refletiu no aumento populacional, bem como na produção de cereais e de animais, tendo como destaque a criação de suínos. Segundo Mira (2000) e Stropasolas (2002) a existência da estrutura agrária minifundista, trazida pelos colonizadores, foi fator fundamental para que esta região se tornasse o centro dinâmico da economia, possibilitando a implantação e o desenvolvimento das agroindústrias catarinenses, tanto no setor de suinocultura e avicultura, como na produção de grãos e leite que cresceram baseadas no sistema de integração agroindustrial (Fig. 09). Assim, como evidenciado na figura 09, podemos ver que a construção das propriedades principalmente ao que se refere aos setores acima mencionados tem se estruturado, predominando a mecanização e eletrificação das instalações, diferente do modo rústico do início da colonização, o que possibilita aos agricultores, desenvolverem as atividades de forma mais rápida e menos penosa. Inicialmente a criação de suínos e aves era realizada de forma rudimentar, com os animais criados a solto na propriedade. A ordenha era feita manualmente, em muitos casos, debaixo de uma árvore, ou quando existia alguma edificação essa era de madeira e chão batido. Essa realidade, com o passar dos anos, foi se diferenciando, conforme evidencia a figura 09, abaixo.



**Figura 09** – Registro fotográfico, da modernização nas instalações nas propriedades dos integrados das agroindústrias. a) Instalação específica para os suínos em processo de engorda. b) Instalação para as matrizes em processo de amamentação dos filhotes. Ambas as fotos são referentes à propriedade de agricultor residente na comunidade de Santa Fé Alta, município de Itapiranga. c) Aviário com disponibilidade de lotação para 13 mil frangos, localizado na propriedade de Pitangueira, município de Tunápolis. d) Instalação com ordenhadeira mecânica e tanque de resfriamento, propriedade localizada na comunidade de 12 de Novembro município de Campo Erê.

**Fonte** - Acervo da autora ano 2009

O sistema de integração tem como ponto forte garantir a matéria-prima para agroindústrias, sendo este processo efetuado através de contrato formal entre o integrado e a agroindústria, implicando no estabelecimento de uma relação de troca, através da qual o produtor recebe da empresa os insumos, a assistência técnica e a ração necessária para a engorda dos animais, e a empresa recebe do produtor os frangos para o abate. Na venda das aves à empresa o produtor tem descontado no final de cada lote, a ração e o medicamento fornecidos pela empresa. As mudanças ocorridas na trajetória desta integração incidiram de forma significativa nos sistemas de produção e no modo de vida das pessoas (Bavaresco; 2003). As agroindústrias encontraram na pequena propriedade familiar de origem germânica e italiana, sobretudo, um campo fértil para disseminar o programa de fomento para suinocultura, avicultura e produção de grãos (Bavaresco; 2003). Isso se justifica entre outros motivos pela relação que esses já mantinham com mercados desde sua chegada na microrregião. Além disso, buscavam

formas de melhorar a renda o que, em muitos casos, não era propiciado pela produção agrícola devido, entre outras causas, ao relevo acidentada da região. Esse processo de mudança além de ter se revertido para os pequenos produtores em um aumento de renda, proporcionou-lhes melhoria na qualidade de vida.

Assim, desde os anos 1960, quando se efetivou a instalação das agroindústrias nas microrregiões de estudo, o processo de integração com os agricultores familiares tem sido fator fundamental e estratégico para aumentar os lucros e a própria sobrevivência das empresas e da agricultura familiar dos municípios do oeste catarinense. Nesse processo, um fator importante reside nas oportunidades que se criam no entorno destas agroindústrias e que resultam em uma infinidade de empreendimentos que geram dinamismo econômico para a agricultura familiar. Isto permite uma redução de grande parte das diferenças entre cidade e campo (Strieder, 2000). Isso se evidencia na conseqüente transposição de tecnologias e ciência para as regiões rurais. Através do sistema de integração, esses agricultores encontram as condições para melhorar as benfeitorias, bem como as condições de vida social e econômica. É notável a distinção entre algumas propriedades inseridas no sistema de integração e aquelas que não têm esse vínculo. A maior parte das propriedades integradas é extremamente especializada, atuando, muitas vezes, apenas na produção da matéria-prima para agroindústria. Para Paulilo (1990), a relação que se estabelece entre integrado e integradora vai além da simples relação econômica, envolvendo uma relação de confiança entre as partes. Além disso, essa relação não é algo acabado, é um processo que vai se complexificando com o passar do tempo, pela introdução de novos elementos, em função da evolução técnica e das exigências de mercado.

Hoje no oeste catarinense as atividades econômicas integram entre si; o setor primário, secundário e terciário. A estrutura fundiária é caracterizada pelo minifúndio com predomínio de pequenas unidades de produção. A economia se constitui basicamente pela atividade agropecuária e pela transformação de seus produtos, conferindo-lhe um alto grau de dependência econômica do setor agropecuário (Testa et al., 1996). Ainda segundo o autor, o setor secundário é dominado por indústrias agroalimentícias, tanto em movimento econômico quanto em ocupação de mão-de-obra. As atividades comerciais e de serviços também estão direta ou indiretamente, ligadas ao segmento.

Assim, segundo Silvestro (1995), “o potencial de produção da agricultura na região, permitiu a constituição do capital agroindustrial”. Na visão de Neves et al (2005), as riquezas geradas pelo agronegócio, incluindo o de caráter familiar, alimentam a

economia como um todo e propiciam condições para a melhoria de qualidade de vida, principalmente nas pequenas e médias cidades brasileiras, sendo que, a grande maioria, delas tem a sua economia alicerçada no agronegócio. Se a agropecuária se desenvolve bem, a economia dessas cidades apresenta um bom desempenho. Neste contexto vale ressaltar a grande importância das agroindústrias no oeste catarinense, começando pela microrregião de São Miguel do Oeste onde o agricultor familiar tem papel importante na agroindústria de suínos. Em parceria com os agricultores familiares, a agroindústria da região tornou-se uma das maiores exportadoras de carne suína do país. O mesmo acontece em Campo Erê que tem destaque na produção de novilho e se constituiu em um dos maiores pólos de grão da região, inserindo a agricultura familiar na cadeia produtiva através da produção de componentes para a fabricação da ração de aves, suínos e bovinos. Esses, por sua vez, são o principal complemento alimentar das agroindústrias processadoras de alimentos. Também na microrregião de Itapiranga, o agricultor familiar é parceiro importantíssimo das agroindústrias de suínos, desde 1969. Atualmente com as melhorias feitas nas instalações da Seara Alimentos, localizada no município de Itapiranga, a microrregião passou a ser grande exportadora nacional e internacional de carne de frango, (Fig. 10). Esta atividade foi a responsável pelo aumento do ICMS e pela geração de emprego do município e região.



**Figura 10** – Registro fotográfico da Agroindústria Seara Alimentos S/A de Itapiranga, responsável pelo abate e comercialização de aves no Município de Itapiranga.

**Fonte** - RAMBO, Nestor, Francisco, 2004

No entanto, vale ressaltar que esse processo de integração é exigente. A tecnologia produtiva, organizacional e de trabalho que acompanha a agroindústria propaga um novo modo de vida e de produção, trazendo em sua esteira mudanças na mentalidade e no comportamento das pessoas. Para ser aceito como integrado das agroindústrias, o

agricultor familiar deve seguir os preceitos tecnológicos recomendados pelos técnicos das empresas e fazer os investimentos necessários para iniciar ou melhorar suas atividades. Quer dizer, as agroindústrias trouxeram consigo um processo de diferenciação interna entre os agricultores familiares: aqueles que se integraram passaram a adotar um padrão tecnológico e produtivo atrelado aos imperativos do mercado. Já os não integrados ficaram expostos a um processo de assalariamento, que, não necessariamente, levou a uma qualidade de vida pior que a tida quando estes agricultores familiares ainda tinham uma dedicação mais voltada para as atividades da própria unidade produtiva familiar. Assim, a integração do agricultor familiar às agroindústrias não atingiu de modo eficiente e lucrativo a todos os agricultores familiares, muitos ficaram excluídos desse processo, em sua grande maioria, por não conseguir se adequar às normas impostas por estas agroindústrias.

Esse cenário levou muitos membros dessas famílias, principalmente os jovens, a buscarem outras formas de reprodução social fora da propriedade, como, por exemplo, o trabalho nas próprias agroindústrias da região ou a migração para outras regiões. Essa migração dos jovens levou a uma diminuição no contingente de possíveis sucessores. Em outros casos, acontece a migração de toda a família, o que pode ser vivenciado no decorrer da nossa pesquisa, onde encontramos propriedades abandonadas, ou em condições de dificuldade de se manterem vivendo o meio rural (Fig.11). Segundo Hahn (2005), estes estabelecimentos agrícolas não têm uma fonte de recursos definida. São propriedades que foram excluídas dos sistemas de integração com as agroindústrias de carne e leite, principalmente, e não apresentam outra atividade potencial para a geração de renda para reprodução familiar.



**Figura 11** – Registro fotográfico de propriedades que encontram dificuldade de se inserir no sistema de integração e não apresentam perspectiva de desenvolvimento futuro. a) propriedade abandonada no ano de 2007, na comunidade de Linha Aparecida, Município de Itapiranga. b) propriedade onde o agricultor não aponta perspectiva de melhora e almeja migrar para a cidade, localizada na comunidade de Linha Sales, Município de Campo Erê

**Fonte** - Acervo da autora, 2009

No entanto, um número significativo de agricultores familiares consegue êxito em suas estratégias reprodutivas conseguindo manter-se no meio rural. Uma das estratégias mais expressivas em termos de possibilidade de agregação de renda é a agroindústria familiar. Segundo Bonaccini (2000), para compensar as perdas no processo competitivo da produção agropecuária, muitas unidades produtivas familiares buscam processar e comercializar os produtos, como será melhor analisado no próximo tópico.

## **2.6. A PEQUENA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO MEIO RURAL.**

A transformação e comercialização dos produtos excedentes na agricultura familiar estiveram presentes desde o período de colonização do oeste catarinense. Estas atividades foram de fundamental importância para a sobrevivência dos colonos e, mais tarde, para a evolução do processo de desenvolvimento econômico do oeste catarinense. Em muitos casos, são pequenos estabelecimentos, que comercializam localmente os produtos. Embora a discussão e a legitimidade de estratégias voltadas para a agroindústria rural somente tenha tido lugar a partir dos anos 1990, o processamento de alimentos no oeste catarinense tem uma importante participação na trajetória histórica de desenvolvimento da agricultura familiar. Para Mior (2003), a formação de agroindústrias rurais pode ser vista como um processo de reorganização de recursos promovido pela agricultura familiar em conjunto com associações de produtores e o poder público. O produto que anteriormente era visto apenas como um produto in natura a ser comercializado, se transforma em um produto com valor agregado e, portanto, uma fonte de renda ampliada para a unidade de produção familiar. Neste contexto, para Mior, a agroindústria familiar é conceituada como:

Uma forma de organização onde a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Além disso, a localização no meio rural, a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores, procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos, processos artesanais próprios, assim como da mão-de-obra da família também são diferencial desse meio de produção. Pode ainda ser representada como uma rede envolvendo agricultores e suas famílias, vizinhos, pequenos comerciantes urbanos e consumidores. Em muitos casos se constitui num empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não. Uma parte destas agroindústrias familiares organizou-se em redes envolvendo dezenas de empreendimentos para utilizar de forma conjunta serviços de apoio como a assistência técnica, a contabilidade e o marketing e construíram ainda marca e selo de qualidade, como é o caso do selo Sabor colonial (MIOR, 2008, p. 2-3).

Ainda, segundo Testa et al (1996), o desenvolvimento da agroindústria familiar, a exemplo do que ocorre em outros países, tem despertado a atenção dos produtores, lideranças e instituições ligadas ao agronegócio. Esses buscam identificar alternativas rentáveis de agroindustrialização em pequena escala. A agricultura familiar tem se mostrado uma opção estratégica que permite obter um alto grau de dinamismo, flexibilidade e até de competitividade econômica no atual contexto de mercados globalizados. Entretanto, isso dependerá de inúmeros fatores, dentre eles a capacidade de gestão destes pequenos empreendimentos. Atualmente, como já mencionamos, a agroindústria familiar representa, para muitas unidades produtivas familiares, importante fonte de renda, e uma forma de ocupação de mão-de-obra principalmente feminina, significando em muitos casos a emancipação econômica da mulher e o reconhecimento social tanto no âmbito familiar como na sociedade. Como podemos evidenciar em nosso trabalho de campo, as mulheres são responsáveis pela produção e comercialização dos produtos. Estes, na sua maioria, fabricados na própria cozinha da família, com a ajuda de todos os membros da família, sob a coordenação de uma mulher (Fig. 12). Segundo Mior (2003), a produção sai da cozinha e do trabalho das mulheres do campo e alcançam dimensões maiores, o que possibilita a ampliação da renda da família, embora não modifique sobremaneira a condição e o status da mulher na agricultura familiar.



**Figura 12** – Registro fotográfico da produção e comercialização de produtos, na agricultura familiar com a participação das mulheres. a e b) a produção e comercialização são realizadas pela própria família. c e d) comercializada na feira através da associação dos feirantes, tendo apoio da prefeitura municipal. **Fonte** - Acervo da autora 2009

Outro aspecto a se destacar é que o desenvolvimento da agroindústria familiar está envolvido em uma rede de relações sociais que extrapola unicamente seu caráter econômico. Para Carneiro (1997) além de contribuir para aumentar a renda familiar, essa atividade estimula, ao mesmo tempo, o convívio social entre os vizinhos, fortalecendo os laços de solidariedade local e reforçando o sentimento de pertencimento a uma determinada comunidade. Considerando que parte significativa da produção destes empreendimentos é escoada nos respectivos territórios, é de se esperar que algum tipo de relação social mais próxima (vizinhança, parentesco e outros laços sociais) facilite a troca econômica entre produtor e consumidor, e entre produtor e pequeno comerciante (Carneiro, 1997).

Além disso, a questão do reconhecimento da rede social na atuação dessas agroindústrias é evidenciada pela participação das pessoas mais idosas como um dos agentes principais neste processo. Geralmente, após passar a gestão da propriedade ao filho sucessor, o casal de idosos encontra na produção e comercialização de produtos uma forma de perpetuar a sua imagem produtiva perante a família e a comunidade. Esse fato é reforçado pelo recebimento da aposentadoria, fazendo com que os idosos se sintam valorizados economicamente como pessoas ativas na sociedade. Conforme salienta o casal de idosos comerciantes da feira municipal da cidade de Itapiranga: *“Para nós esse dia é alegre. Vemos muita gente. Lá no interior, a gente fica muito sozinho [.....], além disso ajudamos nas despesas da casa, e posso gastar mais domingo no jogo de carta (sorriso)”*. (Fig. 13).



**Figura 13** – Registro fotográfico de um casal idoso aposentado que comercializa produtos na feira municipal de Itapiranga

**Fonte** - Acervo da autora, ano 2009

Outro ponto que deve ser abordado é o diferencial desses produtos, que geralmente, atendem uma parte do mercado consumidor que busca produtos artesanais produzidos dentro das tradições locais. O uso de temperos, métodos e receitas próprias da pequena agroindústria familiar se constituem no seu principal diferencial. O desejo de saborear um produto semelhante ao que os antepassados faziam, para muitos, é o que motiva a compra de produtos coloniais. Neste contexto, podemos perceber que, em muitos casos o que move o consumo desses produtos é o valor cultural agregado a ele. Carneiro (1997) salienta que o movimento de resgate de determinadas práticas do passado, cujo registro pertence somente aos mais velhos, pode oferecer saídas alternativas à crise do modelo produtivista na agricultura sem, contudo, expressar um retorno à tradição ou uma volta ao passado. No entanto, muitos produtores encontram percalços pelo caminho no momento de comercializar seus produtos. Mior (2003) relata que são várias as exigências: a questão fiscal, a legislação ambiental e, principalmente, a sanitária, nas quais a pequena agroindústria familiar precisa se enquadrar. A grande maioria dos produtos processados, como carnes, embutidos e derivados do leite e da cana-de-açúcar, para ser comercializada legalmente necessita de inspeção.

Agrava ainda mais o enfrentamento destes entraves legais o fato de, nem mesmo a formação de cooperativas, associações ou microempresas que poderiam se constituir em canais de agregação dos agricultores familiares também estarem às voltas com muitos requisitos burocráticos. Mior (2003) e Hahn (2005) ressaltam que as cooperativas esbarram, geralmente, na exigência legal de um número mínimo de sócios e a cobrança de imposto de renda dos cooperados, conforme portaria 123 de 1999 da Receita Federal. A microempresa implica na perda da identidade do agricultor familiar, em virtude de ele ter de abrir mão da condição de segurado especial do INSS e do acesso às políticas públicas para agricultura familiar. Vale ressaltar, que nos municípios do oeste catarinense percebe-se uma forte relação entre os produtores e as instituições públicas na busca de ações para amenizar a situação da comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. Entre estas destacamos a instituição do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), que oferece isenção de impostos para as indústrias de carnes, além da construção de pavilhões para os agricultores familiares comercializarem os seus produtos semanalmente. Os escritórios locais da Epagri e as prefeituras municipais também têm desenvolvido ações em prol dos agricultores familiares, oferecendo cursos, treinamentos e realizando eventos que possam auxiliar esses agricultores, desde a produção até a comercialização. Quando o caminho da

agroindustrialização de base familiar não se viabiliza, outros meios de obtenção de renda são buscados. Esse processo ocorre muitas vezes fora da propriedade e, em muitos casos, nas grandes agroindústrias instaladas no meio urbano. Essa estratégia de emprego se constitui em um mecanismo pluriativo de viabilizar a ampliação das atividades e empreendimentos na unidade produtiva familiar.

## **2.7. A PLURIATIVIDADE COMO ALTERNATIVA DE PERMANÊNCIA NO CAMPO E DE EFETIVAR A SUCESSÃO NAS UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES.**

A partir dos anos 90 começa a chamar a atenção dos pesquisadores o crescimento das *ocupações e rendas não agrícolas* (ORNAS) em territórios rurais marcados por uma dinâmica de aproximação do mercado de trabalho, de produtos e de serviços entre o meio urbano e rural. A novidade em torno deste crescimento das ORNAS se dá, segundo Carneiro (1996) e Teixeira (1998), não como uma estratégia tradicional e secularmente utilizada de combate às formas de precarização da unidade produtiva familiar, mas, antes, como uma forma de diversificar as opções de renda em prol da ampliação dos empreendimentos já existentes ou a serem implementados. A pluriatividade pode ser vista, inclusive, como uma estratégia para manter um traço cultural da agricultura familiar que diz respeito ao apreço por manter a *maior autonomia possível* em relação ao sistema financeiro, fazendo das ORNAs uma substituta dos financiamentos e empréstimos bancários. Dessa forma, a noção de pluriatividade aponta para a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural. A pluriatividade nos permite perceber a propriedade como uma unidade de produção e uma unidade familiar, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas e por projetos de caráter exclusivamente coletivo. Com a perspectiva da pluriatividade é possível se desvencilhar os projetos dos indivíduos que pertencem a uma unidade familiar dos projetos daqueles indivíduos da família que se voltam para a reprodução e ampliação do potencial produtivo ou de renda retirada da mesma.

Também para Wanderley (1999), a pluriatividade aponta para o fato de que a família passa a estabelecer estratégias que visam garantir a reprodução das gerações subseqüentes. Assim, podemos perceber que o trabalho pluriativo, além de possibilitar a permanência da família na propriedade vivendo em condições melhores, pode vir a ser um fator positivo para a permanência de pelo menos um filho, o sucessor, na propriedade. Para Carneiro (1997) essa busca de trabalho não- agrícola contribui para o

aumento da renda familiar e para uma visível melhoria das condições de vida de parte da população rural que, ao ter garantido o crescimento de sua renda fixa e razoavelmente estável em sua própria localidade de origem, abandona os projetos de migração. A opção por desenvolver atividades fora da propriedade não desvincula os membros da unidade produtiva de finalidades voltadas para a sua unidade. A combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas pode ser entendida como uma estratégia de reprodução das famílias, que permanecem mantendo seu vínculo com a agricultura ou agropecuária (BONI; 2005).

Schneider, em seu trabalho no município de Santa Maria do Herval, no Rio Grande do Sul, e na localidade de Braço do Sul, no município de Blumenau, Santa Catarina, constatou que a estratégia de combinar atividades agrícolas e não-agrícolas, além de permitir que as famílias rurais continuem vivendo no campo, representa uma situação vantajosa das famílias pluriativas em relação às famílias não pluriativas do ponto de vista econômico. Observou, também, que a articulação entre a agricultura familiar e as atividades não-agrícolas:

trouxe novas perspectivas de reprodução social e reprodução econômica para as famílias rurais dessas regiões. Ao invés do clássico mecanismo de proletarização e abandono do campo e dos estabelecimentos agrícolas, o que se verifica nessas áreas é, pelo contrário, uma revitalização do espaço rural, que se dá através da permanência das famílias nas propriedades, pela formação de famílias jovens e construção de suas novas moradias na propriedade paterna, pela expansão do comércio e das atividades de prestação de serviços, entre outros impactos. (SCHNEIDER, 2003, p. 10).

Esse cenário também foi evidenciado em nosso trabalho de campo, principalmente, na microrregião de Itapiranga, onde encontramos famílias com pelo menos um filho na propriedade, trabalhando nas agroindústrias de aves e suínos existentes no meio urbano, retornando no final do expediente para a casa e ainda contribuindo com as atividades referentes ao trabalho na propriedade. Assim, vem tornando-se possível a permanência de, pelo menos, um filho na propriedade que, mesmo depois de casado, continua residindo nesta e assumindo o gerenciamento da mesma, consorciando o trabalho na agroindústria com o trabalho na propriedade. Tal estratégia revela a influência de um forte resíduo social e cultural, que pode ser chamado de “apego a terra”, “apego a um modo de vida” - particularmente manifesta naqueles que, mesmo tendo um emprego não-agrícola em tempo integral, permanecem obstinadamente ligados à unidade de produção. (Lamarche, 1998).

A opção por ficar está ligada ao aumento da possibilidade do consórcio das ORNAs com as atividades agropecuárias, que possibilitam a aquisição de bens e serviços antes restritos aos habitantes da cidade. Segundo Kageyama (2008), a polarização rural-urbano já não faz sentido, especialmente, pelo fato do processo de difusão territorial do emprego industrial e dos serviços terem provocado uma redistribuição a favor das cidades pequenas e médias e da diversificação das atividades nas áreas rurais impondo a necessidade de uma nova categoria analítica: a economia local, caracterizada por uma perspectiva que integra espaços, atividades, sociedade, cultura e instituições. Essa diversificação da fonte de renda e a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas têm possibilitado à população do meio rural elevar seu poder aquisitivo, "passando a demandar uma variada gama de bens de consumo" (Schneider,1999). Desta forma, encurtou-se a distancia entre o meio urbano e rural, pautado por um horizonte cada vez mais real de convergência na obtenção dos mesmos bens e comodidades para os habitantes de ambos os espaços. Essa situação é salientada por um agricultor que tem seu filho trabalhando na agroindústria de aves e gerenciando de forma compartilhada com o pai, a propriedade na condição de sucessor da mesma.

*“Antes era difícil, a gente ia para a cidade de carroça, agora a estrada tá ai boa na porta de casa, eles vão de moto ou de carro, sempre, até a gente vai mais vezes, vamos às vezes passear na cidade, antes era tudo muito difícil. Pra trabalhar a empresa leva e traz, deixam ali na entrada”.... Se não fosse assim tinham ido tudo embora.*

Vale ressaltar ainda que a questão da pluriatividade no oeste catarinense é vista pelas instituições públicas como ponto fundamental para a permanência da geração mais nova na propriedade, o que é evidenciado nas palavras do secretário da agricultura e da gerente do escritório local da Epagri:

*A agricultura familiar é muito importante para o município tendo em vista que 70% dos recursos provém do desenvolvimento agropecuário. Assim, a pluriatividade, eu creio que é mais uma opção que faz com que as famílias têm possibilidade de melhorar de vida. (Secretário da agricultura)*

Segundo também o responsável pelos escritórios da Epagri da microrregião de Itapiranga:

*A pluriatividade aqui nesta região é vista como uma possibilidade de ganho real para as famílias bem como um incentivo, ao mesmo tempo que mantém as pessoas no campo não criando acumulo nas cidades. Além disso, quando começaram ter esse contato com o meio urbano, percebemos que até as condições de moradia melhoraram, as casas foram pintadas, melhorou o aspecto do meio rural. (Extensionista da Epagri há 15 anos).*

Percebe-se que a pluriatividade se coloca como uma força propulsora para possíveis soluções de problemas que atingem as populações rurais. Assim, no oeste catarinense a pluriatividade tem: elevado a renda das famílias; estabilizado a renda frente à sazonalidade da agricultura e os imprevistos climáticos; contribuído para a geração de empregos no meio rural e, por consequência, para a redução das migrações campo-cidade, na medida em que os membros da família continuam na propriedade; contribuindo para o desenvolvimento de mercados locais, na medida em que o aumento da renda viabiliza o aumento do consumo e dinamiza o comércio local. Por outro lado, ela traz benefícios tais como a melhoria de estradas e da infra-estrutura dos municípios e a mudança do padrão do rural apenas como unidade de produção para um local de moradia da família.

No entanto, a migração dos jovens não deixa de existir apesar da ampliação das possibilidades de renda e do “melhor dos dois mundos”, o rural e o urbano, mediante a proximidade entre os espaços, mesmos estes trabalhando e tendo fácil acesso ao meio urbano. Isto nos leva a ter que considerar novos fatores que podem estar influenciando na decisão de sair do meio rural, condicionantes estes ligados à questão cultural, mais especificamente atrelados ao poder patriarcal. Carneiro (2001) aponta o poder patriarcal como um propulsor para a saída dos mais jovens do campo, referindo-se, principalmente, a demora do pai em passar a propriedade para o sucessor como um fator que desencadeia a saída do jovem do meio rural: *“Ser o chefe do estabelecimento familiar é ter assegurado a condição de proprietário e o pai tenta ao máximo retardar a transferência da posse da terra na tentativa de assegurar a sua autoridade e a garantia de ser cuidado pelo filho sucessor”* (Carneiro, 2001).

Por exemplo, a remuneração do filho(a) proveniente do trabalho nas agroindústrias e fábricas é, em muitos casos, incorporada à renda familiar, não importando quem esteja realizando o trabalho. Essa renda é administrada pelo pai, chefe da família. E isso nem sempre acontece de forma harmônica e sem conflitos. Como destaca Seyferth (1992), deve ser observado que a autoridade paterna, bem como a tradição, invocada neste caso, nem sempre são suficientes para contornar o descontentamento dos jovens com esta situação. Desta forma, a permanência e o desenvolvimento da agricultura familiar estão pautados em variáveis que transcendem a questão econômica. A preservação da cultura camponesa em um mundo cada vez mais unificado pelos padrões do individualismo moderno entra em confronto aberto com os valores tradicionais que privilegiam o interesse da família.

A história do desenvolvimento da agricultura familiar no oeste catarinense deixa clara uma trajetória marcada por um processo de integração da agricultura familiar aos padrões capitalistas de modernização agrícola, que não podem deixar de ser vistos como excludente de uma parcela dos agricultores familiares. Por outro lado, essa história demonstra uma cultura de origem germânica e italiana marcadas, a primeira por uma forte influência da religião católica com afinidade ao mundo do lucro e da inovação, e a segunda, na cultura italiana percebe-se um forte capital social favorecedor de práticas associativas entre seus membros.

Assim, podemos perceber que os processos de modernização têm múltiplas faces e que não só de tragédias e lados negativos ele é feito. Junto à modernização do meio rural vieram também a possibilidade de ampliação das oportunidades de escolha, de bens e serviços, o enfraquecimento do poder patriarcal que ainda subjuga jovens e mulheres, enfim, uma proximidade de padrões urbanos de vida e de direitos.

## **CAPÍTULO 3 - A SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

No capítulo anterior contextualizamos a agricultura familiar do Oeste catarinense chamando a atenção para a influência cultural sobre o processo de desenvolvimento de uma agricultura familiar capitalizada e competitiva. Destacamos a influência da etnia alemã e italiana no processo de modernização da agricultura desta região. Ressaltamos, na agricultura familiar de origem alemã, os direcionamentos práticos ligados à religião protestante, que valoriza o trabalho e a transformação racional na relação com a natureza, alicerçado na valorização da inovação tecnológica, concebida como um aprimoramento da capacidade de realização do trabalho. Já entre os italianos, destacamos a influência dos laços sociais, conformadores de um forte capital social, favorecedor de práticas associativas entre as famílias de mesma nacionalidade e cultura. No presente capítulo enfocaremos mais diretamente os fatores que influenciaram no processo sucessório da agricultura familiar do oeste de Santa Catarina.

### **3.1. O DEBATE SOBRE SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

O debate sobre a sucessão na agricultura familiar embora, tradicionalmente, não tenha sido abordado de forma direta na literatura sobre o campesinato e, posteriormente, sobre a agricultura familiar, aparece na literatura de forma indireta ao se tratar da questão da herança da propriedade, das estratégias de casamento e dos fatores que influenciam na saída do meio rural. De acordo com Bourdieu (1962), a sucessão possui uma função social definida: dar continuidade à exploração da propriedade familiar. A sucessão implica na formação de novas gerações de agricultores e envolve três componentes: a transferência patrimonial; a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas da gestão do patrimônio.

Segundo Mendonça et al (2008) a transferência patrimonial envolve a transmissão da terra e dos ativos existentes para a próxima geração. Geralmente não é imediata, a passagem da gerência e da utilização do patrimônio de uma geração a outra. Segundo Abramovay (1998); Silvestro et al. (2001); Sacco dos Anjos e Caldas (2006); na agricultura familiar a sucessão envolve códigos culturais orientados para escolhas e procedimentos dirigidos a garantir que, pelo menos, um dos herdeiros de direito possa se tornar o gestor da unidade produtiva, preservando o patrimônio familiar.

Segundo Carneiro (2001), a transmissão dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as

condições de cada família. Assim, ela decorre de estratégias relacionadas aos instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis na família. No Brasil, apesar de o Código Civil estabelecer a igualdade de condições entre todos os filhos no que se refere ao direito sobre a herança, as regras culturais na agricultura familiar e os códigos costumeiros modificam a lei de acordo com os “interesses” de um ator coletivo, a família, que se impõe aos interesses individuais Abramovay (2000), complementa ainda que:

A passagem das responsabilidades sobre a gestão da propriedade dá-se num processo de transição em que os pais, gradativamente, vão passando as tarefas de gestão da propriedade como a abertura de conta bancária própria ou conjunta, bloco de produtor, responsabilidade de gerir os negócios até a passagem completa do gerenciamento da propriedade. (ABRAMOVAY et al. 2000).

A sucessão na agricultura familiar envolve não apenas a transferência de um patrimônio e de capital imobilizado ao longo das sucessivas gerações, mas revela, também, a existência de um verdadeiro código cultural que orienta as escolhas e os procedimentos dirigidos a garantir que pelo menos um dos herdeiros possa reproduzir a situação original. Desta forma, segundo Handfield, Jean e Parent (2005) citados por Brumer (2007), os critérios sucessórios adotados pelos pais são orientados por fatores culturais, mas podem, também, ser decorrentes de fatores conjunturais que, de alguma maneira, impõem-se aos pais.

Wolf (1976) salienta que fatores específicos, tais como a disponibilidade de terras, ou mesmo as mudanças socioculturais e econômicas advindas da sociedade envolvente podem levar a modificações nas regras costumeiras que orientam a sucessão. Por exemplo, até os anos 60, quando ainda havia uma certa mobilidade espacial no mercado de terras predominava, em muitas regiões rurais do Brasil, o padrão sucessório baseado no *minorato*<sup>20</sup>, caracterizado pelo fato de o filho mais novo ficar com a propriedade paterna, enquanto os demais recebiam alguma ajuda para se estabelecerem em outras terras ou mesmo na cidade. Carneiro (2001), ao referir-se às condições de existência de colonos de descendência italiana do Sul do Brasil, observou a ocorrência do *minorato*, sendo que a escolha do sucessor era legitimada e comunicada aos demais membros da família após o casamento do escolhido.

---

<sup>20</sup> Instituição pela qual a terra paterna é transferida ao filho mais novo que, em contrapartida, responsabiliza-se por cuidar dos pais durante a velhice (WOORTMAN, 1995; PAPMA, 1992 e SILVESTRO, 1995).

Neste momento do processo sucessório, conforme Woortmann (1995) a própria lógica interna da pequena propriedade estimula a emigração. Alguns devem sair para que a propriedade e a família possam permanecer. É a própria emigração que constitui esse futuro possível a quem fica. Neste sentido, segundo Vianna (1986), a passagem da terra às gerações seguintes é um dos movimentos básicos na manutenção da condição de agricultor, este processo está relacionado a regras de herança, disponibilidade de terras e à existência de “excluídos” da terra da família.

Vale ressaltar que no processo sucessório o poder patriarcal mantém-se hierárquico e como base fundamental para definir todos os passos que envolvem a passagem do patrimônio da família. O pai é a figura central no processo sucessório na agricultura familiar, tendo o poder para decidir qual o momento e a forma da passagem das responsabilidades de gerenciamento e gestão do estabelecimento para a próxima geração. Segundo Mello et al (2003), a transição e a passagem definitiva da gestão do estabelecimento paterno levam em conta muito mais a capacidade e a disposição de trabalho do pai do que as necessidades do herdeiro ou as exigências econômicas ligadas ao próprio desenvolvimento da atividade. O fato do processo sucessório envolver, geralmente, a transferência de poder sobre o gerenciamento do patrimônio familiar em decorrência da morte ou das dificuldades físicas decorrentes do envelhecimento do pai, encobre sobre um véu de constrangimento as discussões relativas a este tema, visto como algo camuflado. Desta forma, não é comum haver diálogos abertos acerca da herança e do processo sucessório, ficando o mesmo no âmbito da autoridade paterna. Essa situação, segundo Anjos et al (2003), pode gerar insatisfações silenciadas entre os irmãos não contemplados com a decisão paterna.

Dentro das estratégias sucessórias Carneiro (1998) destaca, em seu trabalho com camponeses e agricultores em aldeias da França, que os casamentos se tornam de fundamental importância para a compreensão da dinâmica do sistema de transmissão patrimonial.

A abordagem diacrônica permitiu relacionar as estratégias matrimoniais ao interesse familiar de dividir a propriedade ou salvar a sua unidade. Neste sentido, observou-se que a obediência ao princípio de igualdade universal entre os herdeiros ou a escolha de um único sucessor era o resultado das condições econômicas e sociais que, combinadas aos projetos familiares, se manifestam também nas estratégias matrimoniais. (Carneiro; 1998, p. 103).

Essa influência familiar nas relações matrimoniais também foi evidenciada por Woortmann (1995) em seu trabalho com os colonos do sul, através do qual constatou que na visão desses o casamento era considerado como *um assunto por demais importante para ser deixado a critério apenas dos filhos*. De uma união bem arranjada dependeria o futuro do patrimônio familiar. Mas, se a família interfere no casamento ou, mais corretamente, o constrói, isso implica também na sua responsabilidade com relação a ele, principalmente, em momentos de crise. Conforme salienta a autora, *“entre camponeses, o casamento não é uma simples questão de escolha individual; a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo”* (Woortmann, 1995).

O sucessor, além de ter a responsabilidade da manutenção do patrimônio familiar tem, também, o encargo de dar continuidade à linhagem a qual pertence, passando o nome do pai para os filhos homens. Woortmann (1995) observou em seu trabalho a grande significância para os colonos do nome, através do qual se classifica a pessoas. É constante quando da apresentação da pessoa a pergunta: *Von wem bist Du?* (de quem você é), mais do que “quem você é?”. Ainda, segundo Woortmann (1995), dados os parâmetros étnicos e religiosos que limitam as possibilidades matrimoniais, o princípio do pertencimento familiar do indivíduo<sup>21</sup>, norteia a definição de casáveis e não casáveis, não no sentido de prescrições e proscricções formais, mas no sentido de desejáveis ou indesejáveis. Como chama a atenção Woortmann (1995), para que a propriedade seja passada ao filho, ele deve se casar e constituir família, de modo a garantir a perpetuação do nome. Assim, a escolha da futura esposa tem como preocupação central a manutenção do patrimônio e da posição social da família na localidade. Como destaca Castro (2005), o costume sucessório repousa no primado de que o interesse do grupo está acima do interesse dos indivíduos.

### **3.1.1 - A influência dos aspectos materiais associados à racionalidade técnico-econômica da sociedade capitalista sobre o processo sucessório da agricultura familiar.**

Dentre os fatores elencados como afetando a sucessão na agricultura familiar, o processo de desenvolvimento tecnológico tem sido apontado como um dos fatores que mais incide sobre as estratégias de reprodução das unidades familiares de produção. As

---

<sup>21</sup> A palavra *Keim* é definida como significando “princípios germinativos”. Ela designa germe, origem, causa Woortmann (1995)

exigências relativas à mercantilização da produção agrícola são apontadas como incidindo nos processos de reestruturação e gestão das propriedades familiares, por influenciar no número de pessoas que seria necessário para o funcionamento das atividades da propriedade. O sistema capitalista, segundo Silvestro et al. (2001), pressiona a “reestruturação produtiva” levando a alterações nos padrões de administração da propriedade e do perfil necessário ao gestor. Singer (2005) é outro autor a fortalecer esta perspectiva, ao assinalar que desde a década de 70, as dificuldades de elevação da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, dos ganhos, incidiram sobre a decisão de migrar. Neste mesmo sentido, Lisboa (2003), apresenta um quadro de variáveis desmotivadoras para a permanência da população no meio rural. Destaca a mecanização das atividades agropecuárias e a liberação da mão-de-obra como fatores que poderiam levar a decadência econômica de um percentual acentuado de propriedades rurais, acarretando a chamada “fuga do campo”.

Para Pereira (2004) a partir do desenvolvimento técnico intensifica-se a interação entre o mundo agrário e a sociedade urbano-industrial. Neste processo, o capitalismo revoluciona as condições da vida e de trabalho em sítios e fazendas, minifúndios e latifúndios. Seu desenvolvimento no campo assinala a introdução de novas condições de vida, novas tendências de comportamento, novos modos de se produzir e de se reproduzir, material e espiritualmente. Segundo Graziano (1997), a agricultura, enquanto setor econômico vem, de forma continuada, aumentando a sua produtividade, via a incorporação de inovações tecnológicas. Assim, é de se esperar que este setor, cada vez mais, gere menos emprego. Desta forma, nada mais natural que o eixo dinâmico de geração de empregos no meio rural seja o relativo às atividades não agrícolas. A ampliação do mercado de trabalho e de serviços assistenciais e a atração dos salários fixos mais elevados no meio urbano são, também, indicados como atrativos para a população do meio rural.

### **3.1.2. A influência dos valores culturais sobre o processo sucessório da agricultura familiar.**

Mello et al (2003) analisando o padrão reprodutivo das unidades familiares até o final dos anos de 1960 apontam para a existência de dois aspectos centrais: 1) existia uma ligação entre os objetivos da unidade produtiva e as aspirações subjetivas de seus membros; 2) existia um fundamento que fazia da agropecuária a perspectiva mais viável de reprodução social para as novas gerações, ou seja, a ligação (moral) tanto da

família como da comunidade, associada aos próprios valores os que eram muito fortes e convergiam para a continuidade da profissão de agricultor. Para os *colonos-pais* a realização de sua missão se constituía em ter terras e nelas desenvolver atividades primárias. Buscavam passar estes valores para os filhos. A intenção dos colonos era clara: a manutenção da propriedade e dos filhos na terra.

No entanto, a sociedade capitalista com sua racionalidade técnico-científica vai, paulatinamente, servindo de substrato para as transformações culturais de uma grande parcela da população mundial. Ao colocar no mercado tecnologias, bens de consumo e serviços diversificados, fazendo do dinheiro um valor, ou seja, um meio reconhecidamente fundamental para o indivíduo inserir-se na sociedade moderna, novos valores vão modificando as relações sociais no meio rural. Assim, após a década de 1970, período em que o Brasil estava expandindo a sua urbanização e a sua industrialização, tornou-se mais comum observar que mesmo nos casos em que ocorria a possibilidade em adquirir novas terras, nem todos os filhos optavam pela profissão de seus pais. A idéia de que, na sua grande maioria, os jovens no campo destinavam-se a reproduzir os papéis de seus pais, vai se tornando cada vez menos verdadeira no interior das próprias famílias. Tedesco (2001) constata que ser herdeiro passou a não ser mais objeto de grande satisfação.

Essa crise se manifesta especialmente pela migração da população jovem, ou seja, os filhos e filhas dos agricultores familiares. Conforme os estudos de Abramovay e Camarano (1997) o fluxo migratório rural na década de 90 é, sobretudo, de jovens rurais entre a faixa etária de 16 a 24 anos, sendo maior, ainda, a migração feminina, como mostram os dados do IBGE (2000) sobre o estado do RS. De acordo com esses dados a proporção de rapazes e moças que ainda estavam no meio rural era de 53,3% e 46,7%, respectivamente. Para Carneiro (1998), o desenvolvimento da sociedade tecnocientífica introduz novas referências em relação ao trabalho, ao consumo, ao modo de vida que vão fazer, cada vez mais, parte do ideário das famílias e dos jovens no meio rural, podendo contribuir para a rejeição em relação a seguir a profissão de agricultores.

A situação dos jovens no meio rural é de subordinação. Embora participem ativamente das atividades agropecuárias, têm pouco espaço na tomada de decisões, além de raramente terem renda própria, o que os leva a ter que pedir aos pais dinheiro mesmo para pequenos gastos pessoais. A idealização de outro modo de vida e a busca individualizada de realização pessoal tem levado o jovem a migrar. Conforme tem

observado Woortmann (1995) em seus estudos, os (as) filhos (as) de agricultores, cada vez mais, estão deixando de valorizar “uma existência de colono”, preferindo trabalhar em fábricas. Em duas regiões do Rio Grande do Sul estudadas pela autora, a posição do sucessor passara a ser vista como uma “prisão”, em razão de, para os jovens, “o nós, coletivo da família, tender a ser substituído pelo *eu*, de cada indivíduo”, demonstrando, assim, a dissolução do vínculo do indivíduo com a unidade familiar.

No curso deste movimento de conquista de uma maior autonomia e emancipação é comum a ocorrência de conflitos, oriundos da busca dos jovens de reconhecimento como indivíduo atuante não somente na família, mas também na sociedade. O processo de empoderamento está relacionado à possibilidade de inserção dos jovens na política de crédito, na construção de empreendimentos econômicos, no assalariamento, os quais ampliam a sua possibilidade de estabelecer uma nova posição para eles no espaço da família, do trabalho e da comunidade. Para Zorzi (2008) empoderar-se significa a construção de novas relações nas quais esses jovens passam a ter mais controle sobre suas decisões e a participar mais das decisões relacionadas à própria família. Diferente dos seus antepassados, hoje o jovem encontra a possibilidade de optar de maneira mais individualizada sobre o seu futuro, as suas escolhas, o seu modo de ser e de agir. Silva (2000) ressalta que a vivência cotidiana dos jovens rurais se caracteriza pelo contato, cada vez mais próximo, entre o “campo” e a “cidade”, de tal modo que esses jovens em sua trajetória cultivam traços e assimilam, ao mesmo tempo, valores urbanos aos rurais.

Assim, concorrendo fortemente com o poder patriarcal no rol dos fatores culturais revelados pelas pesquisas como levando os jovens a almejam a sair do campo está o complexo de inferioridade em relação aos jovens da cidade. O estigma de atrasado e caipira faz com que o jovem que vive no meio rural muitas vezes renegue ou esconda as suas raízes, as suas preferências culturais e os seus gostos, com medo de ser taxado de “matuto”. Copiam-se os hábitos e as preferências típicos do modo de vida seguido pelos jovens urbanos. Para Goffman (1980) o estigma constitui-se em um sinal que marca a pessoa como um diferente, como alguém hierarquicamente inferior. No meio rural este estigma pode ser percebido, por exemplo, pela classificação atribuída pelos jovens em relação ao lugar onde vivem, como sendo um lugar onde se *mora mal*, em oposição a consideração de *morar bem*, que se refere a quem reside nos centros urbanos. Assim, a maioria dos *jovens* que afirma querer *ir embora*, atribui esse desejo a querer viver em um lugar melhor. Pesquisa realizada pela Univates (2005), acerca da visão dos atuais responsáveis pela propriedade sobre as razões manifestadas pelos

jovens para quererem permanecer ou abandonar a propriedade paterna, enumera os seguintes fatores.

**Quadro 04.** Fatores internalizados pelos jovens rurais do vale do Taquari em relação as suas escolhas de ficar ou abandonar as propriedades rurais paternas.

Fatores que atraem os jovens para a área urbana, na opinião dos responsáveis das atuais propriedades	Fatores que mantêm os jovens na área rural na opinião dos responsáveis das atuais propriedades
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Salário constante</li> <li>• Trabalho menos penoso</li> <li>• Mais tempo livre (férias, fim-de-semana livre)</li> <li>• Possibilidade de estudo</li> <li>• Liberdade de escolha de opções de trabalho</li> <li>• Possibilidades maiores de aposentadoria</li> <li>• Mais lazer</li> <li>• Vida social mais intensa</li> <li>• Melhor Status</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apego e amor a terra</li> <li>• Custo de vida mais barato</li> <li>• Um lugar mais seguro</li> <li>• Ser dono de seu próprio negócio</li> <li>• Melhor qualidade de vida</li> <li>• Garantia de trabalho</li> <li>• Tradição</li> <li>• Dificuldade de arrumar emprego</li> <li>• Vocação</li> <li>• Mais próximo a família</li> <li>• Melhor remuneração</li> </ul>

**Fonte-** Pesquisa Dinâmica populacional e a sucessão na agricultura familiar do Vale do Taquari – UNIVATES / FETAG / MDA (novembro de 2005)

Entre os fatores que foram citados como atraindo os jovens para a cidade, a grande maioria se relaciona ao trabalho. Há a manifestação de uma oposição hierarquizante entre o trabalho realizado na cidade e no meio rural. O primeiro é visto como tendo um salário constante, ser menos penoso, oferecer maior tempo livre, férias, fim-de-semana, além da maior possibilidade de escolha e maior remuneração na aposentadoria. Esta representação contrastiva do trabalho realizado no campo e na cidade evidencia, inclusive, uma mudança dos pais quanto ao destino dos filhos. A perspectiva de que os filhos possam ter uma vida mais fácil na cidade faz com que os pais não mais desejem a sucessão do filho na gerência da propriedade.

Até o final dos anos 1960 havia no Oeste de Santa Catarina, de acordo com Abramovay et al. (2003), uma forte pressão moral no âmbito da família e da comunidade para a continuidade da atividade agrícola. De fato, eram raras as trajetórias autônomas de realização profissional entre os jovens, sendo a agricultura a perspectiva mais viável de reprodução social para as novas gerações. No entanto, esse cenário começa a se alterar a partir dos anos 70 e mais intensamente nos anos 80, quando a aproximação campo-cidade, o crescimento das ocupações rurais não agrícolas e o crescimento da pluriatividade passa a ampliar o escopo de possibilidades da juventude rural de elaborar projetos de vida individuais. Essa nova realidade tem influenciado na estrutura familiar rural, sendo visível a mudança do discurso dos pais, em torno do futuro do jovem rural.

Torna-se cada vez mais perceptível o incentivo por parte dos pais para que os filhos procurem um trabalho assalariado, ainda que em concomitância com as tarefas da unidade produtiva, mostrando que não há, em si, um processo unidirecional de desprendimento dos jovens do destino agrário, ou seja, o mesmo se constrói dentro do universo familiar, com a aquiescência e até o incentivo dos pais.

### **3.1.3. A influência das questões de gênero sobre o processo sucessório da agricultura familiar.**

Outro fator relativo ao âmbito cultural que vem afetando sobremaneira o processo sucessório na agricultura familiar diz respeito às desigualdades de direitos entre homens e mulheres no meio rural. Em decorrência destas desigualdades de gênero os estudos realizados pela CEPAL<sup>22</sup> mostram que havia, em 1995, aproximadamente, 5,2 milhões de homens a mais que mulheres na zona rural latino-americana. Quando se considera a população entre 15 e 29 anos esta diferença chegava a 1,8 milhões - situação bem próxima a do Brasil. Segundo Camarano e Abramovay (1998), as hipóteses que justificariam a masculinização da população rural seriam: o aumento da oferta de trabalho para as moças no setor de serviços e o caráter seletivo das dinâmicas familiares que privilegiam a sucessão masculina, incentivando os estudos das moças mais que dos rapazes. Hoje o contingente feminino no campo está na faixa dos 36% da População Econômica Ativa (PEA). Embora este percentual seja decorrente da queda da população feminina no campo, ele é decorrente, também, do fato de as agricultoras familiares enfrentarem dificuldades para a formalização de sua inserção econômica no mercado de trabalho no meio rural.

O trabalho feminino na agropecuária é majoritariamente não remunerado; para as poucas que auferem rendas monetárias, estas ainda são bem inferiores às recebidas pelos homens. Independentemente da forma como se mensura a renda agropecuária, a precariedade da condição feminina salta aos olhos: assim como em 1993 e 1998, em 2004 79% das trabalhadoras rurais não auferiram rendas monetárias, enquanto que essa proporção era de 26% para os homens. (Melo & Di Sabbato, 2006. Aput, SILVA, p, 7).

Segundo Paulilo (2004) e Brumer (2004), as mulheres têm pouco espaço na atividade agrícola comercial, onde atuam apenas como auxiliares. O envolvimento das mulheres

---

<sup>22</sup> Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Maiores informações disponíveis no site <http://www.eclac.org/brasil/>

em atividades produtivas é recorrentemente considerado como “ajuda” (Paulilo, 1987; Paulilo, 2004; Brumer, 2004), como um trabalho complementar (Melo; Sabbato, 2006). Enquanto aos rapazes são destinadas às tarefas de gestão da propriedade, recebendo a transmissão dos saberes agrícolas e administrativos necessários ao processo sucessório, as moças são requisitadas para as atividades ditas produtivas apenas quando estas necessitam do pleno emprego da mão-de-obra familiar (colheita, plantio). Conforme aponta Wanderley (2007), a participação dos filhos nas atividades das propriedades já vem cercada de diferenciação quando se refere ao sexo dos envolvidos. Considerando a distinção entre o trabalho na roça e na casa prevalece uma divisão tradicional do trabalho, segundo a qual, os rapazes estão ausentes das atividades domésticas, enquanto a maioria das moças realiza a dupla jornada de cuidar da casa e trabalhar na propriedade.

Segundo Carneiro (2001), a representação socialmente estabelecida da mulher apenas como esposa de produtor determina, também, a sua exclusão da herança da terra ou do papel de sucessora porque ela não é socialmente reconhecida como capaz de chefiar o estabelecimento familiar. Além de ser excluída muitas vezes da herança, a moça carrega um sentimento de controle e falta de liberdade no espaço onde reside. Segundo Castro (2005), a conquista de autonomia ou de liberdade só é obtida com a saída da casa dos pais. As moças almejam migrar para fora da propriedade mais que os rapazes, buscando através do emprego, geralmente, doméstico, a sua emancipação. Mas o estudo também é visto como uma forma de sair da propriedade e construir outra forma de vida, diferente da que levou a mãe. De acordo com Brumer (2007), Deere e Leon (2002), as jovens investem nos estudos e buscam alternativas de inserção profissional no mercado de trabalho urbano, principalmente, devido ao processo sucessório que tradicionalmente privilegia os herdeiros do sexo masculino no acesso a terra, em detrimento das mulheres. Conforme aponta Lopes (2006), a migração significativa das jovens do meio rural reflete, inclusive, no celibato masculino. Com o menor número de moças no meio rural e a falta de interesse daquelas que vivem na cidade em irem para o campo, os próprios rapazes acabam por se sentirem estimulados a também saírem.

Concluimos o presente capítulo, tendo abordado, a partir da literatura, os fatores que influenciam na dinâmica do processo sucessório na agricultura familiar. Discorremos, teoricamente, acerca das variáveis que têm influenciado na passagem da gestão da propriedade para os sucessores. Apesar de mostrarmos a influência dos fatores econômicos e materiais sobre o processo sucessório, como, por exemplo, as opções de

trabalho e a oferta de bens e serviços da cidade, enfatizamos, por outro lado, a incidência dos fatores culturais tanto para estabelecer os critérios de recebimento da herança da terra e do sucessor, como para “expulsar” do campo os não eleitos para dar continuidade à gestão da unidade produtiva familiar. A partir do próximo capítulo, abordaremos mais de perto a realidade de três micro-regiões do oeste catarinense, a fim de contrapormos a base teórica ora apresentada sobre os fatores socioeconômicos e culturais relacionados ao processo sucessório na agricultura familiar com as evidências empíricas referentes à região escolhida para a pesquisa ora apresentada.

## **CAPITULO 4 - A AGRICULTURA FAMILIAR E O PROCESSO SUCESSÓRIO NA MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.**

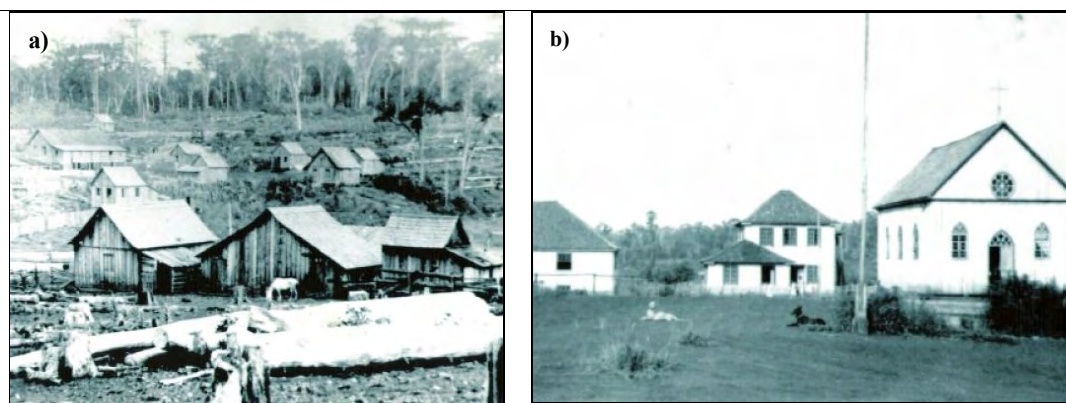
Neste capítulo trataremos especificamente dos fatores implicados no processo sucessório na Microrregião de São Miguel do Oeste – em Santa Catarina, abordando variáveis relacionadas ao seu desenvolvimento histórico-administrativo, demográfico e econômico. Objetivou-se, através destes dados, analisar as mudanças ocorridas na relação rural-urbano desta microrregião, ao longo das décadas de 1970-1980-1990-2000 e 2007, a fim de compreender a forma como elas repercutiram no processo sucessório nas unidades produtivas familiares. Para proceder essas análises recorreremos a informações obtidas na pesquisa de campo, realizada no ano 2009, e a dados do IBGE, referentes aos Censos demográficos de 1970-1980-1991-2000, à Contagem Populacional de 2007, ao Censo Agropecuário de 2006, além dos dados disponíveis no site da Conferencia Nacional dos Municípios (CNM) <http://www.cnm.org.br/>.

### **4.1. O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO-ADMINISTRATIVO DA MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE**

O povoamento do município de São Miguel D'Oeste teve início em 1940, com a entrada na região da Firma Barth, Benetti Cia. LTDA, que atraiu imigrantes do Rio Grande do Sul, com o intuito de explorar madeiras de lei, principalmente o pinho, que eram abundantes na região. Assim, iniciou o desmatamento e a construção das primeiras casas (Fig. 14a), com a finalidade de abrigar as famílias de colonizadores. Esse primeiro espaço povoado recebeu o nome de Vila Oeste. A família de Francisco Ferasso foi a primeira a se fixar no local, seguida de outras dezenas, em sua grande maioria, descendentes de imigrantes italianos, católicos, vindos do estado do Rio Grande do Sul. Em 1943, foi construída a primeira igreja (Fig. 14b), tendo como padroeiro São Miguel Arcanjo<sup>23</sup>, que deu origem à cidade de São Miguel do Oeste.

---

<sup>23</sup> São Miguel Arcanjo é protetor dos madeireiros, sendo que naquela época a base da economia era a extração da madeira.



**Figura 14.** Registro fotográfico que mostra aspectos Históricos da colonização da Vila Oeste. a) Primeiras casas construídas para abrigar os colonizadores na Vila Oeste (ano 1945). b) Primeira igreja construída Firma Barth, Benetti Cia. LTDA, na Vila Oeste, que tinha como padroeiro São Miguel Arcanjo no ano de (1952).

**Fonte:** <http://www.saomiguel.sc.gov.br/>

A criação do município de São Miguel do Oeste deu-se como em decorrência da pressão demográfica advinda do recebimento, diário, de caravanas de colonos procedentes do Rio Grande do Sul. Com o grande fluxo de pessoas à região, tornou-se necessário atender demandas relativas à construção de estradas, escolas, hospitais, bem como, trazer médicos, remédios e comida. Assim, depois de mais de uma década de muito trabalho e inúmeros problemas, a população de São Miguel do Oeste comemorava a conquista da emancipação ao final do ano de 1953.

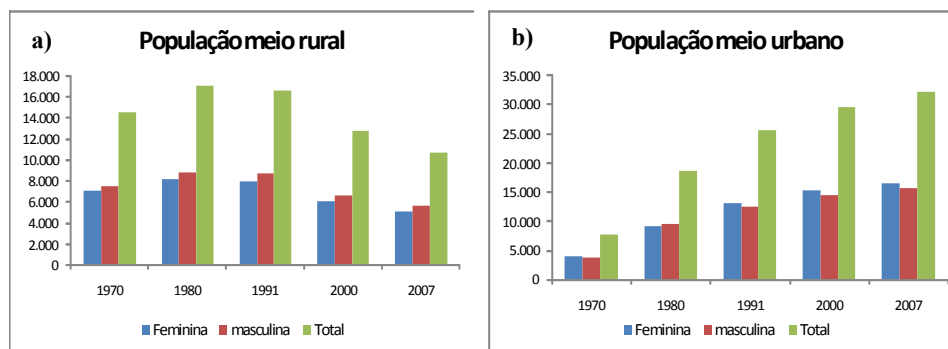
No ano de 1991 os distritos de Barra Bonita e Bandeirantes se emanciparam de São Miguel do Oeste e, em 1995, o distrito de Paraíso também se emancipou. Esses três municípios, juntamente com São Miguel do Oeste compõem a nossa primeira microrregião e fazem parte do levantamento de dados secundários<sup>24</sup> e primários apresentados a seguir. Tendo como objetivo evidenciar o processo sucessório da agricultura familiar nesta microrregião e as variáveis que possivelmente tenham influenciado neste processo, apresentamos neste capítulo os fatores socioeconômicos e culturais, e as prováveis mudanças que ocorreram no meio rural e urbano. Além disso, buscamos evidenciar as mudanças estruturais no meio familiar, tentando identificar os fatores internos à família e externos a ela que possam ter influenciado no processo sucessório nas famílias oriundas da agricultura familiar.

<sup>24</sup> O agrupamento em microrregiões tornou-se necessário, pois nosso levantamento de dados secundários ocorreu em décadas anteriores e posteriores a emancipação dos municípios, o que influenciava nos percentuais, apresentando alterações muito significativas nas variáveis analisadas. Assim com o objetivo de uma melhor compreensão da realidade no decorrer das décadas e de não termos variações nos dados advindos da emancipação dos municípios é que resolvemos agrupá-los e analisar conjuntamente no decorrer de todas as décadas.

## 4.2. MOVIMENTO POPULACIONAL E ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Para verificarmos como se apresentam as mudanças populacionais e econômicas na microrregião de São Miguel do Oeste realizamos um levantamento populacional referente aos anos 1970-1980-1990-2000 e 2007. O levantamento de dados iniciou nos anos 70 pelo fato de a literatura apontar<sup>25</sup> essa década como impulsionadora das mudanças socioeconômicas ocorridas no meio rural, sobretudo, em termos de inversões nos índices demográficos do meio urbano e rural. Como apontam Mira (2001) e Stropasolas (2002), quando estudamos o movimento migratório, devemos levar em consideração que as décadas de 1970 e 1980 foram palco de importantes transformações no campo brasileiro, e Santa Catarina não foi exceção. Neste último caso, por exemplo, as dificuldades do acesso a terra em um universo em que a fronteira agrícola se encontrava quase que totalmente esgotada teve forte influência sobre a migração do campo para a cidade.

Contudo, ao observarmos na Figura (15a), os dados demográficos referentes à microrregião de São Miguel do Oeste podemos perceber que esta apresentou crescimento demográfico nas décadas de 70 e 80, quando as taxas de esvaziamento do campo já eram muito acentuadas em outras partes do Brasil. Só a partir dos anos 90, a população do meio rural começou a diminuir, mas, também, de forma bastante uniforme entre homens e mulheres, o que contraria uma tendência de várias regiões do Brasil, onde a migração mais acentuada foi a de mulheres. Em contrapartida à diminuição da população rural, ainda que tardiamente, a população urbana cresceu de forma mais acentuada na década de 90.

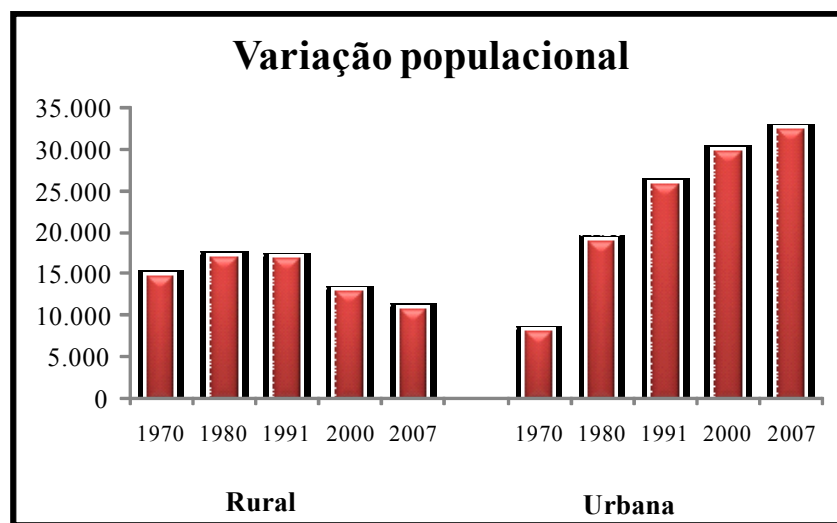


**Figura 15** - Demografia populacional, rural e urban na Microrregião de São Miguel do Oeste, SC.

**Fonte** - Conferência Nacional dos Municípios (CNM). Disponível em: <http://www.cnm.org.br> e IBGE: Contagem da população. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>

<sup>25</sup> BUAINAIN, M. A. (Org) 2007. Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: Características, desafios e Obstáculos. Mira (2001) e Stropasolas (2002)

No caso da microrregião de São Miguel do Oeste, a migração das pessoas do meio rural para a cidade ocorre de forma significativa dentro da própria microrregião, embora fique evidente, também, a atração de pessoas de fora das suas fronteiras regionais. O desenvolvimento do comércio, a implantação de indústrias e agroindústrias, como, por exemplo, grandes frigoríficos de abate de suínos repercutem no crescente aumento da população urbana a partir da década de 90, como mostra a Fig. 16.



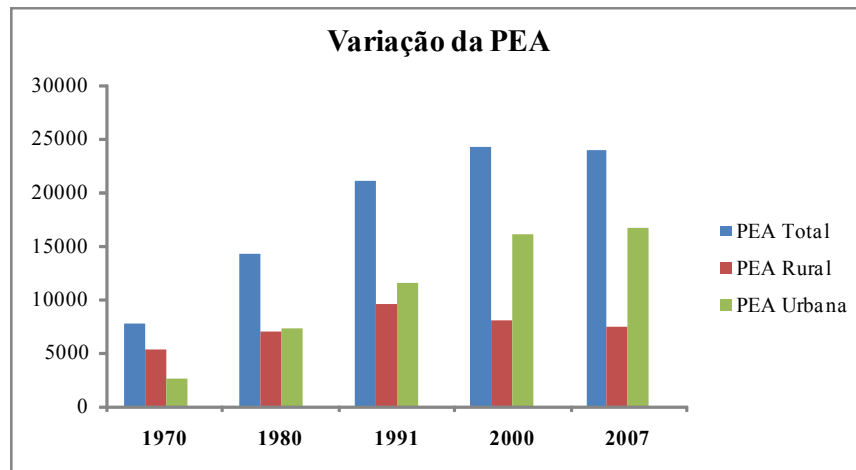
**Figura 16-** Variação populacional total da população rural e urbana na Microrregião de São Miguel do Oeste - SC

**Fonte:** Conferencia Nacional dos municípios (CNM). Disponível em: <http://www.cnm.org.br> e IBGE: Contagem da população. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>

É importante, no entanto, relativizarmos a afirmação de que o meio rural está encolhendo e o urbano aumentando. Quando se analisa os números referentes à População Economicamente Ativa (PEA)<sup>26</sup> da década de 1970 até 2007, no meio rural da microrregião de São Miguel do Oeste - SC, percebemos que ela cresceu entre 1970 e 1990, apresentando uma leve queda no período referente aos anos de 2000 a 2007. De acordo com os dados, a diminuição da população residente no meio rural foi muito mais expressiva que a diminuição das pessoas que trabalham no meio rural. Esse resultado evidencia que parte das pessoas que trabalha no meio rural reside na cidade. Demonstra, igualmente, o estreitamento dos laços entre campo e cidade, também, no que diz respeito ao mercado de trabalho. Assim, residir na cidade pode não ser um impedimento à sucessão em relação aos filhos que não residem no meio rural. Ou seja, eles podem trabalhar na cidade ou no campo de forma parcial e, ainda assim,

<sup>26</sup> População Economicamente Ativa compreende todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade, que constitui a força de trabalho do país. Abrange os empregados e empregadores, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores que estão temporariamente desempregados etc. Fundação Carlos Chagas <http://www.fcc.org.br/>

administrar a unidade produtiva familiar. Eis, portanto, um novo elemento a se considerar no processo sucessório na agricultura familiar.

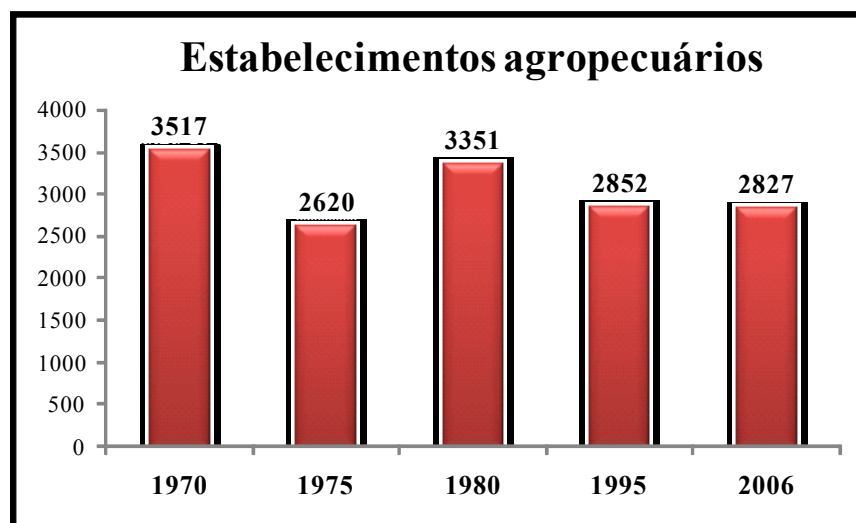


**Figura 17** - PEA no decorrer das décadas levando em consideração a PEA Total, Urbana e Rural na Microrregião de São Miguel do Oeste – SC

**Fonte-** Censo Demográfico: 70-80-91-2000-2007- Disponível: <http://www.ibge.gov.br>

É importante considerarmos que grande parte da estabilidade da PEA no meio rural pode estar atrelada, justamente, ao crescimento da oferta de empregos na agroindústria, um ramo de atividade próxima à experiência de trabalho dos agricultores familiares. Esta atividade pode permitir que os filhos saiam para trabalhar, mas retornem, diariamente, para a propriedade familiar, ou mesmo, trabalhar em regime part-time. Com os recursos gerados por essas atividades os filhos poderão investir na propriedade.

A introdução de agroindústrias, bem como a intensificação do comércio e prestação de serviços, públicos e privados no meio rural e urbano abriram novas perspectivas de melhoria na condição financeira das famílias de agricultores. Tal fato é corroborado pelos dados que demonstram a estabilidade encontrada no meio rural da PEA na última década do Séc. XX e na primeira do XXI. Essa evidencia nos leva a concluir que permanecem no meio rural, pelo menos, o casal trabalhando na propriedade e, na sua maioria, quem exerce alguma atividade fora são os filhos. Buscando verificar se as famílias permanecem no meio rural fizemos um levantamento no número de estabelecimentos existentes no meio rural da década de 1970 a 2007 (Fig. 18).



**Figura 18** - Estabelecimentos agropecuários existentes no meio rural no decorrer das décadas na Microrregião de São Miguel do Oeste - SC  
**Fonte:** Censo Demográfico e Censo Agropecuário: 70- 75-80-95-2006

Os dados confirmaram o que já se observou na PEA: o número de estabelecimentos rurais se mantém bastante estável nas duas últimas décadas. Esse resultado demonstra que, pelo menos, os pais continuam desenvolvendo atividades econômicas na unidade produtiva familiar. Também o PIB Agropecuário, apresentado na tabela (01), se recupera de sua queda na década de 90, crescendo conjuntamente, em termos brutos, com o PIB Municipal, ainda que percentualmente, ele tenha diminuído, em função do crescimento da economia como um todo.

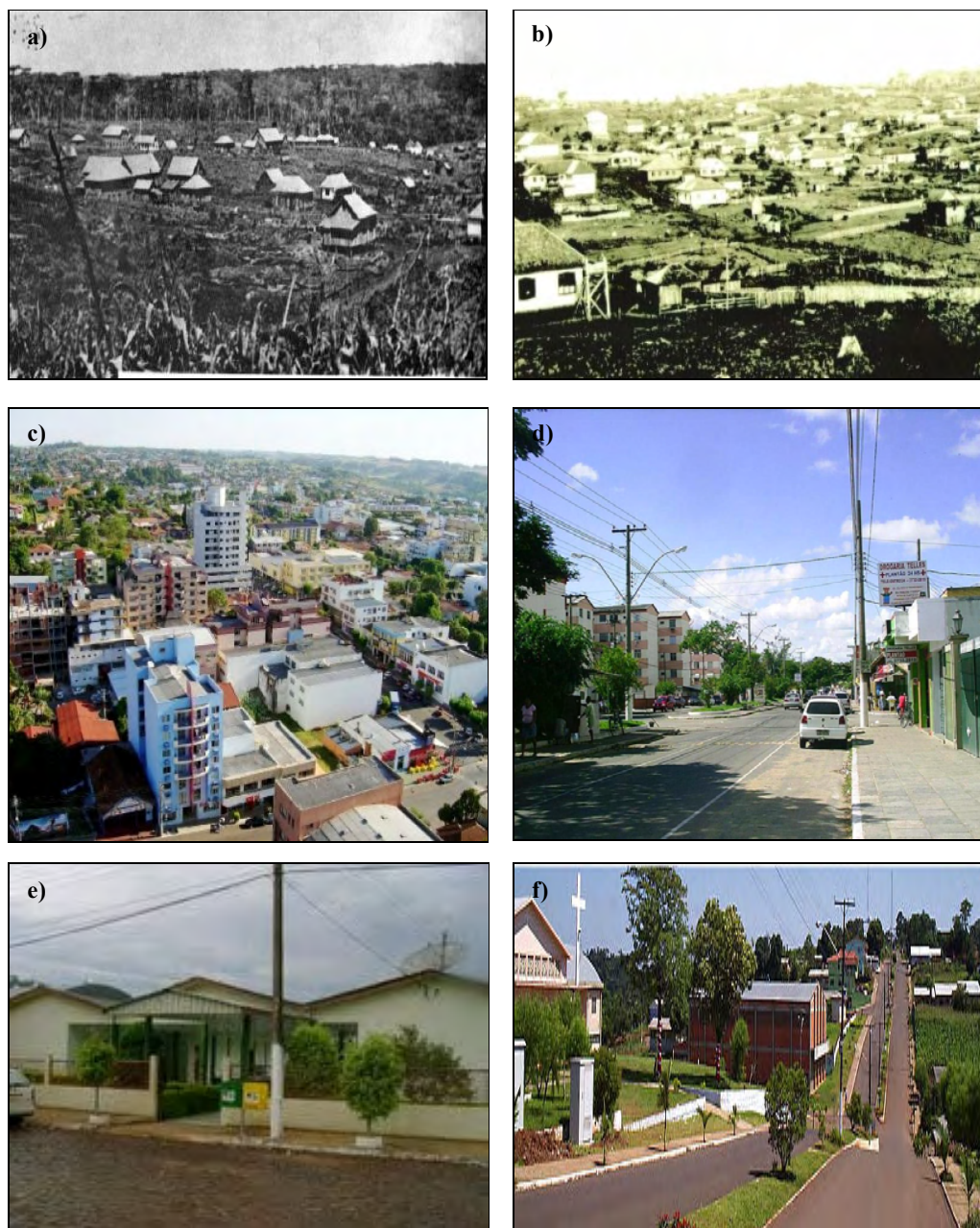
**Tabela 01-** Produto Interno Bruto da Microrregião de São Miguel do Oeste - SC

Anos	Renda Per capita	PIB Município	PIB Agropecuário	PIB Mun/Agrop
1970	105,36	63778,51	23987,11	<b>37,6%</b>
1980	146,25	201078,11	<b>53095,23</b>	26,4%
1996	170,41	226600,45	44215,55	19,5%
2000	271,38	247607,27	47460,83	19,6%
2007	308,02	309912,23	52432,88	16%

**Tabela 01** - Aspectos relacionados a fatores econômicos no decorrer das décadas na microrregião  
**Fonte** - Censo Demográfico 1970-1980-1991-2000-2001- Disponível: <http://www.ibge.gov.br>

Como a tabela aponta, o PIB agropecuário tem se mostrado influente junto à realidade econômica do município, principalmente no que se refere à produção de matéria-prima para as agroindústrias. Além disso, como veremos mais adiante, a busca por cooperativas têm se mostrado uma das alternativas viáveis para a comercialização dos produtos e manutenção econômica das famílias, fazendo com que o meio rural mantenha a sua representatividade na economia junto aos municípios. Este aumento expressivo do PIB dos municípios no decorrer das décadas advém, principalmente, do crescimento do comércio e da entrada de indústrias e agroindústrias que fizeram com

que o PIB do município tendesse a aumentar de forma mais significativa do que o PIB agropecuário. Todavia, tal crescimento da economia no meio urbano parece ter contribuído também para o dinamismo no meio rural. As transformações na paisagem e na infra-estrutura da microrregião no decorrer das décadas, mostradas na Figura (19), também demonstraram a grande influência antrópica advinda do crescimento das atividades econômicas do município.



**Figura 19** – Registro fotográfico do desenvolvimento da infra-estrutura da Microrregião de São Miguel do Oeste (SC) no decorrer das décadas. a) As primeiras construções realizadas pelos colonizadores na chegada à Vila Oeste, (SC) (1940). b) Vista parcial de São Miguel do oeste (SC) (1955). c) Vista aérea do Município de São Miguel do Oeste (2008). d) Rua central do Município de Paraíso, (SC) (2009). e) Município de Barra Bonita, (SC) (2009). f) Rua central do Município de Bandeirantes, (SC) (2009).

**Fonte** - <http://www.saomiguel.sc.gov.br/>. E acervo do trabalho de campo realizado nos meses de março e abril (2009)

Nos próximos tópicos procuramos apresentar as questões especificamente relacionadas à agricultura familiar, abordando variáveis socioculturais e econômicas, que influenciam essas unidades de produção. Essa microrregião tornou-se atrativa para efetuarmos o estudo, tendo em vista a existência, segundo o Censo Agropecuário (2006), de 2604 propriedades caracterizadas como agricultores familiares. Para tanto nossa pesquisa de campo foi construída com uma amostragem de cem produtores. Foram utilizados como instrumento metodológico, questionários e anotações em caderno de campo, abordando questões referentes ao processo sucessório, os critérios de escolha e as formas de efetivação dos futuros gestores. Com base nesta dinâmica, chegamos aos resultados que serão apresentados a seguir.

#### 4.3. AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DA PESQUISA: QUEM SÃO? O QUE ALMEJAM?

Indiscutivelmente o papel das famílias e, principalmente, dos gestores da propriedade foi de fundamental importância para o desenvolvimento dos itens subsequentes do trabalho. Dessa forma, tratá-los apenas como informantes, quando na realidade eles foram “parceiros” do nosso trabalho, seria menosprezar o lugar que ocuparam na pesquisa. Para caracterizá-los buscamos, num primeiro momento, traçar o perfil dos cem (100) agricultores familiares residentes nos quatro municípios da microrregião de São Miguel do Oeste, SC, que participaram da nossa pesquisa de campo. Conforme apresentado na Tabela 02, a seguir.

**Tabela 02** - Perfil dos produtores constituintes da amostra da pesquisa, na microrregião de São Miguel do Oeste - SC

Sexo	%	Estado civil	%	Descendência	%	Religião	%	Procedência	%
Masculino	86%	Casado	81%	Alemã	18%	Católica	79%	Natural município	49%
Feminino	14%	Viúvo	12%	Italiana	67%	Protestante	12%	Outro município	18%
		Solteiro	1%	Cabocla	12%	Crente	6%	Outro Estado	33%
		Divorciado	6	Polonesa	4%	Batista	1%	Outro País	
						Outras	2%		

Fonte: Dados da pesquisa de campo, ano (2009)

Nas famílias entrevistadas dispuseram-se a nos fornecer informações os gestores, principalmente, do sexo masculino. As mulheres participaram da pesquisa, somente nas ocasiões em que o marido estava ausente, ou quando do falecimento do cônjuge.

Percebemos dessa forma, a centralidade atribuída ao pai nas unidades produtivas de origem alemã e italiana desta região do oeste de Santa Catarina. Em muitos casos durante a realização do nosso trabalho, quando éramos recebidos pela esposa, essa fazia questão de chamar o esposo para que ele respondesse às questões e conduzisse a visita à propriedade. A mulher, porém, permanecia no local, sendo consultada, muitas vezes, pelo marido para responder as questões. Na microrregião de São Miguel do Oeste predomina entre as famílias entrevistadas a religião católica<sup>27</sup>, sendo este um traço marcante dos descendentes italianos.

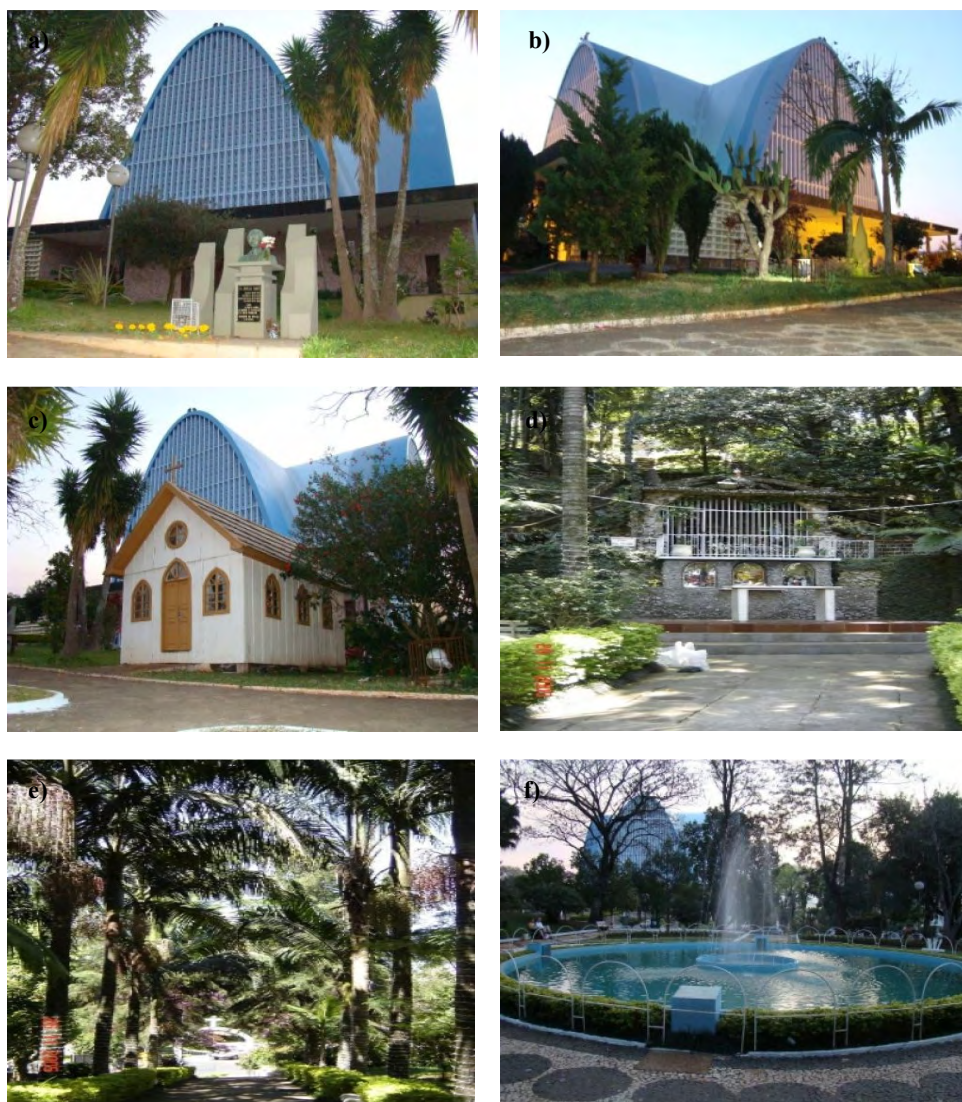
A religião católica constitui-se um fator de coesão social entre as famílias. Evidencia disso, pode ser vista na vida em comunidade, por ocasião dos momentos de festas, rituais religiosos e ajuda entre vizinhos. Tal fato pode ser ilustrado pelo depoimento de um dos colaboradores:

Meus pais contam que quando chegaram aqui, primeiro marcaram as terras e a segunda coisa foi à construção da igreja (...). Afinal sem fé não chegamos a nada. Aqui hoje na comunidade se não é na missa não encontramos nem nossos vizinhos. (*Produtor da comunidade de Linha Sales, município de SMO*).

A valorização da religião católica também se faz presente quando observamos as estruturas das igrejas e demais monumentos desta região. Exemplo disso é a Igreja Matriz São Miguel Arcanjo (Fig. 20b), um dos principais pontos turísticos da microrregião, pelo seu tamanho e formato totalmente diferenciado. É, também, motivo de orgulho e de referência para os agricultores familiares entrevistados, a Gruta Nossa Senhora de Lurdes, (Fig. 20c e d). E, por fim, a praça da igreja que ostenta o Jazigo do Padre Aurélio Canzi (Fig. 20a), que fez história na cidade por andar a cavalo por toda a região extremo-oeste, pregando a religião católica e por ser o maior líder religioso que já passou por São Miguel.

---

<sup>27</sup> Vale ressaltar que a classificação das diferentes credos religiosos apontados pelos produtores foi realizada baseada nas categorias nativas da microrregião.

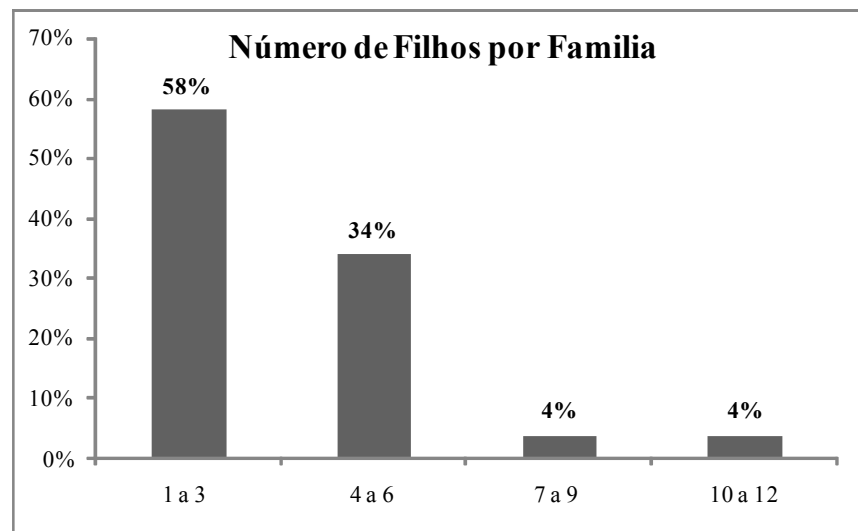


**Figura 20** – Registro fotográfico da ascensão do catolicismo entre os imigrantes italianos. a) Busto do Pe. Aurélio Canzi – localizado nos fundos da Igreja Matriz (2007). b) Vista da Igreja Matriz São Miguel Arcanjo – 2009. c) Réplica da primeira igreja matriz, localizada nos fundos da atual igreja matriz (2009) d) Entrada da Gruta Nossa Senhora de Lurdes. e) Gruta Nossa Senhora de Lurdes – 2009 f) Praça Walmir Bottaro Daniel, Igreja Matriz fundos (2007)

**Fonte** - Acervo trabalho de campo e Site: <http://www.saomiguel.sc.gov.br/>

Outro aspecto do perfil identitário dos agricultores familiares, que pode ser observado na Tabela 02, está relacionada ao fato de o maior percentual dos produtores, (49%), ser natural dos municípios da microrregião, enquanto 33% dos produtores é proveniente de outro estado, principalmente, do Rio Grande do Sul. Dentre os municípios de maior procedência estão: Ijuí, Santa Rosa, Criciúma, Limeira, Boa Vista do Buricá, Carazinho, Três de Maio, Guaporé, Caxias do Sul, entre outros. A motivação para a migração para a microrregião foi impulsionada, segundo 68% dos entrevistados, principalmente, pelo preço e qualidade das terras. A escassez da terra no Rio Grande do Sul e as dificuldades diárias de trabalho e condição financeira dos migrantes no oeste

de Santa Catarina podem ter contribuído para que as famílias tenham se tornado menores, ao longo das décadas, mesmo se considerando a influência de outros fatores, como métodos contraceptivos mais acessíveis, como pode ser visto na Figura 21.

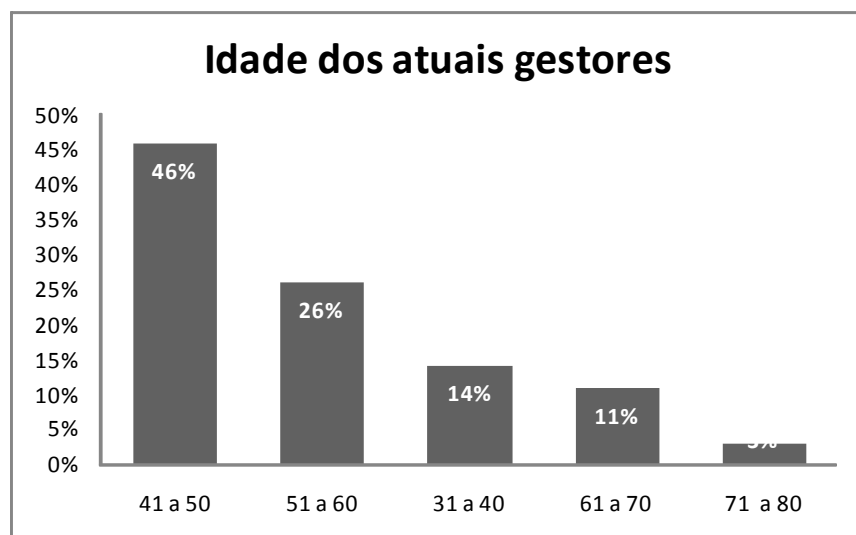


**Figura 21** – Percentual do Número de filhos por famílias que participaram do nosso trabalho de pesquisa na Microrregião de São Miguel do Oeste - SC

**Fonte** - Dados da pesquisa de campo, ano (2009)

Ficou evidenciada na Figura (21) a opção entre os casais entrevistados por um número menor de filhos, em comparação com os seus pais, e a valorização da educação como uma via de superação da condição exclusiva de agricultor. Em todas as famílias visitadas a freqüência à escola ou a faculdade era uma constante entre os filhos que ainda permaneciam na propriedade, um ou dois, geralmente. Em aproximadamente 31% das propriedades os gestores afirmaram que não haveria filho sucessor, pois o destino destes que ali permaneciam, certamente estava atrelado a outra profissão, o que os levaria a migrar para fora da propriedade, tão logo concluíssem os estudos.

Contudo, tal fato não evidencia segundo os dados levantados em nossa pesquisa, a predominância de gestores idosos nas unidades produtivas familiares. Pelo contrário, conforme pode ser observado na Figura (22), cerca de 86% dos gestores entrevistados tinham entre 31 e 60 anos, estando em um período compreendido antes da aposentadoria, se comparado com os trabalhadores urbanos. Apenas 14% estavam acima de 61 anos, ou seja, parte deles em período anterior à aposentadoria de 65 anos. Podemos observar, assim, que um indicador importante acerca do processo sucessório diz respeito ao fato de que o sucessor não adquire esta condição, comumente, antes dos 30 anos, visto não ter sido encontrado gestores de unidades familiares produtivas com idade abaixo desta faixa etária.



**Figura 22** - Idade dos atuais gestores, que participaram da pesquisa indiferente do sexo  
**Fonte** – Dados da pesquisa de campo, 2009

O fato de não ter sido encontrado gestores com menos de trinta anos não implica, contudo, que o pretense sucessor não adquira maior autonomia dentro da unidade produtiva, mesmo antes de assumi-la. Tal fato pode indicar que devemos, antes, pensar a sucessão na agricultura familiar enquanto um processo, que vai se construindo gradativamente e que se estabelece a partir do cumprimento de condições previamente estabelecidas pela cultura camponesa, sendo o casamento e a formação de um novo núcleo familiar, um deles.

Estritamente relacionado à forma como se delinea o processo sucessório está o tamanho da unidade produtiva familiar, em virtude da quantidade de terra ser limitador dos tipos de atividades produtivas a serem desenvolvidas. Assim, no que diz respeito à estrutura agrária desta micro-região, os dados mostram que os minifúndios, entre 1 e 5 ha, não passam de 10% das unidades produtivas familiares, predominando em 63% delas, propriedades com mais de 10 ha. Portanto, a pequena expressividade de minifúndios de até 5 ha pode indicar uma estratégia familiar de não divisão das terras entre todos os filhos, mas, antes, de acertos domésticos destinados a viabilizar condições produtivas mais competitivas ao(s) sucessor(es).

**Tabela 03** – Tamanho das propriedades em hectares visitadas na Microrregião de São Miguel do Oeste - SC

Tamanho	1-5 ha	6- 10 ha	11-20 ha	21-50 ha	51-100 ha
Porcentagem	10%	27%	29%	32%	2%

**Fonte** – Dados da pesquisa de campo, 2009

Por outro lado, podemos observar, também, que o tamanho da propriedade, nesta microrregião, não pode ser visto como um fator limitante para a permanência dos filhos, até mesmo porque se trata de uma região de forte tradição na criação, em granjas, de porcos e aves, o que diminui, em muito, o peso da terra como um fator de produção. Mesmo assim, verificamos um alto percentual de famílias com migrantes, principalmente, de mulheres/filhas, que foram para a cidade, trabalhar em diversos setores, sendo o trabalho nos setores de abate e embalagem das agroindústrias e no comércio, como vendedora, os mais expressivos.

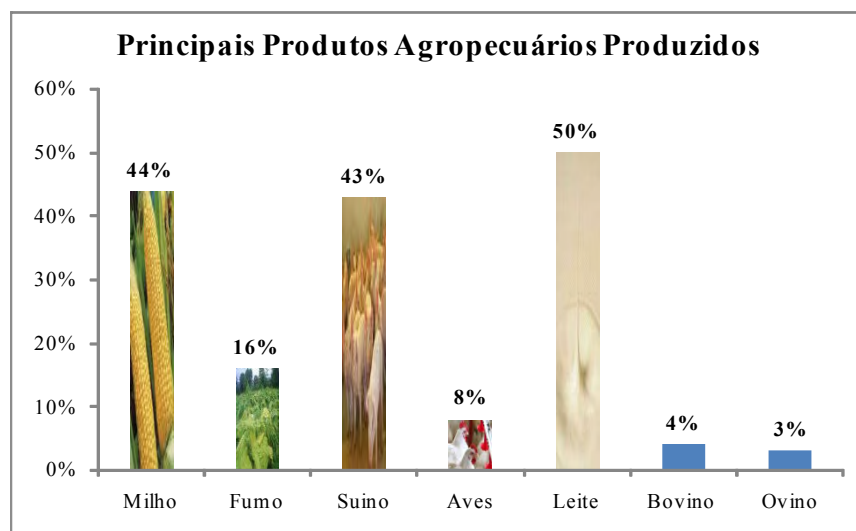
**Tabela 04-** Perfil dos membros que migraram da propriedade nos últimos cinco anos

Propriedades com migrantes		Sexo dos migrantes		Idade no momento da migração	
Sim	Não	Masculino	Feminino	Entre 10 a 19 anos	20 a 39 anos
73%	27%	40%	60%	61,5%	38,5%

**Fonte** – Dados da pesquisa de campo, 2009

Quer dizer, podemos começar a destacar a partir do perfil dos migrantes, fatores de ordem cultural, mais do que econômica, como incidindo sobre a saída de jovens do campo. Por exemplo, o fato de, culturalmente as mulheres não serem vistas como herdeiras em potencial da unidade produtiva familiar, e estarem sujeitas a uma dura rotina de trabalho e a uma vida de obrigações, pode explicar os índices mais acentuados de migração entre elas. Durante o nosso trabalho, encontramos, majoritariamente, propriedades onde permanece o casal com um filho, homem, trabalhando e gerenciando a propriedade. Vale ressaltar que esse filho, na maioria das vezes, trabalha o dia todo em agroindústrias ou indústria, no perímetro peri - urbano das cidades, retornando ao término da jornada de trabalho à casa dos pais. É importante, inclusive, observar que o salário por ele recebido se constitui em importante meio de dinamização e modernização da unidade produtiva familiar, juntamente com a aposentadoria dos avós.

Entrando, então, nas questões relativas à produtividade e à renda apresentada pelas famílias da microrregião de São Miguel do Oeste, que compõem a pesquisa encontramos, na maioria dos casos, propriedades com atividades produtivas diversificadas, conforme mostra a Figura (23).



**Figura 23-** Diversidade de produtos agropecuários na Microrregião. Levantamento feito baseado nos três principais produtos produzidos nas propriedades visitadas na Microrregião de São Miguel do Oeste - SC

**Fonte** – Dados da pesquisa de campo (2009)

A questão da diversidade na produção agropecuária no Oeste Catarinense foi apontada por Paulino (2003), como estratégia para o agricultor se proteger das formas predatórias de extração de renda da terra realizadas pelos diferentes agentes do sistema capitalista. Nas propriedades estudadas, a renda advém, principalmente, da venda do excedente para os mercados locais e para as agroindústrias, como a do fumo, suínos e aves. Já a produção de leite e milho é comercializada via cooperativas. Juntamente com as agroindústrias, as cooperativas foram mencionadas por 33% dos produtores, como instituições que apresentam maior confiabilidade e credibilidade, quando da comercialização dos produtos e recebimento de assistência técnica. Mas, não só de renda agrícola vivem as unidades produtivas familiares. A pluriatividade, compreendida como uma estratégia que a família pode se utilizar para manter a maior autonomia possível frente ao sistema financeiro face aos seus projetos de ampliação, pode se constituir em um elemento decisivo para a efetivação dos mesmos<sup>28</sup>. É deste tema que se tratará no próximo tópico.

#### **4.3.1. A representatividade das Atividades Não – Agrícolas e a dinâmica econômica das famílias.**

Em estudo realizado na região de Theys, na França, Carneiro (1998: 168-169), constatou que as atividades não-agrícolas lá representavam tanto uma condição de acesso a terra, quanto uma alternativa econômica e social, tornando viável a instalação

<sup>28</sup> GUIMARÃES, M.D (2000) Carneiro (1998) e Seyferth (1974)

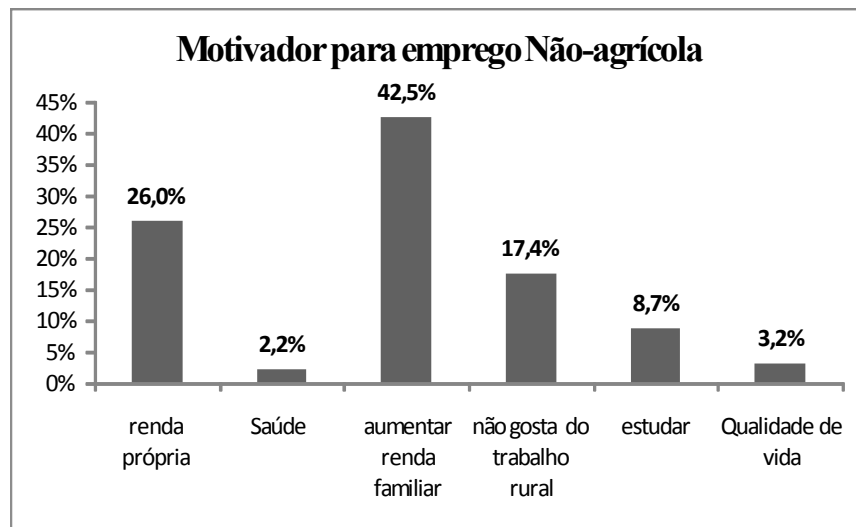
de um sucessor. Já Seyferth (1974), relata em seu trabalho no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, que a combinação do trabalho agrícola com o trabalho não-agrícola, de forma assalariada, na indústria têxtil, por parte dos agricultores, os quais denominou de “colonos-operários”, melhorava as suas rendas e representava uma garantia de sobrevivência e reprodução das unidades familiares de produção.

Em nosso trabalho, em 100 propriedades visitadas 45% contavam com membros desenvolvendo atividades não-agrícolas, que se revertiam em 40% dos casos em ajuda financeira às famílias<sup>29</sup>. Foi expressiva, na fala dos produtores, a importância da renda advinda das atividades não-agrícolas. Constatamos um percentual maior de pessoas do sexo feminino envolvido nesta atividade representando 53,6% dos casos. Foi apontado pelos entrevistados que, se não fosse a possibilidade do emprego em atividades não-agrícolas, o índice de migração da população mais jovem dessas famílias seria bem mais expressivo.

O segundo aspecto abordado pelos agricultores familiares da microrregião em relação às Ocupações Rurais Não Agrícolas (ORNAS) foi referente à motivação desses indivíduos para nelas se empregarem. Um percentual significativo respondeu buscar nas ORNAS o aumento da renda familiar para impulsionar o desenvolvimento das atividades na unidade produtiva familiar. Carneiro (1998) vêm apontando este aspecto em pesquisas em que defende que a pluriatividade é uma estratégia nova, diferenciada das atividades part-time na agricultura justamente, pelo seu uso estar voltado para o crescimento das atividades produtivas nas unidades familiares de produção e não para a sua decadência, bem como, por ocorrerem em espaços dinamizados pela economia urbana. A figura 24 apresenta as motivações dadas pelos agricultores familiares entrevistados para a ocupação em atividades não-agrícolas, por parte de, pelo menos um, dos membros da unidade produtiva familiar.

---

<sup>29</sup> Foi encontrada uma propriedade onde essas atividades eram realizadas dentro da propriedade, através da agroindústria familiar de vassoura. Encontramos cinco casos onde o proprietário realizava trabalho com maquinário em outras propriedades e ganhava por hora de trabalho.



**Figura 24** – A adesão ao trabalho não - agrícola aponta a busca de satisfazer necessidades do coletivo, bem como atender os anseios individuais relacionados ao bem estar e realização financeira do indivíduo

**Fonte** – Dados da pesquisa de campo, 2009

Todavia, embora cerca de 42,5% tenham justificado o envolvimento em ocupações não-agrícolas como uma forma de aumentar a renda familiar, demonstrando a importância entre os agricultores familiares da lógica do grupo sobre a do indivíduo, chama a atenção, também, o fato de, entre todas as outras justificativas, se encontrarem fatores voltados para a lógica do indivíduo e não necessariamente do grupo familiar. A fala traduzida a seguir exemplifica esta situação:

*“eles (os filhos) querem as coisas, a gente não pode dá, aí é melhor que vão trabalhar fora e se compre mesmo” (agricultora do município de Belmonte, comunidade de Bela União, 2009).*

Se somarmos os itens mencionados como motivadores para o envolvimento com ocupações não-agrícolas (renda própria, não gostar do trabalho rural, estudar e qualidade de vida), percebemos, em 55,3% das respostas, uma maior possibilidade de manifestação da individualidade por parte do filho. Tal manifestação pode estar relacionada ao fato de a economia das unidades produtivas da microrregião de São Miguel do Oeste - SC poder favorecer a liberdade de escolha dos filhos não sucessores. O dinamismo econômico da unidade produtiva familiar pode, assim, flexibilizar a utilização da mão-de-obra familiar de todos os filhos nas atividades agrícolas, seja porque o nível tecnológico atingido permite tal liberação, seja porque é racionalmente viável para a reprodução da unidade familiar de produção que apenas um ou dois dos filhos se tornem sucessores. Assim, ficam liberados os demais para poderem construir seus projetos de vida de forma mais autônoma. Os dados referentes à renda mensal dessas famílias pode ajudar a tornar mais clara a afirmação de possibilidade de

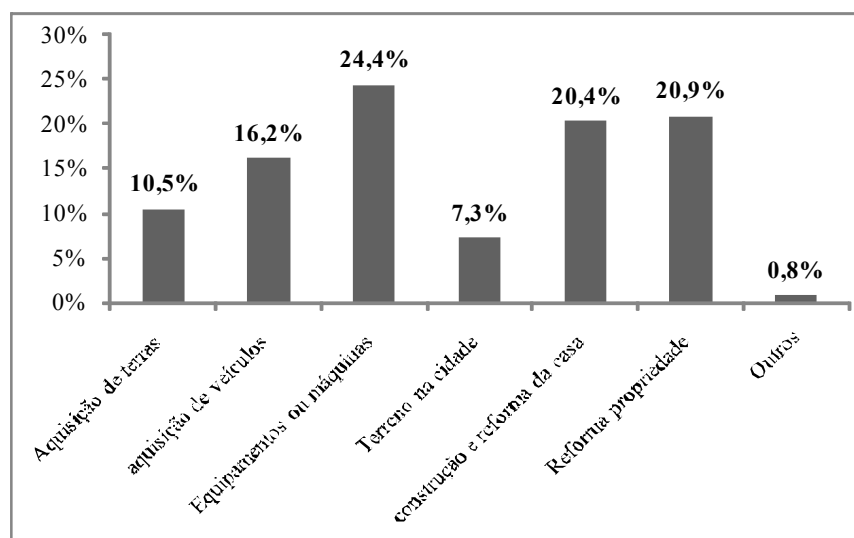
flexibilização dos gostos individuais por parte dos filhos de forma combinada com as estratégias de investimento na unidade produtiva familiar.

**Tabela 05** – Renda mensal das propriedades estudadas na Microrregião de São Miguel do Oeste – SC

RENDA MENSAL	1 Salário	2-5 Salários	5-10 Salários	10-30 Salários
PORCENTAGEM	8%	63%	24%	5%

Fonte – Dados da pesquisa de campo, 2009

A tabela 05 mostra que 87% das propriedades visitadas arrecadam em média entre 02 a 10 salários mínimos por mês. Embora num primeiro momento, a finalidade da renda seja, atender às necessidades primárias da família, as despesas com compra de carros, motos e reforma da casa, compra de imóvel e terreno na cidade são também, expressivas de preocupação com o conforto e a possibilidade de maior deslocamento dos jovens do meio rural para a cidade. Este investimento voltado para a satisfação pessoal dos indivíduos tem sido feito de forma paralela aos investimentos em infraestrutura e tecnologia na propriedade, como mostra a figura 25, evidenciando uma situação em que a existência do excedente econômico acaba contribuindo para a possibilidade de expansão de formas de individualismo na família, tanto em termos do não envolvimento dos filhos com as atividades agrícolas, como de gostos e hábitos típicos da juventude.



**Figura 25** - Investimentos realizados nas propriedades que participaram da pesquisa, nos últimos cinco anos segundo os agricultores. Foi dada a possibilidade de múltipla escolha nas respostas.

Fonte – Dados da pesquisa de campo, (2009)

O percentual de investimento nas unidades produtivas familiares (55,8% em infraestrutura e 43,9% em qualidade de vida) evidencia que os gestores vêm possibilidades

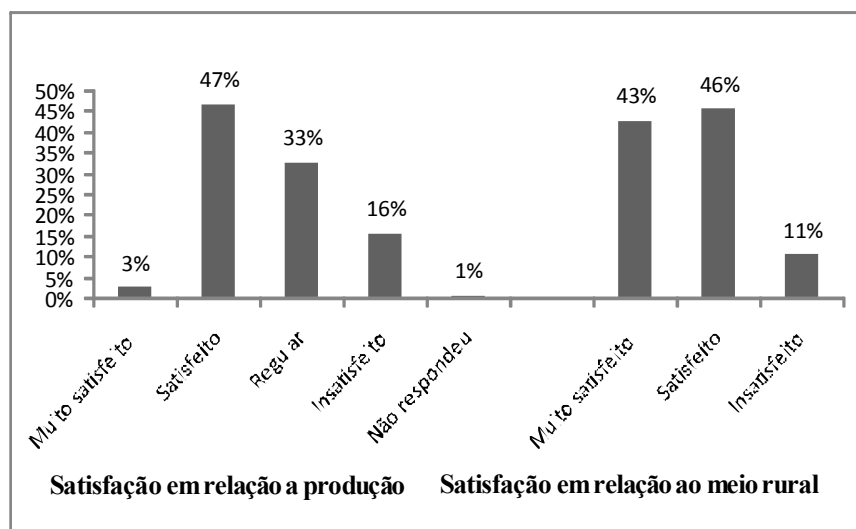
de melhoria na vida que estão tendo e buscam através de novos investimentos aprimorarem também a qualidade de vida da família melhorando a casa e adquirindo transporte particular. Por fim, buscamos diretamente entender, se esse panorama acima apresentado satisfaz ou não os anseios dos agricultores familiares. Para tanto elaboramos quatro questões referentes à visão do agricultor frente às mudanças ocorridas no meio rural. Primeiramente, perguntamos-lhe como ele via atualmente a agricultura comparada à época de seus antepassados.

**Tabela 06** – Comparativo dos atuais gestores em relação a atividades agrícola desenvolvida pelos pais dos atuais gestores

<b>PERSPECTIVA DA AGRICULTURA</b>	Mais fácil de trabalhar	Melhor em todos os aspectos	Piorou
<b>PERCENTUAL</b>	56%	28%	16%

Fonte – Dados da pesquisa de campo 2009

A justificativa de melhora em decorrência do desenvolvimento das condições de trabalho foi majoritária e pode ser ilustrada pela frase: *“naquela época eram muito difíceis, tendo sido facilitada hoje pelo emprego de maquinários e pela assistência técnica”*. Porém, a consideração de uma melhora generalizada também foi expressiva, demonstrando que as atuais condições de vida no meio rural, para a grande maioria, melhoraram. Entre os poucos que manifestaram uma avaliação negativa da agricultura hoje em relação ao passado, a justificativa foi vinculada às mudanças climáticas, à perda de fertilidade dos solos e à necessidade de maiores gastos para aumentar a produtividade, como mostra a fala a seguir: *“Antigamente o que a gente colocava na terra dava, hoje tem que investir muito, e ai rezar para o tempo ajudar e o preço não cair”* (agricultor da comunidade de município de Paraíso). A figura 26 apresenta o cenário de satisfação do agricultor familiar em relação à produção e a viver no meio rural.



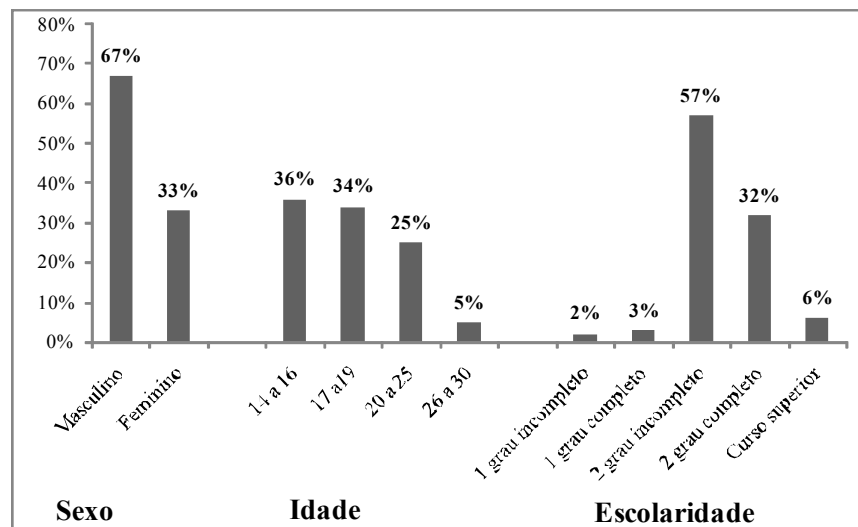
**Figura 26** – Percentual de satisfação dos produtores rurais referentes à produção e ao meio rural como ambiente de residência

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, (2009)

Considerando-se, portanto, seja a satisfação com o trabalho, seja com o modo de vida, o nível de satisfação dos agricultores com o meio rural é positivo. Como, então, interpretarmos a manifestação de interesse por parte do jovem em morar na cidade e o apoio recebido dos pais para que isto se efetive? Poderá esta manifestação de apoio aos filhos para que busquem outras oportunidades de vida fora das atividades agrícolas, ser generalizada para todos os herdeiros ou apenas a uma parte deles? A fim de respondermos a estas indagações tentaremos nos próximos tópicos entender melhor quem são e o que pensam os jovens que ainda estão no meio rural. E por fim, buscaremos contrastar a visão dos pais com a dos filhos, no que se refere ao processo sucessório.

#### **4.4. JOVENS RURAIS HOJE: E AMANHÃ?**

A percepção em relação ao meio rural e, mais especificamente, ao processo sucessório na agricultura familiar apresentou-se diferenciada quando analisamos a visão do agricultor familiar e do(s) filho(s) que vive(m) na propriedade. Começamos por conhecer o perfil sexual, etário e escolar daqueles que se encontram vivendo no meio rural quando do momento da pesquisa, nas cem unidades produtivas visitadas.



**Figura 27** - Perfil dos filhos residentes na propriedade que participaram da pesquisa na Microrregião de São Miguel do Oeste

**Fonte** – Dados da pesquisa de campo (2009)

A grande maioria, 67%, era do sexo masculino, 62% ainda não haviam concluído o Segundo Grau, e 70% não havia completado 20 anos. Contudo, 38% dos jovens entrevistados já haviam concluído o 2º Grau e 30% tinham entre 20 e 30 anos. Esse último grupo, portanto, já saiu da adolescência e concluiu o ensino secundário, mas ainda, permanece no meio rural. É razoável, portanto, a hipótese de que, nele deve se encontrar grande parte daqueles que se tornarão os sucessores nas suas unidades produtivas familiares. Os dados referentes à forma como percebem o investimento nos estudos também ajuda a construir um quadro que mostra a diferenciação de caminhos entre os possíveis sucessores e não sucessores.

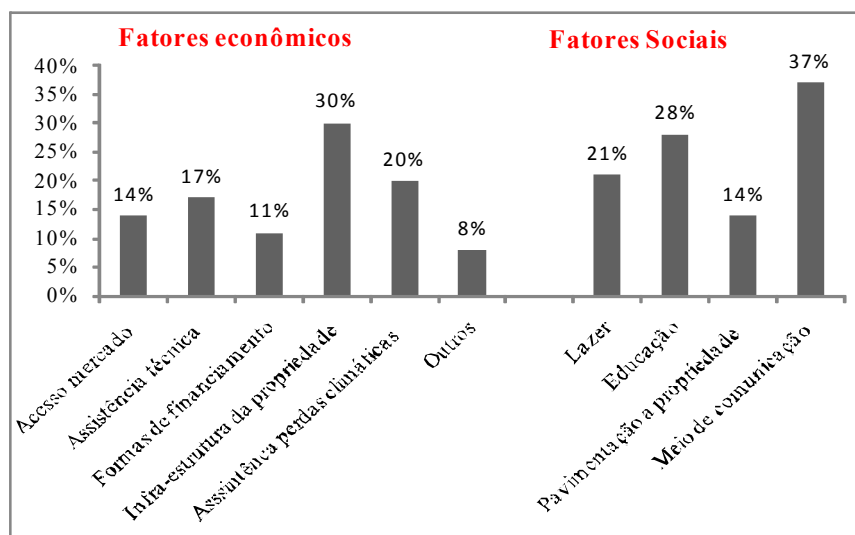
**Tabela 07** – Expectativa em relação ao grau de escolaridade dos jovens que participaram da pesquisa na Microrregião de SMO- SC

Expectativas quanto ao estudo	Sem expectativas	Faculdade	Pós Graduação
Percentual	38%	45%	17%

**Fonte** – Dados da Pesquisa de campo (2009)

Poderíamos tomar este duplo direcionamento, entre aqueles que têm expectativa de continuar a estudar depois do 2º grau e os que não têm, como correspondendo, grosso modo, a um indicador referente aos que se vêm saindo do meio rural para cidade e daqueles que vêm permanecendo. A despeito disso, é razoável se pensar que, entre os sucessores, também, poderão ser encontrados jovens com ensino superior. A existência da UNOESC (Universidade do Oeste de Santa Catarina) no município de São Miguel do Oeste é tida como uma forma acessível para complementação dos estudos em nível

de graduação ou pós-graduação. Assim, mesmo considerando que certamente é entre os jovens que têm maior expectativa de investimento nos estudos que encontraremos aqueles que saem em maior número do meio rural e, portanto, não serão os sucessores nas unidades produtivas familiares, encontraremos, também, entre os sucessores, jovens com nível superior, combinando o exercício de atividades agrícolas com outras formas de ocupação não agrícola. Quando se analisa os fatores que influenciam na construção de um projeto de vida fora da unidade produtiva familiar por uma parte dos jovens, a comparação com as facilidades econômicas e sociais que podem ser encontradas na cidade aparece de forma subjacente, como mostra a Figura 28.

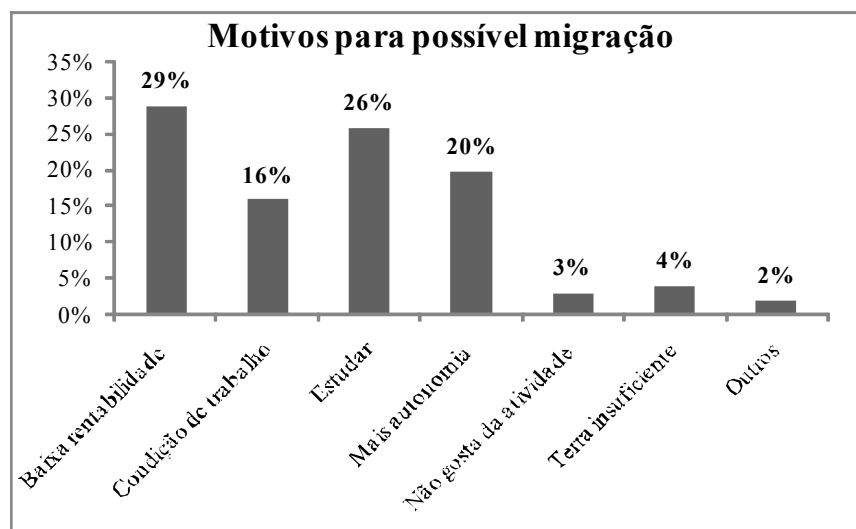


**Figura 28-** Variáveis socioeconômicas que necessitam de melhorias no meio rural segundo os jovens participantes da pesquisa na Microrregião de São Miguel do Oeste - SC

**Fonte –** Dados da pesquisa de campo (2009)

A dificuldade de acesso à internet e celular, por exemplo, é sentido pelos jovens rurais como uma forma de exclusão social<sup>30</sup>. Assim, agrupando a questão da infra-estrutura e dos meios de comunicação juntamente com a questão do lazer e educação, percebemos a significativa relevância do fator sociocultural no momento da escolha entre sair ou ficar no meio rural. Buscando aprofundar um pouco a questão referente à migração, questionou-se os jovens sobre os possíveis motivos que os levariam a migrarem para a cidade. Novamente, as principais variáveis estavam relacionadas a fatores socioculturais, como mostra a Figura 29.

<sup>30</sup> Exclusão social neste trabalho trata-se da privação ou dificuldade de acesso a estes meio tecnológicos.



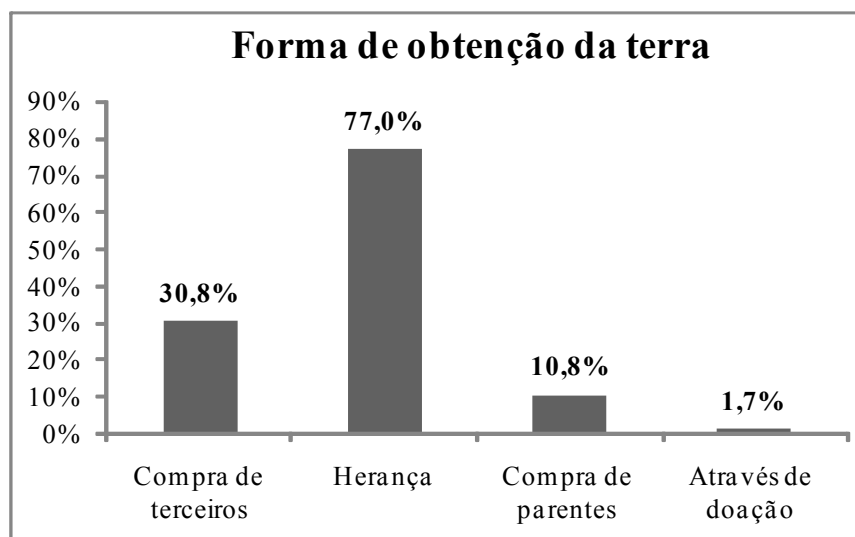
**Figura 29** – Motivos que levariam os jovens sair do meio rural e ir para cidade  
**Fonte** – Dados da pesquisa de campo (2009)

Quando abordada junto aos jovens rurais a questão referente à existência de desejo de sair do meio rural, 66% das respostas foram positivas, tendo como justificativa a desvalorização do trabalho por eles realizado, a sua penosidade e baixa remuneração, que acabam por se constituírem em um fatores restritivos à possibilidade de acesso a bens de consumo, (celular, DVD, moto, entre outros) e serviços na área de lazer. No próximo tópico trabalharemos as especificidades referentes à questão da sucessão nas propriedades, trazendo à tona as estratégias dos pais e a visão dos filhos quanto ao processo sucessório.

#### 4.5. FATORES CULTURAIS LIGADOS À SUCESSÃO

A herança da terra constitui-se no último aspecto a ser analisado em relação ao conjunto de elementos que caracterizam o processo sucessório das propriedades familiares selecionadas para esse estudo. A preservação do patrimônio, ou a não fragmentação da propriedade, aparece como condição da reprodução social, não só das unidades produtivas, como também da identidade social do agricultor familiar (TEDESCO, 1999). Não existem normas claras que regem a herança do patrimônio familiar. Esta, muitas vezes, pode ser efetivada a partir das contingências e não de padrões pré-estabelecidos, que privilegie o filho mais velho ou o mais novo. Por exemplo, o individualismo presente nas atuais gerações contribui para a quebra dos padrões de reprodução social seguidos há varias gerações. Desse modo, buscamos por meio da pesquisa empírica buscar evidenciar possíveis alterações no processo sucessório que possam ter ocorrido nas últimas três gerações das famílias entrevistadas.

Para melhor compreensão da dinâmica sucessória entre agricultores familiares, primeiramente, analisaremos os dados referentes ao Censo Agropecuário de 2006. Segundo esses dados, a Microrregião de São Miguel do Oeste possuía neste último levantamento, 2604 unidades produtivas familiares, sendo que em 93% delas o produtor era o proprietário, tendo adquirido por compra, em 66% dos casos, inclusive de parentes. Apenas em 34% delas a herança teria sido a condição para o produtor se tornar proprietário. Contudo, este retrato apontado pelo Censo de 2006 se difere do encontrado na pesquisa realizada nas 100 unidades produtivas visitadas. Como já mencionamos anteriormente, as famílias da Microrregião de São Miguel do Oeste são, em sua grande maioria, de origem italiana e oriunda do RS, tendo migrado para o oeste catarinense a partir da década de 50, onde tiveram que comprar terras.



**Figura 30** – Formas de Obtenção da terra segundo os agricultores que participaram da pesquisa na Microrregião de São Miguel do Oeste

**Fonte** – Dados da pesquisa de campo (2009)

Considerando, portanto, que grande parte dos agricultores do oeste catarinense é de migrantes italianos oriundo do RS, estando na região a não mais que 50 anos, podemos entender porque no Censo Agropecuário de 2006 foi tão expressiva a resposta relacionada à compra da terra como forma de aquisição da mesma pela família, e porque em nossa pesquisa evidenciando a sucessão, a herança por parte do filho-sucedor já é tão mais expressiva. A transferência do patrimônio ocorreu em 60% das famílias, quando os filhos estavam na faixa etária entre 21 a 30 anos, o que não significa que o herdeiro tenha assumido de imediato e de forma independente do pai a gestão da propriedade.

Esses dados indicam é que a definição do sucessor se dá na faixa etária entre os 20 e 30 anos, mas não necessariamente a gestão. Em relação a esse fato, muitos agricultores no

decorrer da conversa apontaram que na maioria dos casos a herança somente se efetivava quando do casamento do filho, geralmente, do mais velho. Antes do casamento o filho permanecia trabalhando em conjunto com toda a família sob o comando do pai. Mas, ainda assim, esta era uma situação de fato, mas não de direito: Neste caso, a terra era herdada pelo filho, na maioria dos casos, através do sistema de usufruto<sup>31</sup>, sendo que de fato o filho-sucessor somente assumia juridicamente a posse da terra depois da morte dos pais.

Essa realidade referente à sucessão entre descendentes de origem italiana também foi pesquisada por Carneiro (2001) em seu trabalho realizado em Nova Pádua (RS). A pesquisadora ressalta a mesma situação encontrada em nossa pesquisa, em relação à preferência dada ao filho mais velho como sucessor, através do recebimento da herança em forma de doação antes da morte do pai. Já no que diz respeito ao sexo do sucessor, nenhuma novidade aparece, como pode ser observado na tabela 08.

**Tabela 08** - Formas de distribuição da herança ocorrida nas famílias dos atuais gestores

Forma de distribuição da herança	Respostas	%
Homens e mulheres receberam parte igual	15	19,3
Homens receberam, as mulheres não receberam nada	10	13
Homens receberam e houve compensação para as mulheres	34	44
Não foi igualitária mas houve compensação para não herdeiros	07	10
Um sucessor foi designado e não houve compensação para não herdeiros	11	13,7

**Fonte:** Dados da Pesquisa de campo, (2009)

A compensação para as filhas era efetuada através de enxovais e em alguns casos, no momento do casamento ela recebia uma vaca. A igualdade na distribuição das terras entre homens e mulheres ocorria quando as filhas casavam com agricultor. No entanto, apontam para certa hierarquia quando da escolha do pedaço de terra a ser herdado, sendo as filhas as últimas a terem a pedaço de terra designado para herdar, ficando, na maioria dos casos, com as terras menos produtivas ou com relevo mais acidentado, o que levava na maioria das vezes, a sua decisão de vender a sua parte para um irmão, por não ver possibilidade de sustentação com a área herdada. A não compensação para as

<sup>31</sup> Segundo MARGARIDA (2006) visando evitar problemas futuros com a distribuição da herança que deixarem, bem como despesas com o inventário após o seu falecimento, alguns pais acabavam doando seus bens, enquanto vivos, para os filhos. Mas como a doação em vida poderia deixar os pais desamparados, caso o filho, donatário, vendesse os bens que recebeu, os pais, doadores, costumam reservar, para si, o usufruto vitalício dos bens doados. O usufruto, segundo a legislação, consiste no “direito de usar uma coisa pertencente a outrem e de perceber-lhe os frutos e utilidades que ela produz, sem alterar-lhe a substância”. Nesta modalidade de doação, o filho, donatário, passa a ter apenas a “nu propriedade” do bem, porque os frutos que a mesma produzir não lhe pertencem, mas sim ao pai, doador, que reservou para si o usufruto vitalício.

mulheres apresentada em 13% das respostas foi justificada em sua grande maioria em casos onde a filha seguia a vocação religiosa e abria mão da parte na herança, ou quando permanecia em casa solteira (celibatária). Neste último caso, apontam que a mesma permanecia na casa dos pais, e quando da morte desses continuava ali, geralmente morando na casa e vivendo com o irmão herdeiro e sua família.

Apresentamos, de forma mais detalhada, na tabela 09, a expectativa dos agricultores e dos filhos quanto a quem ficará na propriedade e quem participará da escolha do futuro sucessor.

**Tabela 09** – Opinião dos agricultores e seus filhos sobre quem ficará na propriedade rural atualmente

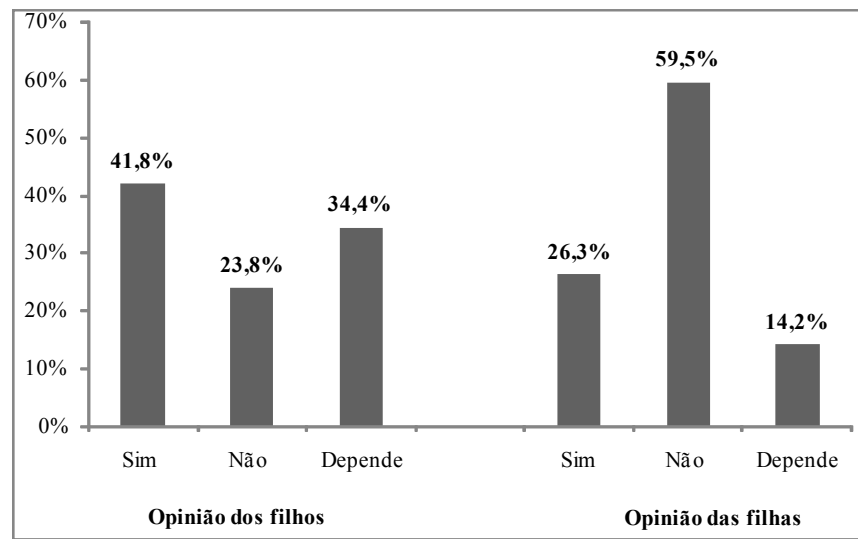
<b>Alternativas</b>	<b>Pai</b>	<b>Filhos</b>
O filho mais velho	9%	15%
O filho mais novo	3%	5%
A filha mais velha	1%	3%
A filha mais nova	-	-
O mais estudado	-	1%
O menos estudado	2%	1%
O que tem mais afinidade com a agricultura	28%	24%
O que tem maior afinidade com os pais	20%	18%
Ainda não foi escolhido	31%	25%
Mais de um sucessor	6%	8%

**Fonte** – Dados da pesquisa de campo

Percebemos que o critério de afinidade com a atividade agropecuária e com os pais são tidos como os mais significativos para a definição do filho que ficará na propriedade como sucessor. Ou seja, existe clareza na afirmação pública de que um critério subjetivo, não legal, é o responsável pela legitimação do principal herdeiro. A justificativa da afinidade apenas encobre critérios culturais de determinação na sucessão da unidade produtiva familiar. Tal fato aponta para a força do direcionamento dos costumes: o filho tido como aquele que tem jeito para a agricultura e que se dá bem com os pais, com certeza é aquele que sempre foi apontado como tendo apresentado estes atributos. Assim, não haveria nada de natural e espontâneo nesta situação, mas, sim, uma construção social do filho sucessor aos moldes requeridos para esta condição.

Perguntamos, ainda, aos filhos como esses percebiam a forma como se dará a efetivação da divisão da herança: 64% acreditavam que todos os filhos receberão parte igual da herança; apenas 28% acreditavam que o sucessor será designado pelos pais e não haverá compensação para os demais. Já, entre os pais a maioria afirmou (88%), que todos os filhos receberiam de forma igualitária a herança, mas que somente um ficaria com a posse da sede da propriedade, tornando-se o sucessor. Por fim perguntamos aos filhos se eles achavam que o direito a propriedade seria um incentivo para os jovens

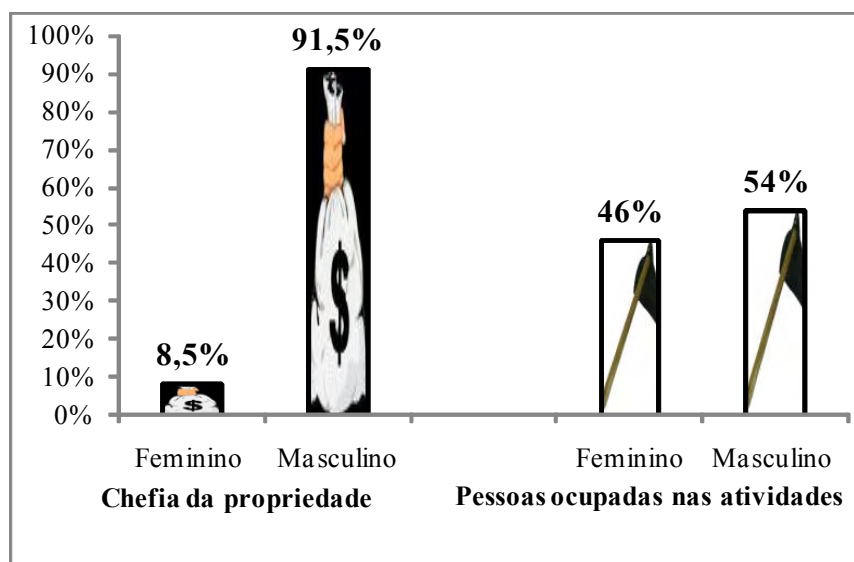
permanecerem na propriedade e desenvolvessem seus projetos de vida. Os resultados evidenciaram diferenciações entre filhos e filhas.



**Figura 31-** A visão dos filhos discriminada por sexo em relação ao direito e estímulo para a permanência na propriedade.

**Fonte** – Dado da pesquisa de campo (2009)

Enquanto para os filhos o direito, legal e de fato, à propriedade foi considerado um forte fator de influência para que os mesmos se sentissem motivados a permanecer na propriedade, para as filhas este fator não teve o mesmo significado. Coerentemente com o que se vive na cultura camponesa, pode-se constatar, na figura 31, o fato de que para a maioria das filhas, aproximadamente para 60% delas, não ser tida como uma sucessora em potencial não é determinante para o seu entusiasmo ou desmotivação em permanecer no meio rural, visto que, culturalmente, há séculos, a sua situação na propriedade é a de esposa. Para elas, o vínculo com a terra, na condição de filha e esposa, foi descrito como não alterando a sua condição de subalternidade. Salientaram que ao permanecerem na propriedade estariam sob o comando dos pais e, depois, do marido. Pelas experiências já vivenciadas, apontaram que nas situações de posse da propriedade, em raros casos a mulher administrava. Na maioria das vezes, quem acabava gerenciando era um homem. Assim, não viam realização na condição de agricultora. Weisheimer (2004) corrobora este mesmo quadro ao apontar em seu estudo que as filhas de agricultores não vislumbravam entre as suas possibilidades, suceder aos pais na gestão da unidade familiar. Também os dados de 2006 do IBGE referentes à chefia da propriedade, apresentados na Fig. 32 reforçam estas afirmações.



**Figura 32** – Percentual de produtores na direção da propriedade e ocupada nos estabelecimentos familiares discriminado por sexo, na Microrregião de São Miguel do Oeste – SC Segundo o Censo Agropecuário (2006)

**Fonte** – Censo Agropecuário (2006)

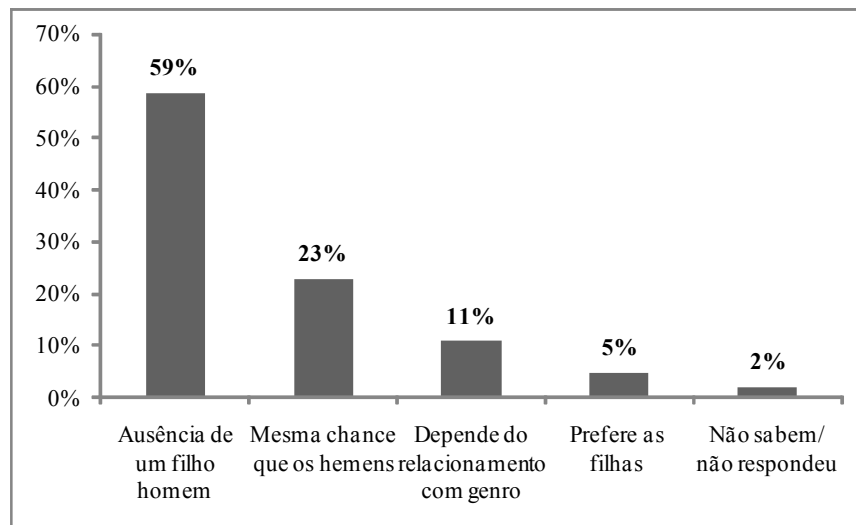
Podemos perceber que a realidade que cerca essas propriedades é de valorização do sexo masculino para chefiar a propriedade. No entanto, esse cenário se contrapõe quando verificamos que 46% das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas são do sexo feminino. Assim, a significativa diferenciação entre sexos no momento de assumir a direção da propriedade, não se deve ao desconhecimento das mulheres em relação às atividades agropecuárias. Quando consideramos os percentuais referentes à ocupação nas atividades desenvolvidas nas propriedades que compõem nossa pesquisa, a diferenciação entre os sexos é muito pequena, o que mostra que a mulher é atuante e de forma expressiva nas atividades agropecuárias, embora isto não se traduza em reconhecimento no momento de gerenciar a propriedade.

Essa diferenciação vem acompanhando as famílias oriundas da agricultura familiar de origem italiana há muitas décadas. Segundo Guerra (2008) no final do século XIX, na colônia de Caxias do Sul, as mulheres trabalhavam em média 16 horas/dia e 84% dessas atividades geravam renda. Apesar disso, elas não eram reconhecidas pelos homens, que eram quem tinham o domínio da propriedade e do dinheiro. Ainda Carneiro (2001), em seu trabalho com agricultores de origem italiana, de Nova Pádua no RS, aponta que para as mulheres restavam, portanto, três opções: o casamento, o ingresso na vida religiosa ou o celibato civil. Ao casar, a mulher ingressava na família do marido, obedecendo à regra de residência patrivirilocal. Residindo com os sogros,

no caso de se casar com o sucessor, submetendo-se, assim, à autoridade destes até ao fim da sua vida.

A submissão, por parte das mulheres, depois do casamento à família do marido, mais especificamente à sogra, foi também notada por Woortmann, segundo ela, “a mulher não é dona da casa, pois permanece, no essencial, subordinada à sogra. A ausência de domínio sobre a esfera feminina do trabalho era simbolizada pelo fato de ela não poder usar o avental rendado, emblema da autoridade da dona de casa. (Woortmann, 1995. 178 - 179).

No decorrer da nossa pesquisa, em 19% das propriedades visitadas, encontramos o casal de patriarcas ou no caso de viuvez apenas um deles, que permanecia morando junto ao filho casado. Contudo, conforme aponta uma agricultora que têm o casal de patriarcas vivendo na casa, a intervenção que esses fazem é referente a dar prosseguimento, a alguns costumes, como rezar à mesa e ir todos os domingos à igreja. Analisamos também junto aos pais a possibilidade de uma das filhas virem a ser as sucessoras (Fig. 33)



**Figura 33** - Possibilidade das filhas virem a ser sucessoras nas propriedades rurais na Microrregião de São Miguel do Oeste – SC, segundo a opinião dos pais

**Fonte** – Dado da pesquisa de campo, (2009)

Na visão dos pais, a preferência pelo sucessor do sexo masculino permanece muito forte. Comprovamos mais uma vez que os traços da cultura italiana no que se refere à prioridade da passagem ao filho homem foram preservados no decorrer de décadas nesta microrregião. No entanto, quando a filha se torna sucessora, depois do casamento, ela passa a residir na propriedade dos pais. No entanto em casa separa. Já, quando o sucessor é o filho, a esposa vai morar na casa dos sogros. No decorrer das visitas de

campo foi descrito um caso que ilustra esta situação. Na situação em questão, a filha foi escolhida entre quatro filhos homens para ser sucessora. A fala a seguir ilustra o acontecido:

*“A dona Conceição<sup>32</sup> ficou muito doente, coitadinha tem leucemia, aí a Margarete, a filha ficou com eles, para ajudar a cuidar. Só que mora em casa separada, esse negócio de morar com genro não dá certo, ele ajuda muito, mas cada um no seu canto. (Agricultora do município de Belmonte).*

Diante de todas estas situações a permanência no meio rural, bem como no papel de sucessora não é almejado pelas filhas. Elas apontam o desejo de migrar para o meio urbano e se efetivarem em outras profissões ou desenvolverem outras atividades, na agroindústria, em repartições públicas, nos setores de comércio, da educação, da informática e da saúde. Em relação à decisão de migrar ressaltaram como fatores impulsionadores: a falta de valorização do trabalho desenvolvido na propriedade, a aspereza das condições de trabalho e o exemplo de vida da mãe que apesar de admirado, não se constitui como um projeto que queiram seguir. Assim podemos perceber, nesta microrregião que, na busca da valorização individual, por parte das filhas, o caminho mais viável encontrado é abandonar o meio rural e buscar uma inserção urbana.

#### **4.6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Vimos, ao longo deste capítulo, que a influência cultural dos descendentes de agricultores italianos, que migraram do Rio Grande do Sul para o Oeste Catarinense, ainda é muito forte na microrregião de São Miguel do Oeste (SC). Trata-se de agricultores familiares modernos, integrados às agroindústrias avícolas, de suínos ou de fumo, ou ainda que processam de forma autônoma, sua própria matéria prima. Ficou perceptível que os fatores econômicos, como renda, infra-estrutura, tecnologia, terra e as ocupações não agrícolas oferecem condições de reprodução social ao sucessor. Ficou evidente ainda, que preponderam nesta microrregião, parâmetros culturalmente herdados para a definição do sucessor e de compensação dos demais filhos. Evidenciamos, também, que não há um esvaziamento do meio rural, nem uma diminuição expressiva do número de unidades produtivas familiares, o que indica não estar havendo problemas relativos à renovação do sucessor nesta microrregião. Finalizando, é possível afirmar que a sucessão na agricultura familiar de São Miguel do

---

<sup>32</sup> Vale ressaltar que a pedido, não vamos mencionar nomes de nenhum colaborador, assim os nomes acima referido são fictícios.

Oeste se caracteriza como um processo em que condições paulatinamente estabelecidas devem ser cumpridas: o herdeiro deve ter bom relacionamento com os pais e o apego às atividades agropecuárias, dividir as responsabilidades da propriedade com o pai, constituir a sua própria família, assumir o gerenciamento da unidade produtiva familiar e, por fim, cuidar dos pais.

## CAPÍTULO 5 - O PROCESSO SUCESSÓRIO E A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NA MICRORREGIÃO DE ITAPIRANGA.

A microrregião de Itapiranga apresenta uma grande influência dos descendentes de alemães vindos, principalmente, do município de São Leopoldo no Rio Grande do Sul. Através da Sociedade União Popular<sup>33</sup> criaram, nesta região, na década de 1920, um núcleo de colonização para germânicos católicos, que sofriam com a escassez e esgotamento das terras no extremo sul do Brasil.



**Figura 34-** Registro fotográfico dos idealizadores da colonização de Porto Novo. Da esquerda para a direita: padres João Rick, Teodoro Treis e Max Von Lassberg (1926).

**Fonte:** Museu municipal de Itapiranga

Assim, centenas de famílias de migrantes riograndenses, chefiados pelo missionário padre Max Von Lassberg (Fig. 34), chegaram a Porto Novo pertencente ao município de Chapecó. Como mostra ainda a figura acima, esta viagem era feita a cavalo, e envolvia pessoas de diferentes faixas etárias, passando, um percurso repleto de dificuldades. Ao chegar às margens do Rio Uruguai do lado Gaucho, as famílias ainda tinham que percorrer 15 km em embarcações rústicas, navegando pelos Rios da Várzea e Uruguai (Fig. 35).

---

<sup>33</sup> Sociedade União Popular (VOLKSVEREIN), com sede em Porto Alegre.

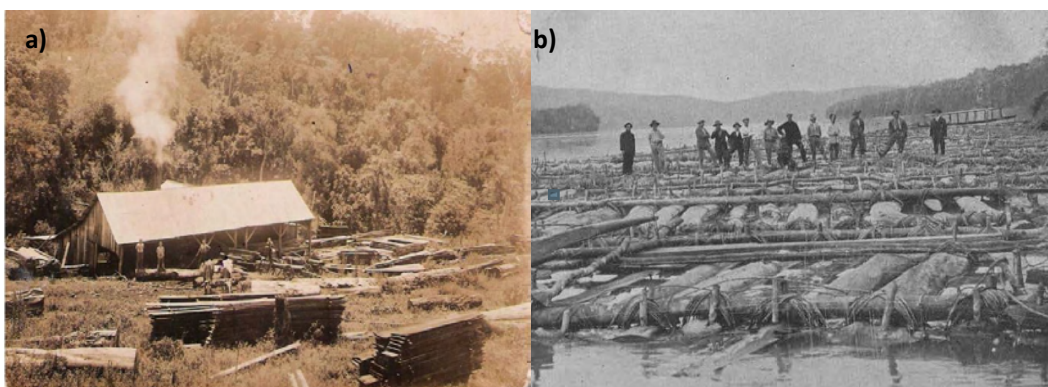


**Figura 35-** Registro fotográfico das embarcações utilizadas pelos colonizadores para chegar a Porto Novo (1926)

Fonte: <http://www.itapiranga.sc.gov.br>

Essas famílias migrantes mantiveram laços de sociabilidade intenso, o que possibilitou a construção de igreja e escolas, logo após a acomodação das mesmas no local escolhido para viverem. Geralmente, a igreja e a escola funcionavam numa mesma instalação, cabendo ao padre o papel de ensinar. A religiosidade e a construção dessas escolas segundo Hahn (2005), transformou-se em importante instrumento de formação de capital social entre as famílias de origem germânica e confissão católica. Assim, os jesuítas alemães do Rio Grande do Sul, através do SUP (Sociedade União Popular), recrutavam os imigrantes que se enquadrassem nestes dois requisitos: origem germânica e religião católica. Desta forma, a estrutura organizacional do Projeto de Colonização de Porto Novo tornou-se homogênea e hermética. Os caboclos eram vistos pelos descendentes de alemães como inferiores e a sua presença era indesejada e combatida, não só na escola, como nas demais instituições.

No que diz respeito às atividades econômicas, a extração da madeira (Fig. 35) foi à primeira atividade desenvolvida pelos colonizadores, sendo transportada para a Argentina através de balsas pelo Rio Uruguai nos meses de chuva, quando o rio enchia facilitando o transporte através da água. Assim, durante muitos anos, os moradores do Extremo Oeste Catarinense, vizinhos da divisa gaúchas, viram descer pelo Rio Uruguai incontáveis quantidades de madeira extraída de seu solo. Além da extração de madeira, os primeiros colonizadores se dedicavam basicamente à agricultura de subsistência, com cultivares das regiões de origem, trazendo na bagagem sementes e mudas nativas.



**Figura 36** - Registro fotográfico do preparo e transporte da madeira. a) Primeira madeireira instalada no município. b) Balsa no Rio Uruguai, na colônia Porto Novo no início da década de 1930. O transporte de madeira até a Argentina era constante em épocas de enchente

**Fonte:** Acervo do Museu comunitário Almiro Theobaldo Muller, município de Itapiranga

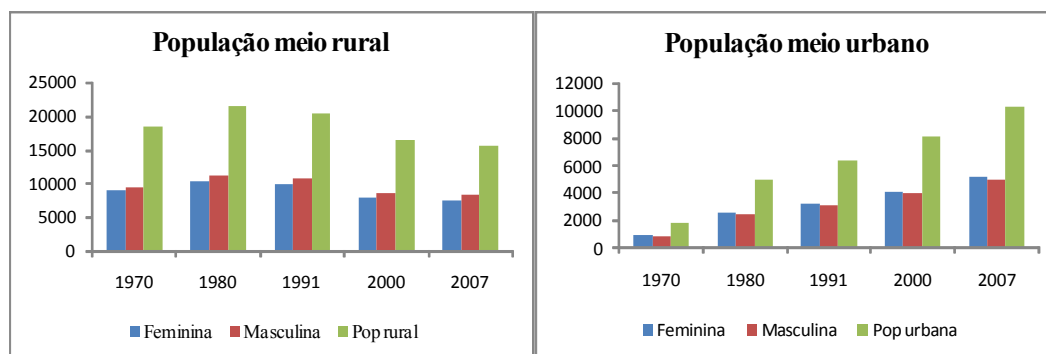
O dinamismo econômico desta região fez com que ela, em 1929, recebesse a primeira visita do governador, Adolfo Konder, que entre outras decisões, mudou o nome da colônia de Porto Novo para Itapiranga<sup>34</sup>. Essa visita dava ênfase à possibilidade de Itapiranga vir a se torna distrito do município de Chapecó, num futuro próximo. Assim, em 25 de fevereiro de 1932 Itapiranga tornou-se distrito de Chapecó e, em 1953, superou a marca dos vinte mil habitantes passou a categoria de município. Com a efetivação do município, Itapiranga passou a contar com dois distritos: Tunas e São João. O primeiro se emancipou em 1989, adotando o nome de Tunápolis, o segundo em 1962, adotando o nome de São João do Oeste. Esta foi a razão para caracterizarmos como microrregião Itapiranga, considerando-a como composta por estes três municípios na análise estatística das décadas de 70, 80, 90 2000 e 2007.

### 5.1. MOVIMENTO POPULACIONAL E ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO

Apesar de ser constituída por municípios de pequeno porte, a microrregião de Itapiranga apresenta percentual significativo no desenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina, advindo, principalmente, do potencial produtivo agropecuário oriundo da agricultura família. No que diz respeito à dinâmica populacional não há uma saída expressiva da população do meio rural e, também, nem diferença significativa entre o número de homens e mulheres no meio rural, traço peculiar, se comparado à maior parte do rural brasileiro, no qual predomina a população masculina.

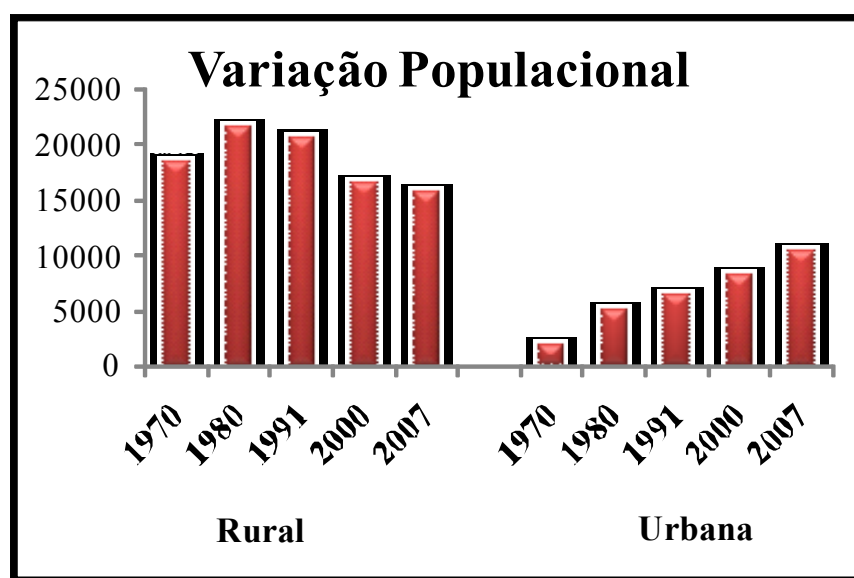
---

<sup>34</sup> Em Tupi-guarani, Itapiranga quer dizer "pedra-vermelha", consequência do solo basáltico predominante na região.



**Figura 37-** Aspectos relacionados à demografia populacional na Microrregião de Itapiranga. a) mobilização da população rural. b) Mobilização da população urbana.

**Fonte:** Conferencia Nacional dos municípios (CNM). Disponível em: <http://www.cnm.org.br> e IBGE: Contagem da população. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>

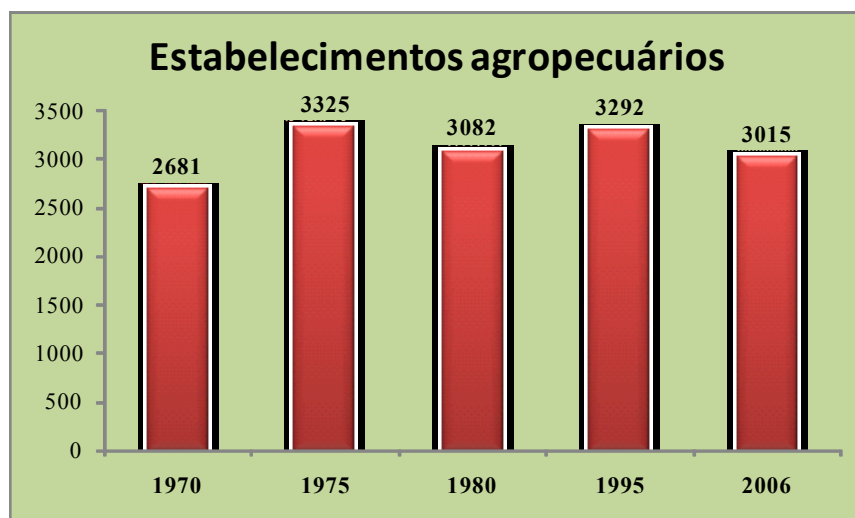


**Figura 38-** Variação populacional total ocorrida nas décadas que compreende o estudo na Microrregião de Itapiranga - SC

**Fonte:** Conferencia Nacional dos municípios (CNM). Disponível em: <http://www.cnm.org.br> e IBGE: Contagem da população. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>

Quando analisamos a dinâmica populacional (Fig. 38) notamos a ocorrência de diminuição nos anos 90 e estabilidade nos anos 2000. Já quanto ao meio urbano ocorreu crescimento contínuo, embora bem gradual impulsionado pela instalação de uma grande agroindústria de Alimentos, que trabalha com o processamento e a embalagem de frango, principalmente, para exportação. Essa agroindústria influenciou na dinâmica econômica local através da implementação do regime de integração com o produtor rural, que trouxe segurança quanto ao recebimento de uma renda fixa e racionalizou o processo produtivo e de gestão adequando-o ao modo de produção capitalista. A presença da agroindústria incentivou, também, o aparecimento da pluriatividade nas unidades produtivas familiares, ampliando o campo de possibilidades para a sua

reprodução, o que pode ser ilustrado pela estabilidade no número de estabelecimentos agropecuários, no período compreendido entre 1975 e 2006, como mostra a figura abaixo.

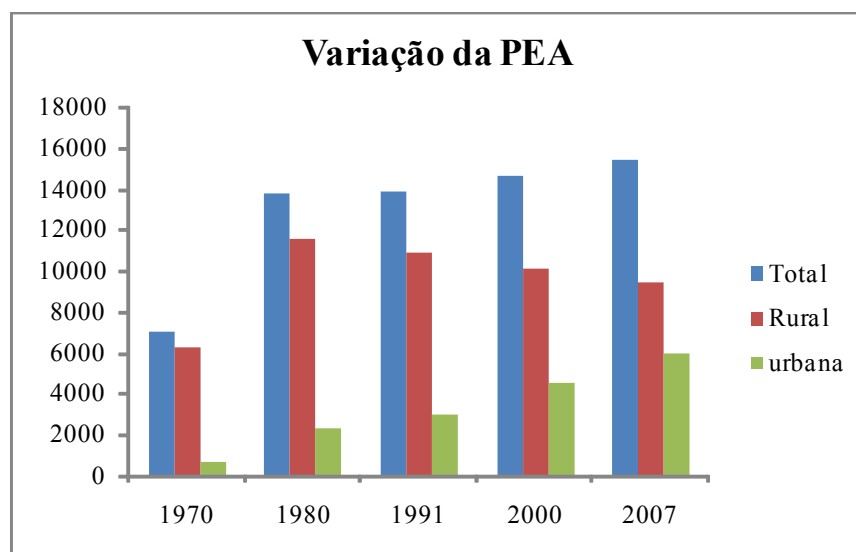


**Figura 39** - Estabelecimentos agropecuários existentes no meio rural no decorrer das décadas. Itapiranga - SC

**Fonte:** Censo Demográfico e Censo Agropecuário: 70- 75-80-95-2006.

A estabilidade no número de propriedades ao longo das últimas três décadas aponta para a capacidade de reprodução socioeconômica das mesmas, seja em decorrência da especialização produtiva de parte significativa destas propriedades, seja pela estabilidade da renda gerada pelo regime de integração com as agroindústrias, seja ainda, pelas estratégias pluriativas abertas por estas mesmas agroindústrias, ao possibilitar a alguns de seus membros combinarem as atividades agrícolas com as não-agrícolas.

Além da transformação no modo de produção e de vida das famílias de agricultores, as agroindústrias provocaram, também, a melhoria nas vias de acesso ao município e o acesso a assistência técnica por parte dos agricultores. Embora a população economicamente ativa seja maior no meio rural que no urbano (Fig. 40), a tendência que se tem revelado nos últimos anos é de redução nessas diferenças, bem como no PIB agropecuário apresentado na tabela (10).



**Figura 40-** PEA no decorrer das décadas levando em consideração a PEA Total, Urbana e Rural na Microrregião de Itapiranga, SC

**Fonte:** Censo Demográfico: 70-80-91-2000-2007- Disponível: <http://www.ibge.gov.br>

**Tabela 10 -** Aspectos relacionados a fatores econômicos no decorrer das décadas na microrregião de Itapiranga, SC

Anos	Renda Per capita	PIB Município	PIB Agropecuário	PIB Mun/Agro
1970	174.21	47226.47	31515.49	66,7
1980	298.44	128064.22	76628.63	59,8
1991	135.56	112630.07	71665.45	63,6
2000	245.30	233792.63	97098.41	41,5
2007	268.05	238912.17	77992.72	32,6

Fonte: Censo Demográfico 1970-1980-1991-2000-2001- Disponível: <http://www.ibge.gov.br>

É notório ao observarmos a tabela acima, que o valor bruto do PIB aumentou gradualmente ao longo das décadas, mostrando o dinamismo econômico trazido pela instalação de agroindústrias e pelo crescimento do setor terciário nos municípios. Por outro lado, o percentual significativo do PIB Agropecuário pode ser explicado pelo aumento de produtores rurais na produção de leite, bem como pelo aumento de integrados às agroindústrias de aves e suínos, mas, também, pelo aumento de agroindústrias familiares que estão instaladas no meio rural. Estas agroindústrias, além de participarem do PIB do município através do pagamento de impostos e alvarás, contribuem para o dinamismo do setor terciário na região. Mas como todo este contexto econômico de caráter regional repercute na vida das famílias de agricultores familiares?

## 5.2. A AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPIRANGA

O perfil dos agricultores familiares da microrregião de Itapiranga é composto, majoritariamente, por produtores de descendência alemã, católicos, casados e do sexo masculino.

**Tabela 11** - Perfil dos produtores que participaram da pesquisa na microrregião de Itapiranga, SC.

Sexo	%	Estado civil	%	Etnia	%	Religião	%	Procedência	%
Masculino	62	Casado	93	Alemã	82	Católica	85	Natural município	64
Feminino	38	Viúvo	7	Italiana	9	Protestante	11	Outro município	9
		Solteiro	0	Cabocla	6	Crente	4	Outro Estado	27
		Divorciado	0	Polonesa	3	Batista	0	Outro País	0
						Outras	0		

**Fonte:** Dado da pesquisa de campo, ano (2009)

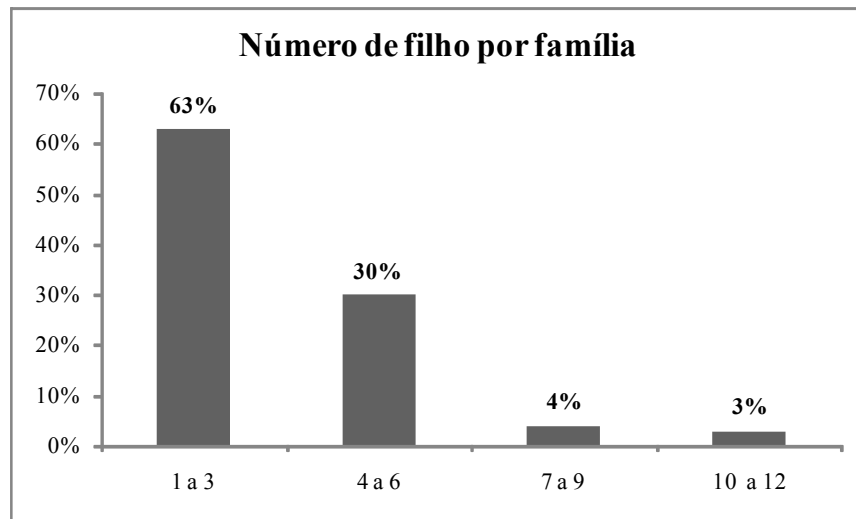
Em termos de distribuição fundiária predomina propriedades com mais de 10 ha, compatíveis com as principais atividades econômicas desenvolvidas na região: criação de frangos e porcos em construções, que ocupam apenas alguns metros quadrados de área, fumo e produção de leite, que com a utilização de tecnologia pode ser desenvolvida em propriedades entre 5 e 10 ha.

**Tabela 12-** Tamanho das propriedades em hectares visitadas na Microrregião de Itapiranga, SC, 2009

Área	6 a 10 ha	11 a 20 há	21 a 50 ha
<b>Porcentagem</b>	23%	39%	38 %

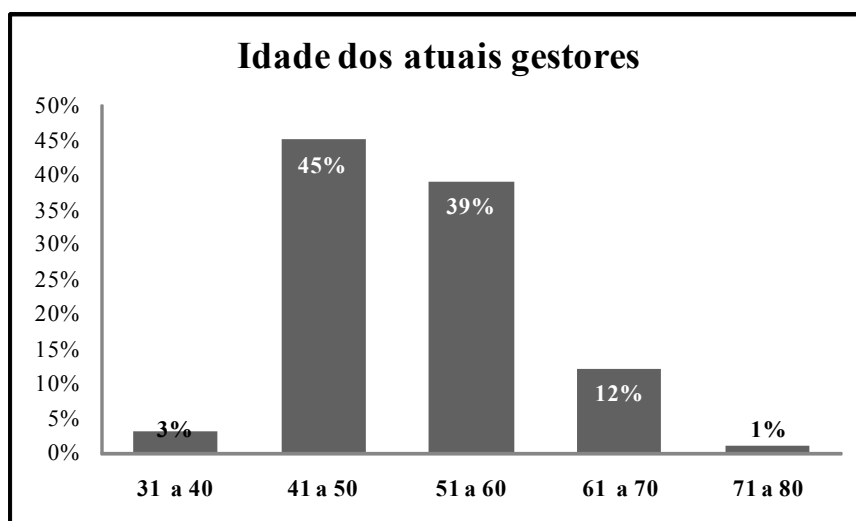
**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

Comparando o tamanho das referidas propriedades com o número de filhos por família, percebemos que a dimensão da área das propriedades possibilita que até 2 filhos explorem a unidade produtiva, exatamente o número de filhos que predomina na atual configuração familiar desta microrregião.



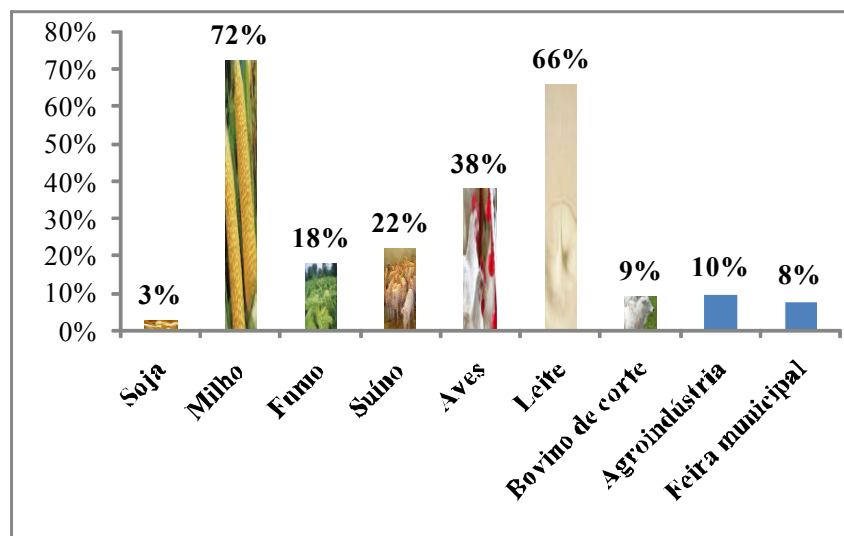
**Figura 41-** A relação do total de filhos por casal nas famílias visitadas na microrregião de Itapiranga, SC, 2009  
**Fonte:** Dado da pesquisa de campo, ano (2009)

A tradição de famílias numerosas, com mais de 10 filhos cedeu lugar às famílias com, no máximo, 3 filhos, refletindo, além do controle da natalidade, típico das famílias de classe média, a impossibilidade de divisibilidade das unidades produtivas familiares entre muitos herdeiros. Durante a visita feita às propriedades por ocasião da pesquisa, observamos que havia sempre de um a dois filhos vivendo junto aos pais na unidade produtiva familiar, inclusive, depois de casados. A figura abaixo, que apresenta a idade dos gestores nas propriedades visitadas serve para ilustrar esta situação, em que o filho casado assume a gestão da unidade produtiva familiar, geralmente, após os 40 anos de idade.



**Figura 42.** Idade dos atuais gestores homens e mulheres no momento da coleta de dados, que participaram da pesquisa.  
**Fonte:** Dado da pesquisa de campo, ano 2009

Como seus antepassados, os atuais gestores procuram retardar ao máximo a passagem da gestão. O processo sucessório se dá de forma gradual, com o filho-sucessor assumindo, primeiramente, a gestão financeira, administrando os negócios através da sua conta bancária ou dos pais, participando das reuniões da cooperativa, para apenas mais tarde, assumir a responsabilidade das decisões relativas à gestão dentro da propriedade, tomando as decisões quanto à aplicação dos rendimentos sem consultar o patriarca. Já no que diz respeito às fontes de renda das unidades produtivas pesquisadas foi encontrada a seguinte situação:



**Figura 43-** Diversidade de produtos agropecuários na Microrregião de Itapiranga, levantamento feito baseado nos três principais produtos produzidos nas propriedades visitadas

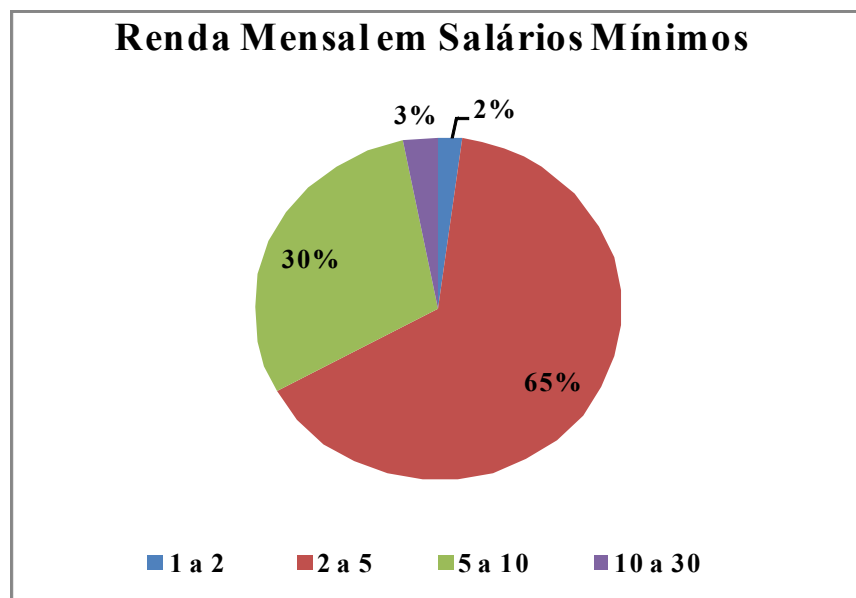
**Fonte-** Dados da pesquisa de campo, ano (2009)

As principais fontes de renda nas unidades produtivas estão voltadas para a criação de gado leiteiro, frango de corte, suínos, no sistema de integração com as agroindústrias de carne e para o cultivo do tabaco<sup>35</sup>. O plantio do milho se constitui em uma atividade subsidiária às demais. O sistema de integração entre as agroindústrias e os agricultores familiares se iniciou no final da década de 1970. Diversos trabalhos o têm criticado com o argumento de que a agroindústria obtém matéria-prima a baixo custo, transformando os agricultores em trabalhadores para o capital. Independente do simplismo de tais argumentos, o fato é que segundo a avaliação dos produtores entrevistados, o sistema de integração tem alavancado o desenvolvimento de toda a microrregião, tanto para as pessoas que residem no meio rural como no meio urbano, bem como nas suas propriedades e, sobretudo, na sua qualidade de vida. O sistema de

<sup>35</sup> Fumo Burley (fumo de galpão) e Fumo Virgínia (fumo de estufa).

integração tem início, na microrregião, com a construção nos anos 60 de uma agroindústria, que, inicialmente, abatia somente suínos, mas, que a partir dos anos 70 entra no processo de integração com produtores de aves, com a construção dos primeiros aviários para frangos de corte. Assim, a partir de 1973 até os anos 2000, o que tem se visto é o crescimento na produção e no abate de frangos e suínos, tanto para o mercado nacional como internacional.

Também a produção de leite, apesar dos períodos de instabilidade por que passa, ocasionalmente, representa um percentual significativo na renda das famílias da microrregião de Itapiranga<sup>36</sup>. O beneficiamento e a comercialização do produto são realizados por varias agroindústrias<sup>37</sup> que foram se instalando na região no decorrer das últimas duas décadas, influenciando, segundo os agricultores entrevistados, na melhoria do sistema de produção de leite. A figura abaixo apresenta a renda das famílias, considerando tanto as atividades agrícolas, como as atividades não-agrícolas.



**Figura 44-** Rendimento mensal das famílias que participaram da pesquisa na microrregião de Itapiranga.

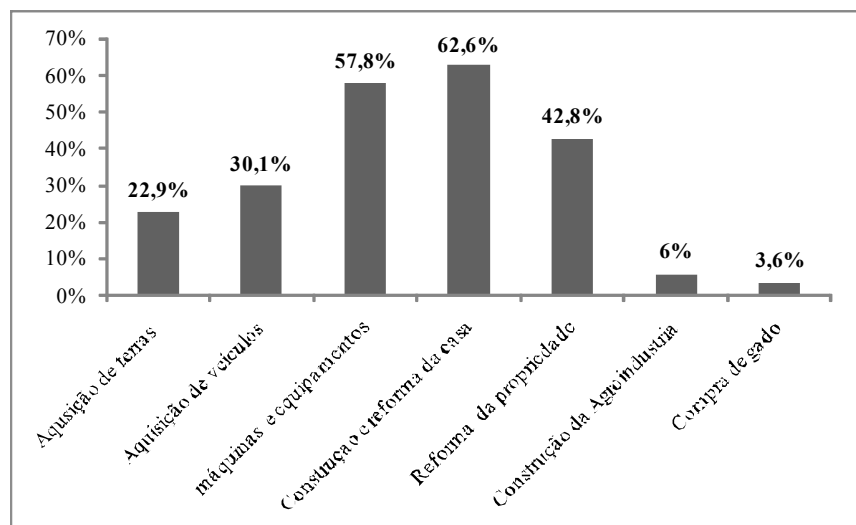
**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2009

Os dados relativos às propriedades visitadas mostram que a maioria se encontra na faixa entre 2 e 10 salários mínimos. Embora a finalidade da renda seja, num primeiro

<sup>36</sup> As agroindústrias são reconhecidas por 40% dos produtores entrevistados como entidades confiáveis, em termos da comercialização dos produtos e do fornecimento de assistência técnica.

<sup>37</sup> A Instalaram unidades de industrialização e resfriamento e rotas de coleta de leite na microrregião de Itapiranga a Parmalat, a Laticínios Tirol, a Laticínios Cedrense, a Royal Fleysmann, a Laticínio Lac Lelo, a Laticínios Bornhold e a Cooper Central Aurora, através das cooperativas de Itapiranga e da Cooper A1.

momento, segundo os agricultores, designada a atender as necessidades primárias da família, 83% dos agricultores familiares entrevistados afirmaram ter investido em diferentes segmentos da propriedade nos últimos 5 anos, como aponta a figura abaixo.



**Figura 45-** Investimentos realizados nas propriedades nos últimos cinco anos. Foi dada a possibilidade de múltipla escolha nas respostas.

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2009

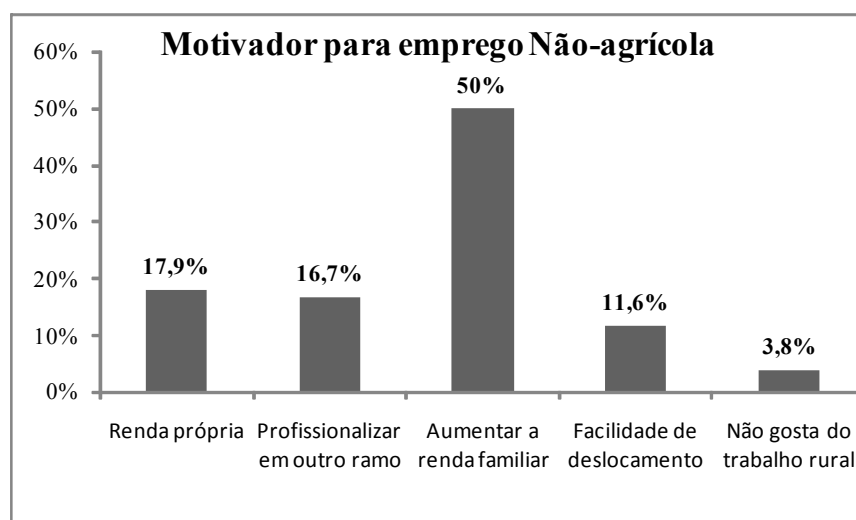
É possível perceber na figura acima que o investimento em infra-estrutura produtiva<sup>38</sup> e em melhorias da moradia parece apontar para uma meta comum de aprimoramento tanto das condições de trabalho como de vida. Aquisição de terras, máquinas e equipamentos, reforma da propriedade, construção de agroindústria, compra de gado, bem como, por outro lado, a construção e reforma da casa, a aquisição de veículos, se mostram intimamente relacionados, dentro do projeto de vida e reprodução social das famílias de agricultores entrevistados.

### **5.2.1 As atividades não-agrícolas e a dinâmica socioeconômica das famílias.**

A expansão das Ocupações Rurais Não-Agrícolas (ORNAS) é um componente importante da atual fase de desenvolvimento da economia rural dos agricultores familiares. Ela tem criado novas oportunidades de trabalho para a população residente no campo e alternativas de se obter ganhos superiores aos das atividades agrícolas. Tais transformações são apresentadas por Schneider (1999). Tal processo se deve a estagnação da produção agrícola e a industrialização difusa, que ampliou o número de

<sup>38</sup> Os investimentos mais abordados foram referentes aos exaustores, ventiladores e silos para o armazenamento da ração para os animais em casos de integrados das agroindústria de suínos e aves. Já em relação a produção do leite os maiores investimentos estão relacionados a ordenhadeira mecânicas e tanque de resfriamentos.

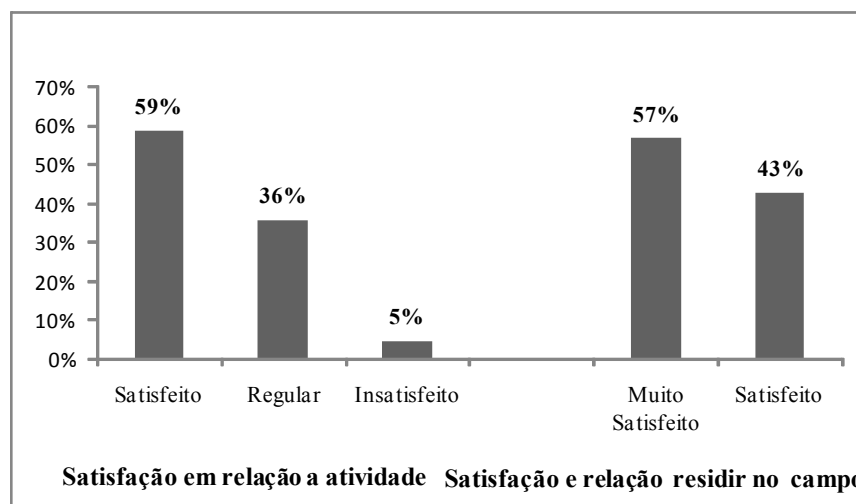
indústrias no interior. Na nossa pesquisa, este mercado de trabalho aberto pelo processo de descentralização produtiva foi apontado como um fator de contenção da migração da população mais jovem, devido à facilidade de transporte para o meio urbano, onde trabalham principalmente, na agroindústria de aves, retornado no final do dia para o meio rural, onde ainda desenvolvem atividades na propriedade. A busca de aumento da renda familiar foi apontada com um dos fatores impulsionadores para desenvolvimento das atividades não-agrícolas, o que nos leva a considerar a hipótese de que a lógica de reprodução da unidade produtiva familiar buscar se ampliar para fora da porteira. Percebe-se a existência entre os membros das famílias alemãs de uma forte conduta moral, principalmente das pessoas mais jovens, para com seus pais.



**Figura 46** – A adesão ao trabalho não - agrícola aponta a busca de satisfazer necessidades coletivas do coletivo, bem como atender os anseios individuais relacionado ao bem estar e realização financeira do indivíduo

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, ano 2009

Face à expressividade do crescimento das ocupações não-agrícolas e das mudanças por elas trazidas para o modo de vida das famílias de agricultores buscamos levantar junto aos mesmos se esse panorama representava avanços ou retrocessos em relação a seus antepassados. A maioria manifestou que a realidade vivenciada por eles é, sem dúvida, melhor que a dos seus antepassados, o que levou a questionarmos sua satisfação em relação à atividade desenvolvida e residência no meio rural.

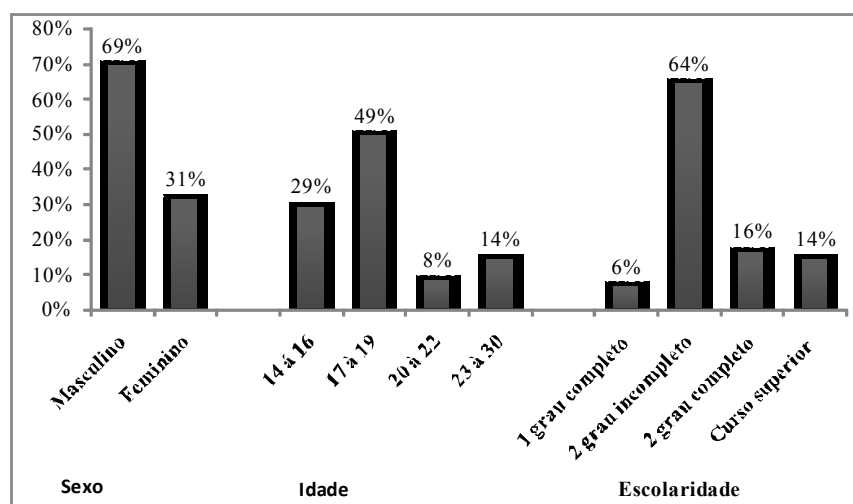


**Figura 47-** A relação do percentual de satisfação dos produtores em relação ao meio rural, levando em consideração a atividade desenvolvida e o espaço de moradia  
**Fonte:** Dados da pesquisa de campo (2009)

Destacou-se nas respostas obtidas com os cem entrevistados a manifestação da vontade de permanecer no campo e a satisfação em termos da qualidade de vida existente em sua propriedade. A fim de completarmos a perspectiva dos pais quanto à vida no meio rural buscamos também a opinião dos seus filhos, a fim de melhor analisarmos o quadro da sucessão na agricultura familiar da micro-região.

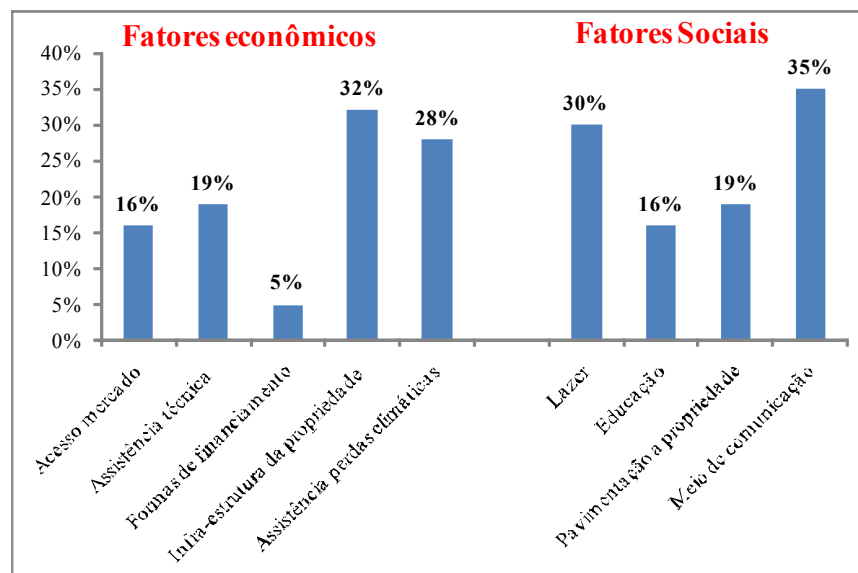
### 5.3. O MEIO RURAL A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS JOVENS

Os jovens entrevistados enquadravam-se, majoritariamente, dentro do seguinte perfil: rapazes, entre 17 e 22 anos, com segundo grau incompleto.



**Figura 48.** Perfil dos filhos residentes nas propriedades que participaram da pesquisa.  
**Fonte:** Dados da pesquisa de campo (2009).

Estes jovens são atuantes na comunidade, principalmente, através do grupo de jovens, desenvolvem atividades socioculturais e esportivas, participando, também, de forma expressiva das atividades religiosas, através do grupo de liturgia, canto e de limpeza da igreja, dentre outros grupos, o que mostra a sua inserção social. Participam destes grupos os solteiros, com idade ente 13 e 30 anos, o que indica a concepção nativa de jovem. Em relação ao perfil educacional, 14% afirmaram ser suficiente o segundo grau, enquanto 30% pretendem fazer graduação ou pós-graduação nos cursos de agronomia, veterinária e pedagogia, em faculdade da região, o que aponta para um possível horizonte de vinculação à unidade produtiva familiar, mas, também, para a contemplação de horizontes fora dela. Quando perguntados acerca do que poderia melhorar a vida no meio rural responderam:

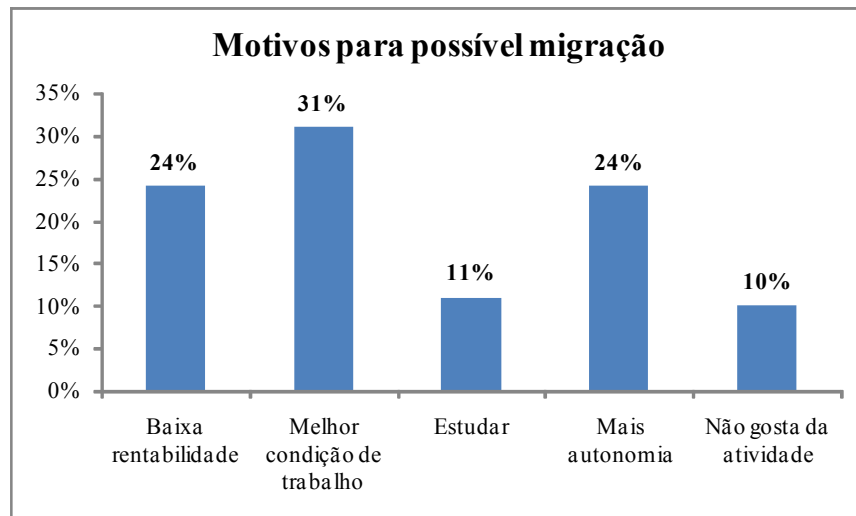


**Figura 49** - Melhoria necessárias no meio rural e nas propriedades segundo os filhos dos agricultores

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2009

Tal como nas respostas dadas pelos pais, também os filhos manifestaram o interesse em termos das melhorias voltadas para as condições de trabalho e moradia na propriedade, indício de uma possível incerteza quanto ao futuro e a opção de sair ou ficar do meio rural. Dentre as respostas relativas aos aspectos que gostariam que melhorasse em termos da sua condição de vida pode-se perceber que ser jovem *no* meio rural não significa ser jovem *do* meio rural. Estes jovens têm interesses e gostos semelhantes aos jovens que vivem nas cidades desta microrregião. Desejam, como a maior parte da juventude, melhorias nos meios de comunicação, principalmente, a possibilidade de acesso à internet e ao celular, algo típico dos jovens, em geral. Questionamos os jovens

também sobre os possíveis fatores que poderiam levar um jovem a sair do meio rural, e recebemos como resposta:



**Figura 50**– Motivos que levariam os filhos que permanecem na propriedade a migrarem para o meio urbano.

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo (2009)

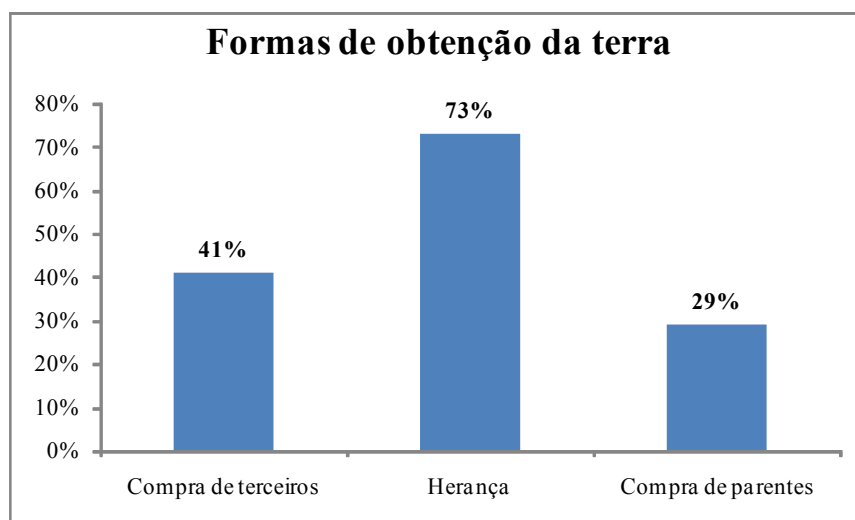
Podemos perceber que são as variáveis vinculadas a busca de melhoria de vida e realização individual que são apontadas como estando relacionadas à ida dos jovens para a cidade. A grande maioria, 79%, justificou que percebiam que a saída dos jovens não estava atrelada ao fato destes não gostarem de viver no meio rural, mas, antes, ao desejo dos mesmos de melhorarem as suas condições de trabalho, tendo o direito a férias e ao recebimento de um salário mensal. A forma como o pai encarava o seu trabalho na propriedade apenas como uma ajuda, não compartilhando as responsabilidades da gestão foi assinalada por 64% dos jovens como um fator que, também, desestimulava a sua permanência. Essa desmotivação foi assinalada como sendo ainda maior quando os mesmos não tinham sequer autonomia financeira para arcar com as suas despesas pessoais, em virtude de não serem remunerados pelos pais pelo trabalho que realizavam na propriedade.

O fato de um grande percentual dos jovens irem para a cidade ao término do 2º Grau corrobora a afirmação de que as estratégias de sucessão produzem perfis diferenciados entre os filhos sucessores e não sucessores. Para os filhos que não serão os sucessores sair do meio rural com o 2º Grau Completo e cursando a faculdade amplia as suas possibilidades de emprego. Já para os que terão a sucessão como perspectiva, ir além do 2º grau não se apresenta como uma necessidade sentida, e eles começam a se aproximar mais das questões da propriedade assumindo conjuntamente com o pai

alguns trunfos administrativos, como atribuições bancárias e transações comerciais. O fato da saída dos jovens não se constituir em uma atitude tomada individualmente, à revelia da família, mas, antes, ser um projeto construído dentro dela, pode ser ilustrado através dos depoimentos dos próprios pais acerca desta questão. Em apenas 6% dos casos os pais se opunham à saída do filho da propriedade. A grande maioria, 59% dos pais, preferia que os filhos permanecessem no meio rural aproveitando as oportunidades de emprego geradas pelas agroindústrias e pelo setor terciário da economia do município.

#### 5.4. AS PRÁTICAS VELADAS DA SUCESSÃO

Buscando levantar as variáveis envolvidas no processo sucessório das unidades produtivas familiares da microrregião de Itapiranga analisamos, também, as formas de obtenção de terra dos atuais gestores. Vale ressaltar que o nosso trabalho empírico foi realizado com 100 produtores, os quais tiveram a possibilidade de marcar mais de uma opção na resposta a esta questão relativa às formas de obtenção da terra.



**Figura 51-** Formas de obtenção das terras adquiridas pelos atuais gestores, vale ressaltar que em muitos casos havia múltiplas formas de obtenção de terra para os mesmos

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo (2009)

A maioria dos atuais gestores adquiriu as terras através de herança. Mesmo a compra de terras de parentes, geralmente, dos irmãos, a preços acessíveis e forma de pagamento facilitada, acabam reforçando a idéia do processo sucessório como um projeto familiar velado, do qual todos estão cientes dos costumes, mas não se fala abertamente sobre as estratégias construídas para preservar o patrimônio familiar, na simbiose entre terra e

consangüinidade. Ainda referente às formas de obtenção das terras buscamos junto aos gestores a relação do sexo dos herdeiros. Dentre os participantes da pesquisa constatamos que se tornar sucessor vai além do recebimento de terra. Assim, constatamos que em termos reais, 62,2% dos herdeiros-sucessores eram do sexo masculino, 20,5% do feminino e 17,3% de ambos os sexos. Já quando analisamos a forma como se distribuiu à herança, o quadro foi o seguinte:

**Tabela 13:** Formas de distribuição da herança nas famílias dos atuais gestores

<b>Forma de distribuição da herança</b>	<b>Respostas</b>	<b>%</b>
Homens e mulheres receberam parte igual	27	37
As mulheres não receberam nada	07	9,6
Homens receberam e houve compensação para mulheres	16	21,9
Não foi igualitária mas houve compensação para os não herdeiros	06	8,2
Não houve compensação para não herdeiros	17	23,3

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo (2009)

Assim, podemos perceber que a condição de sucessor extrapola os supostos direitos formais de todos os filhos ao recebimento da terra. O processo sucessório, além de gradual, envolvendo a conquista crescente de direitos à tomada de decisão na propriedade, envolve também, a aceitação de um perfil, velado, do filho ou dos filhos sucessores, cabendo aos não sucessores, geralmente, formas de compensação. Entre as famílias de imigrantes alemãs percebemos que a distribuição dos bens é realizada de forma equitativa. Mas pode ocorrer também a distribuição apenas entre os homens e as filhas serem compensadas de alguma forma: vaca leiteira, máquina de costura geralmente quando a mulher casava com uma pessoa residente no meio rural, ou em formação pagando os estudos.

Outro aspecto abordado refere-se a designar um único sucessor. Para a escolha deste, era levado em consideração a afinidade dos pais com um dos filhos, o que ocorria geralmente com o filho mais velho. Neste caso a terra era herdada pelo mesmo na grande maioria dos casos através do usufruto, onde o mesmo de fato como já mencionamos somente assumia juridicamente a posse da terra depois da morte dos pais. Fator esse que, por outro lado, garantia a segurança dos mesmos serem cuidados na velhice. A não compensação para as mulheres, entre as famílias alemãs, não era freqüente, acontecendo, geralmente, quando as mesmas decidiam seguir a vocação religiosa, abrindo mão, assim, da parte que lhes cabia para os demais irmãos. Contudo, era comum os pais arcarem com as despesas referentes à sua permanência no convento.

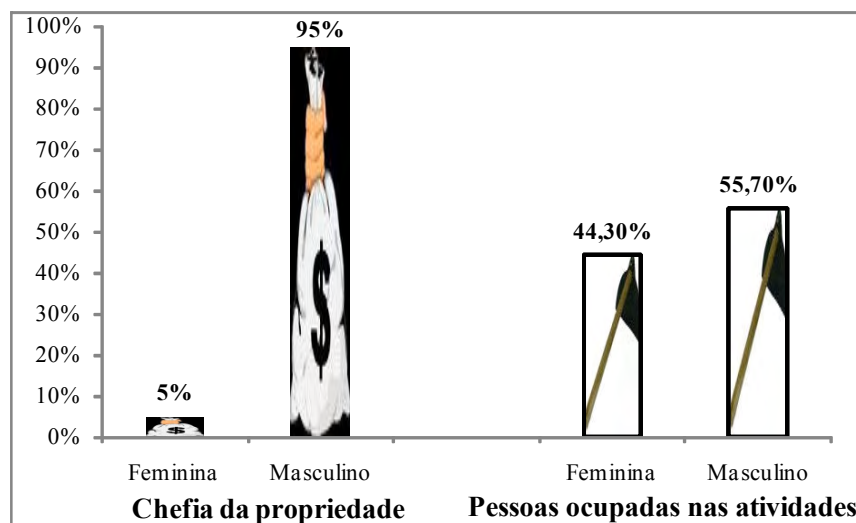
Mas estas estratégias sucessórias não estão estanques ao longo do tempo, elas se transformam face às influências socioeconômicas que recebem em um determinado período. Assim, buscamos nos próximos tópicos apresentar a perspectiva dos atuais gestores e de seus filhos quanto a como percebem no processo sucessório, quem deve ser o sucessor.

**Tabela 14** – Opinião dos agricultores e seus filhos sobre quem ficará na propriedade rural atualmente

<b>Alternativas</b>	<b>Pai</b>	<b>Futuro sucessor</b>
O filho mais velho	15%	13%
O filho mais novo	13%	14%
A filha mais nova	6%	3%
O filho mais estudado	-	6%
O filho menos estudado	-	-
O que tem mais afinidade com a agricultura	26%	38%
O que tem maior afinidade com os pais	10%	10%
Ainda não foi escolhido	27%	16%
Mais de um sucessor	3%	-

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo (2009)

Embora dê para se perceber tendências de perfis preferenciais (filho mais velho ou o mais novo), a questão da *afinidade com as atividades agrícolas e com os pais*, que a princípio poderia ser tomada como um fator de subjetividade aponta, de fato, para a construção de um perfil do sucessor, que embute, geralmente no mais velho ou no mais novo, tais afinidades. Por fim, perguntamos aos filhos se o direito à propriedade é um incentivo para a permanência dos jovens no meio rural. Para os filhos do sexo masculino o direito a propriedade, assim como a passagem administrativa dos bens relacionados ao banco, associação em cooperativas e a entrada como integrado junto às agroindústrias, é fundamental para os mesmos permanecerem no meio rural. Já para as mulheres isso dificilmente ocorre, e quando acontece se traduz, na prática, na passagem da gestão do pai para o marido, conforme aponta uma filha de produtor familiar da comunidade de Linha Chapéu: “*é uma passagem só no papel, eles querem que a gente cuide deles, na verdade meu pai vai mandar até eu casar, depois meu marido é que vai assumir tudo*”. A figura abaixo ilustra esta situação com os dados obtidos no último censo agropecuário, 2006.



**Figura 52-** A primeira análise mostra o número de produtores na direção da propriedade, discriminado por sexo. A segunda aponta o número de pessoal ocupado nos estabelecimentos com 14 anos a mais também discriminados por sexo.

**Fonte:** Censo agropecuário 2006 (IBGE)

Apesar da inexpressividade em termos de sua legitimidade como chefe da propriedade, as mulheres representam aproximadamente 45% da mão-de-obra presente nas atividades realizadas no meio rural, incluindo, as atividades de comercialização. Tem sido expressiva, também, a presença das mulheres em atividades como a condução de trator e o manuseio de outras máquinas, o que até décadas atrás, quando abundava mão de obra, era somente exercido pelos homens. Assim, a realização de tais atividades, bem como a frequência expressiva em palestras realizadas por órgãos públicos, (Secretaria da Agricultura e Epagri), não significam, por si mesmos, uma forma de empoderamento e conquista de espaço, como o demonstra a exclusão no momento sucessório.

## **CAPÍTULO 6 - PARA ALÉM DAS INFLUÊNCIAS MACRO E MICROECONÔMICAS: O PROCESSO SUCESSÓRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR DA MICRORREGIÃO DE CAMPO ERÊ, SC.**

Ao longo da presente dissertação apresentamos dados relativos ao processo sucessório na agricultura familiar, voltados para a desmistificação da idéia de que somente os fatores macro e microeconômicos influenciam no processo sucessório na agricultura familiar. Buscamos, até o momento, ampliar a perspectiva econômica, trazendo à tona a influência dos fatores culturais sobre a sucessão. Apontamos nos capítulos anteriores, a influência dos fatores culturais relativos aos costumes e valores dos migrantes italianos e alemães sobre o processo sucessório.

O presente capítulo procura destacar, ainda mais, a influência dos fatores culturais analisando a sucessão na agricultura familiar, na microrregião de Campo Erê, onde a presença dos caboclos, brasileiros miscigenados revela um processo de colonização diferenciado em relação a outras duas microrregiões. Apresentamos neste capítulo, também, uma base de dados ampliada em relação às duas microrregiões anteriormente apresentadas, em função da participação da pesquisadora de um encontro de jovens rurais promovido pelo CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), ocasião em que obtivemos a oportunidade de aplicar 14 questionários, que serão analisados separadamente. No restante do trabalho, apresentaremos dados secundários disponíveis no IBGE e CNM, e dados relativos à aplicação de 100 questionários aos agricultores familiares e mais 86, referentes aos filhos que permaneciam nas propriedades.

### **6.1. DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO ADMINISTRATIVO DA MICRORREGIÃO**

Campo Erê, também, está localizada no oeste de Santa Catarina, a cerca de 80 km da microrregião de São Miguel do Oeste e a 150 km da microrregião de Itapiranga. Um traço que a diferencia, sobremaneira, das outras duas microrregiões é a presença de uma memória marcada por elementos identitários nativos, ligados à presença dos primeiros habitantes da região: os indígenas da tribo Kaingang, fundadores da Taba do Erê. Conserva-se ainda na região, "Os muros", onde muitas lutas foram travadas entre os caciques Kondá e Ferrari (Fig. 53).



**Figura 53:** Registro fotográfico do Marco histórico denominado Muro dos Indígenas localizado no Município de Campo Erê - SC

Fonte: <http://www.ferias.tur.br/cidade/8402/campo-ere-sc.html>

Outro traço que reforça a identidade brasileira na região diz respeito à história de luta entre Brasil e Argentina pela posse legal dessas terras e, posteriormente, entre os estados do Paraná e Santa Catarina<sup>39</sup>. As primeiras famílias que se estabeleceram na microrregião não foram nem de alemães, nem de italianos, mas de ibéricos: Magno Ribas, Lima, Rocha, Medeiros, Mendes, Viganó, Lopes entre outras. Segundo Waibel (1949), os índios que viviam nesta região em sua grande maioria foram expulsos e seus descendentes miscigenados, os chamados caboclos<sup>40</sup>, passaram a residir nas fazendas como funcionários dos fazendeiros.

O apelo à resistência do nativo contra o invasor é um traço constitutivo da memória desta região, tendo sido acionado na primeira ocupação de terras na microrregião de Campo Erê, realizada pelo MST (Movimento dos sem terras), em 1980, na Fazenda Burro Branco<sup>41</sup>. Com o assentamento das famílias, a agricultura familiar do município ganhou impulso, principalmente na produção de fumo, leite, soja e milho. Já os chamados granjeiros, produtores em alta escala da soja, milho e novilhos, têm diminuído na região.

---

<sup>39</sup> Em 1904, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa a Santa Catarina e, em 1910, novamente, o Supremo Tribunal Federal confirmou a decisão anterior.

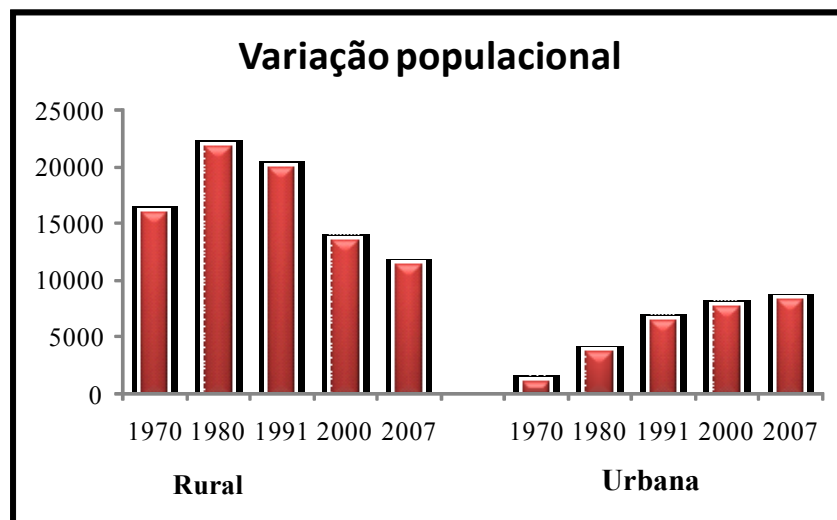
<sup>40</sup> Normalmente se o define como resultado da miscigenação do branco com o índio. No caso da Microrregião de Campo Erê, o caboclo é definido como a miscigenação de branco de origem alemã e italiana (Bandeirantes) com os indígenas que residiam na microrregião.

<sup>41</sup> A fazenda era de propriedade da família Taborda, que residia na Cidade de Curitiba-PR, estava arrendada para 20 famílias a mais de 20 anos.

A microrregião de Campo Erê teve como primeira atividade agrícola a extração da erva mate, pelos caboclos, sendo a mesma, posteriormente beneficiada em pequenas indústrias na microrregião<sup>42</sup>. A implantação dessas pequenas indústrias foi facilitada em decorrência da sua localização em uma área onde o fluxo comercial era maior, principalmente, em função do comércio de gado e muares. Atualmente, a microrregião Campo Erê se destaca nacionalmente pela produtividade de milho e de soja. Até poucos anos atrás, também se destacava pela produção de novilho, resultado da permanência dos granjeiros na microrregião. Detalharemos, de forma mais minuciosa, a seguir, a forma como todo este processo de transformação socioeconômica foi se estabelecendo na região.

## 6.2.MOVIMENTO POPULACIONAL E ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO

A microrregião de Campo Erê é constituída por municípios de pequeno porte, tendo a produção agropecuária relevância econômica na região, principalmente, em decorrência da produção de soja, milho e novilho precoce. Entretanto, apesar da importância da atividade agropecuária na microrregião, a população rural vem decrescendo.



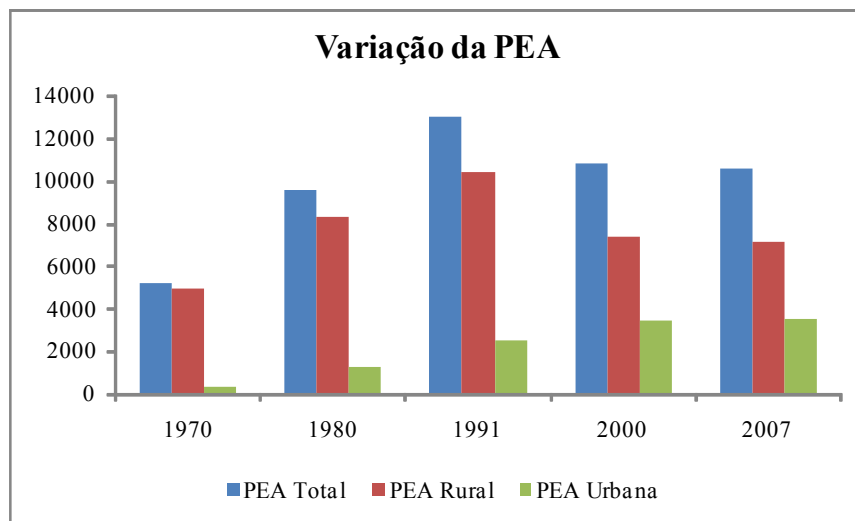
**Figura 54:** Variação populacional total ocorrida nas décadas que compõem o estudo

**Fonte:** Conferencia Nacional dos municípios (CNM). Disponível em: <http://www.cnm.org.br> e IBGE: Contagem da população. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home>

A importância da agricultura na microrregião se evidencia, quando analisamos a PEA (População Economicamente Ativa). Apesar da PEA rural decrescer nos últimos anos é

<sup>42</sup> Vale ressaltar que atualmente ainda existem produtores de Erva Mate na microrregião, bem como indústria que beneficiam e comercializam o produto para a região e estado do Paraná e Rio Grande do Sul.

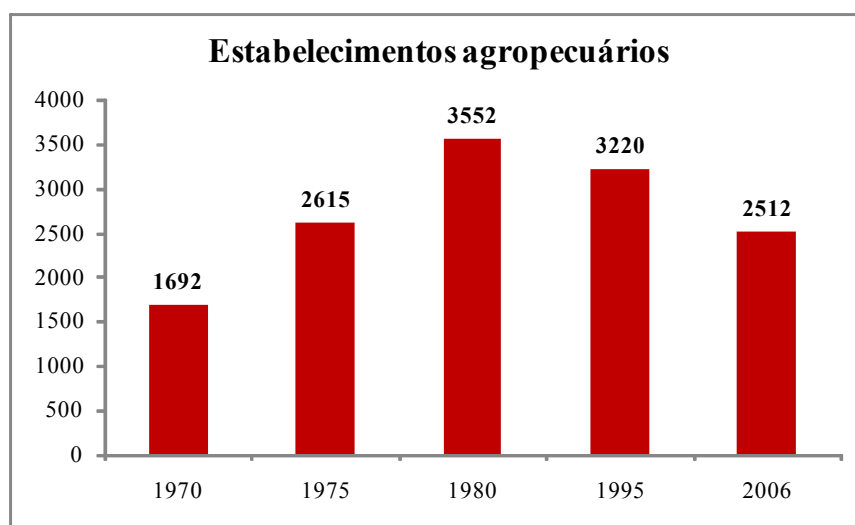
indiscutível a sua representatividade. Há um número ainda baixo de indústrias no meio urbano, o que contribui para que a população busque empregos no próprio meio rural.



**Figura 55:** PEA no decorrer das décadas levando em consideração a PEA Total, Urbana e Rural

**Fonte:** Censo Demográfico: 70-80-91-2000-2007- Disponível: <http://www.ibge.gov.br>

A existência de granjas ocupa uma parcela considerável da mão-de-obra em determinado período do ano, tornado-se uma alternativa para os agricultores familiares, que desejam empregar temporariamente sua mão-de-obra disponível, em busca do aumento da renda familiar. Esta característica tem possibilitado a permanência de famílias oriundas da agricultura familiar no meio rural, o que pode ser visto na Fig. 56.



**Figura 56:** Estabelecimentos agropecuários existentes no meio rural no decorrer das décadas.

**Fonte:** Censo Demográfico e Censo Agropecuário: 70- 75-80-95-2000

Apesar da diminuição da população entre 1980 e 2007, conforme mostra a figura 54, podemos observar na figura 56, que o número de estabelecimentos rurais em 2006 está praticamente igual ao de 1975, período anterior ao assentamento de famílias na Fazenda Burro Branco, o que explica o aumento expressivo do número de estabelecimentos nas décadas de 80 e 90. A explicação para esta tendência de estabilidade no número de propriedades rurais pode, em parte, ser explicada pela expressividade da agropecuária no Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios da microrregião de Campo Erê, apresentado na tabela (15).

**Tabela 15:** Aspectos relacionados a fatores econômicos no decorrer das décadas na microrregião de Campo Erê-SC

Anos	Renda Per capita	PIB Município	PIB Agropecuário	PIB Mun/Agrop
1970	56,22	18785,56	12296,92	65,5%
1980	78,24	71694,03	47300,46	67,0%
1991	92,21	65356,96	41115,67	62,9%
2000	176,25	102321,41	55380,04	54,7%
2007	223,12	117963,46	79935,34	67,7%

**Fonte:** Censo Demográfico 1970-1980-1991-2000-2001- Disponível: <http://www.ibge.gov.br>

Em todas as décadas o percentual do PIB agropecuário esteve acima dos 50%, alcançando quase 70% do PIB municipal em 2007. O crescimento do PIB agropecuário cresce de forma constante de 1970 a 2007, sendo acompanhado, também, pelo crescimento da renda per capita, que quadruplicou no mesmo período. Tal crescimento pode ser percebido no campo e na cidade, principalmente, na qualidade das habitações, que, em sua maioria, buscaram melhorar o bem-estar da família.



**Figura 57:** Registro fotográfico do meio urbano dos municípios que compõem a Microrregião de Campo Erê a) e b) Cidade de Campo Erê vista da avenida principal, no desfile de carros no dia do colono e motorista. c) Visão panorâmica da cidade de Santa Terezinha do progresso. d) cidade da cidade de Saltinho.

**Fonte:** <http://slowvideo.com.br/noticia>.

Na figura acima podemos perceber que o meio urbano dos municípios que compõem a microrregião de Campo Erê, apresenta traços típicos de municípios rurais<sup>43</sup>, sua proximidade com o meio rural, vegetação e com terras cultivadas, retrata um cenário que comprova sua ligação próxima com o meio rural. Assim, percebemos que a agricultura familiar da microrregião de Campo Erê, tecnicizada e inserida no mercado, desenvolve papel importantíssimo para o seu fortalecimento produtivo e econômico, bem como pela continuidade das relações socioculturais no meio rural. Mais que um setor econômico vigoroso, a agricultura familiar, nesta microrregião, é um importante

<sup>43</sup> De acordo como é abordado por Veiga (2002), deveriam ser considerados “cidades” apenas municípios com uma população mínima entre 50.000 e 100.000 habitantes e densidade demográfica superior a 80hab/Km<sup>2</sup>. Os municípios que o autor denomina “rurbanos” se caracterizam por apresentar população entre 50.000 e 100.000 habitantes ou menos, mas densidade inferior a 80hab/Km<sup>2</sup>. Enfim, os municípios com menos de 50.000 habitantes e densidade demográfica menor que 80hab/Km<sup>2</sup> o autor classifica como “rurais. Com base nos conceitos de Veiga (2002), considera municípios rurais com menos de 20.000 habitantes, nos quais a agricultura é o setor predominante na economia.

instrumento de inclusão social e distribuição de renda. Neste contexto, a figura do agricultor representa um elo fundamental na relação econômica entre campo e cidade. O dinamismo econômico na microrregião de Campo-Erê vem afetando de forma expressiva o processo sucessório e a permanência dos jovens no seu meio rural como veremos nos próximos tópicos.

### 6.3. CONHECENDO OS AGRICULTORES FAMILIARES DA MICRORREGIÃO DE CAMPO-ERÊ.

Visitar os agricultores da microrregião de Campo Erê tornou-se um procedimento fácil, tendo em vista que a pesquisadora já residia na microrregião e atuou durante anos como coordenadora de estágio no Colégio Agrícola de Campo Erê, período em que teve contato com muitas famílias de agricultores familiares. No momento da aplicação dos questionários, foi maior o contato com os agricultores familiares: 78 dos respondentes eram do sexo masculino e 22 do feminino<sup>44</sup>. Apresentamos a seguir o perfil das famílias entrevistadas.

No que diz respeito ao tamanho das propriedades dos entrevistados e ao perfil dos entrevistados a realidade encontrada foi à seguinte:

**Tabela 16-** Tamanho das propriedades que participaram do trabalho na Microrregião de Campo Erê

1 a 5 ha	6 a 10 ha	11 a 20 ha	21 a 50 ha	51 ha	TOTAL
3%	16%)	(41%)	(36%)	(4%)	100%

**Fonte:** Dado da pesquisa de campo, ano (2009).

**Tabela 17:** Perfil dos produtores que participaram do trabalho na Microrregião de Campo Erê

Sexo	%	Estado civil	%	Etnia	%	Religião	%	Procedência	%
Masculino	78	Casado	91	Alemã	8	Católica	57	Natural município	39
Feminino	22	Viúvo	4	Italiana	38	Protestante	25	Outro município	35
		Solteiro	0	Cabocla	45	Crente	9	Outro Estado	25
		Divorciado	5	Polonesa	0	Batista	5	Outro País	1
				Outras	9	Outras	4		

**Fonte:** Dado da pesquisa de campo, ano (2009).

<sup>44</sup> Nos casos em que a mulher respondeu os questionários o homem não estava presente. Quando o casal permanecia junto no decorrer do nosso trabalho, dificilmente a mulher se manifestava, e quando isso ocorria era em grande parte para auxiliar o marido no relato de algum fato. Notamos, já de início, que o poder de decisão quanto aos assuntos da unidade familiar produtiva estava muito centrado no homem.

No que diz respeito ao perfil dos agricultores dessa microrregião, apesar de mais da metade dos entrevistados ter afirmado ser católico, percebemos dentro da mesma família pessoas de credos religiosos diferentes, principalmente, entre irmãos. Este é um indício de que nesta microrregião o não pertencimento a uma religião determinada não se constitui em um forte fator de discriminação social nas comunidades rurais, apesar de poder favorecer os laços de solidariedade e compromisso entre as famílias que comungam de uma mesma crença. Por exemplo, encontramos um costume trazido, principalmente, dos descendentes de caboclos, referente ao batismo do recém-nascido: além do batismo na igreja é realizado um batismo em casa. Esta cerimônia doméstica é realizada na casa dos pais da criança, com a presença dos padrinhos, que assumem, então, o compromisso de auxiliar nos cuidados e educação da criança.

A diversificação em relação ao credo religioso das famílias pode estar relacionada em parte à miscigenação étnica na microrregião. Os agricultores entrevistados, em sua maioria, não se identificavam como descendentes de migrantes de uma única nacionalidade, havendo, inclusive, uma significativa porcentagem que se auto-identificou como brasileiros ou caboclos, descendentes de índio com alemão, ou de índio com italianos. A vinda de famílias do Rio Grande do Sul pode, também, ser percebida através de manifestações culturais que permanecem até hoje na microrregião, como, por exemplo, a existência do Rodeio Crioulo, com diversas atividades, entre elas: o tiro de laço, a ginetiada e o tradicional churrasco com o boi no rolete entre outros.



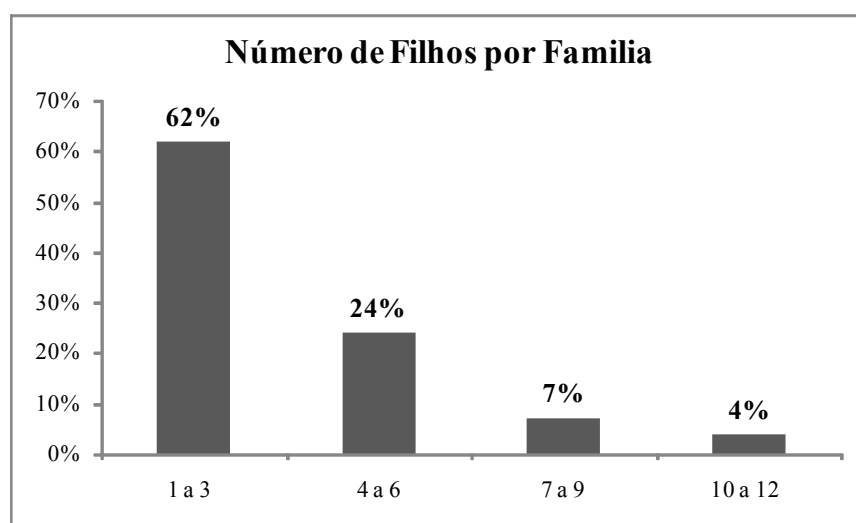
**Figura 58:** Registro fotográfico do Rodeio crioulo interestadual realizado no município de Campo Erê ano 2009

**Fonte:** <http://slowvideo.com.br/noticia>

Aprofundando um pouco mais a realidade das famílias, buscamos identificar junto aos agricultores migrantes, as impressões que a chegada à região lhes causou. “*A gente tava*

*acostumado a terrenos cheio de morro e pedregulho, chegamos aqui era tudo plano achei que tava no céu* (agricultor do Município de Campo Erê). No entanto, percalços também foram encontrados, como ter que competir com os granjeiros, contando apenas com as ferramentas de trabalho trazidas: enxada, junta de boi. Neste cenário de escassez de recursos, o trabalho conjunto da família com dos vizinhos foi fundamental, em virtude de eles se apoiarem em todos os momentos, seja com apoio moral até o empréstimo de material de trabalho.

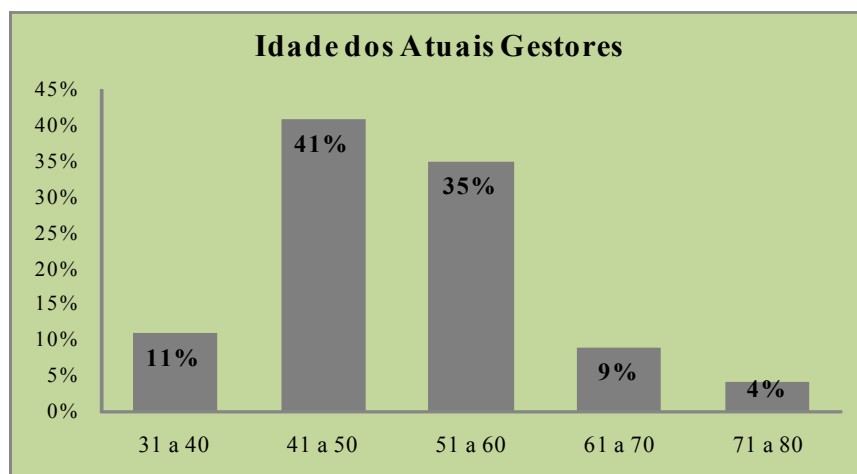
Retornando à apresentação do perfil das famílias dos agricultores entrevistados, nos deparamos com um cenário, no qual em mais da metade das propriedades visitadas o número de filhos variava entre 1 a 3 filhos por casal.



**Figura 59:** A relação do total de filhos por casal nas famílias visitadas na Microrregião de Campo Erê-SC

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, ano (2009)

Seja em função do exíguo tamanho das propriedades, que inviabiliza a divisão entre muitos herdeiros, seja em função do desenvolvimento de tecnologia que libera a mão-de-obra, seja em função das influências dos padrões modernos de controle da natalidade, o fato é que o tamanho das famílias no meio rural reduziu drasticamente. O encolhimento na conformação familiar parece trazer como consequência uma estratégia de associação do trabalho familiar entre a geração dos pais e a do filho sucessor. Com isto, a geração dos pais se mantém em atividade e no comando da unidade produtiva familiar de forma bem longeva, passando a gestão para o filho sucessor quando este já tem mais de 30 anos, já tendo constituído a sua própria família.

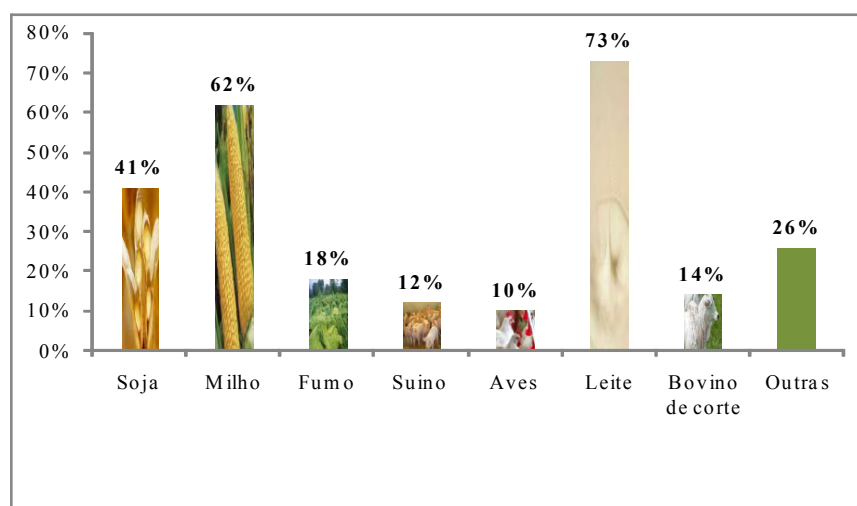


**Figura 60:** Idade dos gestores que participaram do trabalho na Microrregião de Campo Erê - SC

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2009

Os dados acima demonstram justamente esta longevidade da geração dos pais na gestão da unidade produtiva familiar. O filho sucessor só assume a gestão da propriedade após completar 30 anos. Por outro lado, é pouco significativa a porcentagem de gestores, atualmente, com mais de 70 anos, o que reforça a tese de que, nesta idade, o casal já passou a gestão da propriedade à família do filho sucessor, continuando, contudo a viver junto a ele. Talvez, a própria idade de recebimento da aposentadoria esteja contribuindo para demarcar a passagem da gestão da propriedade ao filho sucessor.

No que diz respeito ao perfil produtivo das unidades familiares pesquisadas, a diversidade das atividades na propriedade predominou, mesmo entre as unidades familiares com uma lógica marcadamente mercantil.



**Figura 61:** Diversidade de produtos agropecuários na Microrregião. Levantamento baseado nos três principais produtos das propriedades visitadas na Microrregião de Campo Erê-SC

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2009.

Percebemos que a principal fonte de renda dos agricultores familiares participantes do nosso trabalho advém da produção de leite, que exige a realização do trabalho diariamente, não permitindo, com frequência, que o responsável por esta atividade, geralmente, a mulher, assuma outra ocupação fora da propriedade. Conforme o agricultor, o leite mesmo apresentando, esporadicamente, queda no preço, é garantia de renda certa para a família todo o mês. O milho também é cultivado por mais da metade dos produtores, sendo utilizado como fonte de alimentação para o gado e comercializado, geralmente, junto à cooperativa (Cooper - alfa). O único produto nesta microrregião que é produzido em parceria com uma indústria é o fumo, comercializado junto à empresa Sousa Cruz.

O percentual de 26% caracterizado na figura como outras, esta basicamente ligado a produção de hortaliças e frutas realizada dos agricultores familiares entrevistados. A ênfase no cultivo desses produtos é vista com bons olhos pelos agricultores familiares, pois como apontam há possibilidade da melhoria da renda com a sua comercialização, principalmente, nas feiras municipais toda a semana. Além disso, as prefeituras dos municípios que compõem essa microrregião vêm proporcionando a partir de 2008, com maior ênfase em 2009, aos agricultores familiares, a oportunidade de se habilitar e vender produtos para a merenda escolar. Conforme a resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, de junho de 2009, 30% da merenda escolar deve ser comprada da agricultura familiar. Além desses incentivos proporcionados pelos órgãos públicos, acontece na microrregião a FAIC (Feira Artesanato, Agropecuária, Indústria e Comércio,) onde além de cursos e amostras técnicas, os agricultores têm espaço para comercializar seus produtos, e comprar máquinas e implementos para a propriedade por preços menores.



**Figura 62:** Registro fotográfico do Parque de exposição da FAIC realizada no ano de 2008, no município de Campo Erê

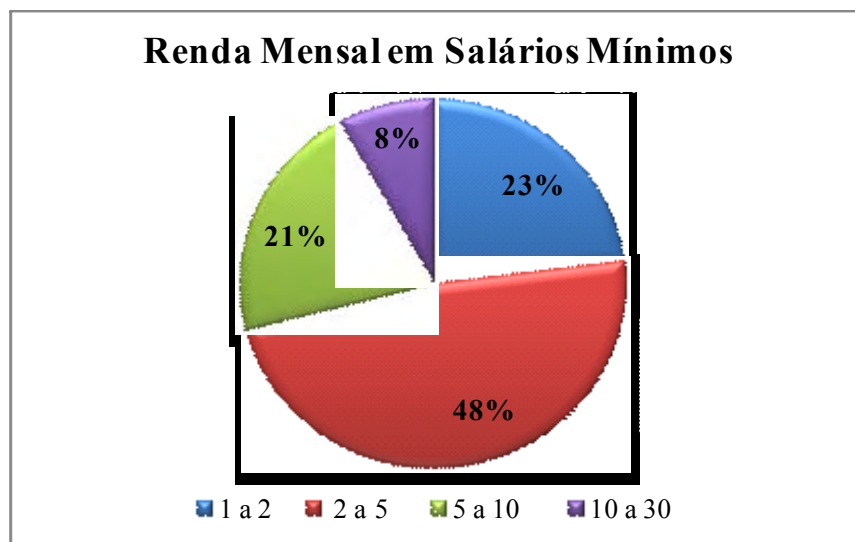
Fonte: <http://slowvideo.com.br/noticia>

Apesar da diversidade produtiva nas propriedades, o que demanda mão-de-obra de um percentual significativo dos membros da família, a presença da atividade não-agrícola é representativa entre as famílias de agricultores, sendo que estas sofrem influência de fatores externos para a adesão a novas alternativas de trabalho, fixo ou temporário, como veremos a seguir.

### **6.3.1. As atividades não-agrícolas e a dinâmica econômica das famílias.**

As atividades não agrícolas são reconhecidas pelos agricultores familiares como uma forma de complementação da renda familiar, bem como um meio de ampliar as possibilidades de investimento nas propriedades. Dentre as atividades não-agrícolas realizadas pelos membros da família as relativas ao trabalho em agroindústrias familiares ocupam lugar de destaque. Nas cem propriedades visitadas 45% tinham pessoas trabalhando em atividades fora da propriedade, principalmente, em atividades ligadas ao comércio, em órgãos públicos ou em granjas localizadas aos redores das propriedades. O fato de os homens desenvolverem atividades fora da propriedade, em número maior que as mulheres, talvez esteja relacionado ao fato de ser atribuída da mulher as atividades relativas à ordenha e trato das vacas, o que requer uma dedicação diária e em horários diferenciados. Em 35% das propriedades onde há membros da família empregados fora da propriedade, foi apontado que esses continuavam auxiliando a família, tanto financeiramente como nas atividades da propriedade, no seu período de folga.

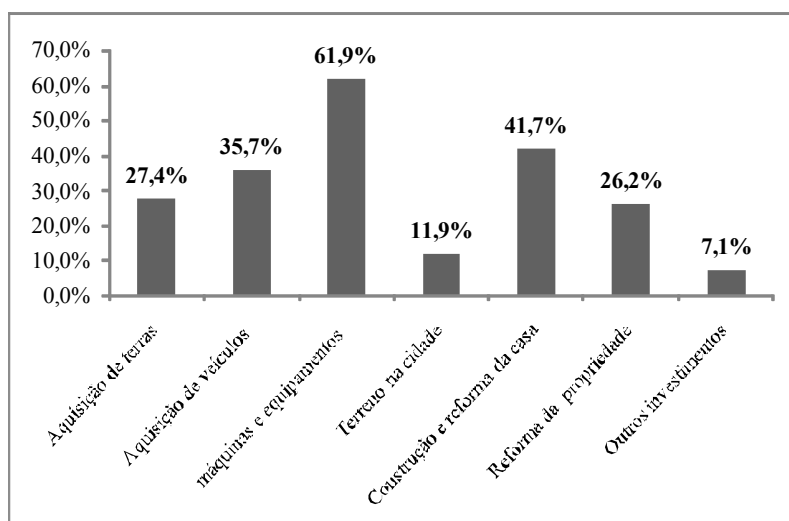
A melhoria da renda familiar foi apontada como a principal responsável pela busca de outras atividades, seguido pela necessidade manifestada pelos jovens de ter renda própria. Além disso, a possibilidade de continuar os estudos, em muitos casos, está vinculada aos ganhos advindos de um emprego fora da unidade produtiva familiar. A seguir, apresentamos os dados relativos à renda das famílias entrevistadas.



**Figura 63-** Rendimento mensal das famílias levando em consideração rendas advindas da produção agropecuária, ORNAS e atividades não- agrícola realizadas fora da propriedade.

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2009

Pelo apresentado na figura (63), percebemos que a maioria das propriedades arrecadam entre 2 e 10 salários mínimos mensais, sendo mais significativo o percentual relativo entre 2 a 5 salários. Aprofundando um pouco mais a questão referente à renda buscamos junto aos produtores compreender como os mesmos administram os seus rendimentos. Todos apontaram prioridade ao atendimento das necessidades primárias da família e a compra de insumos, medicamentos e defensivos para dar continuidade à produção. Contudo, 84% dos produtores apontaram fazer algum tipo de investimento na propriedade.



**Figura 64-** Investimentos realizados nas propriedades visitadas na Microrregião de Campo Erê-SC

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2009

Percebemos que os agricultores familiares da microrregião de Campo Erê, buscaram investir nas propriedades nos últimos anos, em vários segmentos: na aquisição de maquinários, (ordenhadeira mecânica, motores para o trabalho com grãos, estufas para o cultivo de hortaliças e, em casos esporádicos, a obtenção de tratores e construção de pequenos silos para armazenamento de milho) e investimentos voltados ao bem estar familiar. A aquisição de maquinários e reforma da casa foram destaque nas respostas. Entre as principais justificativas para esses investimentos está o atendimento aos anseios, principalmente, dos filhos, que querem ter privacidade, conforto e meio de transporte próprio, moto ou carro. A aquisição de terrenos na cidade era justificada em termos de esta se constituir uma forma de herança para os filhos que saem da propriedade. Esse terreno os permitiria construir a sua residência na cidade, ficando, assim, isentos do recebimento de herança na propriedade dos pais. De outra forma, a aquisição de terreno na cidade serve, também, como forma de poupança.

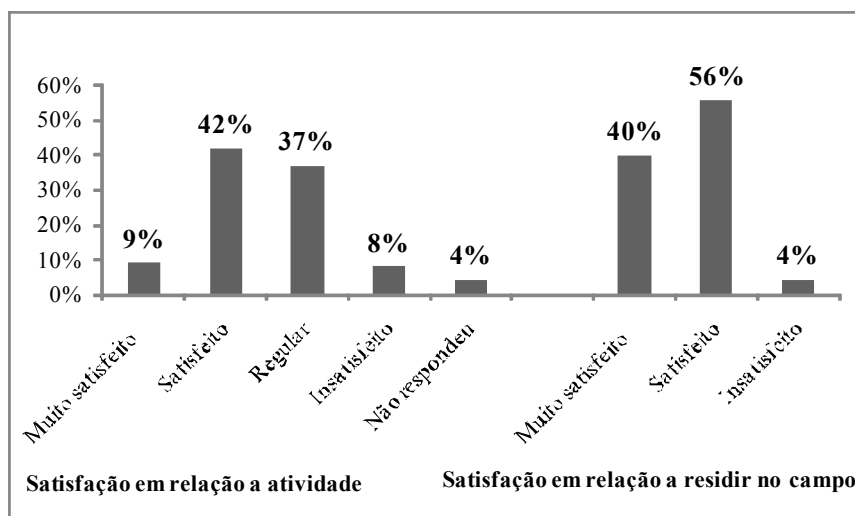
A pesquisa levantou, também, junto aos agricultores familiares da região a sua visão frente às mudanças ocorridas no meio rural. Aproximadamente 40% viam melhoras em suas condições de vida em relação à geração dos pais, sendo que 53% viam as marcas desta melhora, especificamente, no desenvolvimento dos conhecimentos voltados para os meios produtivos por eles utilizados e nas suas condições de trabalho. Apontaram benefícios advindos do recebimento da assistência técnica desenvolvida pelos técnicos da prefeitura e pela Epagri, bem como a existência de um Colégio Técnico Agropecuário na microrregião, como palestras, dia-de-campo entre outras, como meios de acesso a informações úteis para o seu trabalho e para a sua vida. Como podemos observar na figura abaixo, os encontros têm participação ativa principalmente de pessoas do sexo masculino. Além disso, esses encontros realizados por essas instituições são realizados na propriedade de um dos participantes, buscando apontar problemas e soluções inerentes a todas as propriedades, possibilitando também maior interação entre os agricultores das comunidades.



**Figura 65-** Registro fotográfico das atividades realizadas pela Epagri na Microrregião de Campo Erê a) Dia de campo da Epagri - Programa microbacias II, b) Dia de campo para debater a importância da adubação orgânica, pastagem e cobertura do solo.

**Fonte:** Escritório da Epagri de Campo Erê, acervo dos técnicos responsáveis pelas atividades

Percebe-se, portanto, que o agricultor familiar da microrregião de Campo Erê mantém laços muito fortes com o meio rural e com a atividade agropecuária, o que ficou mais visível quando manifestaram o seu grau de satisfação em relação à atividade agrícola e a residência no meio rural. (Fig. 66).



**Figura 66-** Satisfação em relação à atividade desenvolvida e ao espaço de moradia dos atuais gestores na Microrregião de Campo Erê-SC

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2009

Embora seja mais expressiva a satisfação em residir no campo, do que a satisfação em relação à atividade que desenvolvem, apenas para pouco mais de 10% dos respondentes a realização de tais atividades foi caracterizada como trazendo insatisfação. Ainda assim, é importante considerar que a manifestação do grau de satisfação ou insatisfação em relação ao desenvolvimento de atividades agrícolas foi revelada, logo após um período de perdas agrícolas acentuadas para os agricultores desta região, em virtude da variação climática e de preços dos produtos e insumos ocorridos. No entanto, apesar destas dificuldades os agricultores familiares não pretendiam abandonar a profissão e muito menos migrarem para o meio urbano. Mas e quanto aos filhos: quais eram as suas perspectivas de vida?

#### 6.4. OS JOVENS HOJE: RURAIS E AMANHÃ?

Após realizarmos a caracterização das condições socioeconômicas e culturais dos agricultores familiares da microrregião de Campo Erê, e a forma como eles avaliam suas condições de vida, buscamos entender o que almejavam os seus filhos e quais as

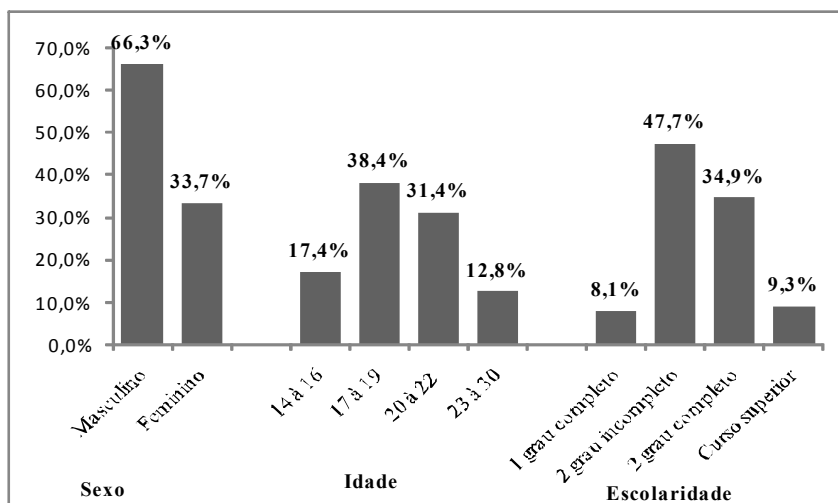
perspectivas destes em relação à sucessão das propriedades. Realizamos 86 questionários com filhos de agricultores que participaram da nossa pesquisa e 14 com filhos de agricultores que participavam do CAPA (Centro de Apoio a Pequeno Agricultor). Inicialmente buscamos identificar as categorias nativas de auto-definição de quem era visto como jovem.

**Tabela 18** – A concepção nativa de jovens para os jovens participantes da pesquisa

CONCEPÇÃO NATIVA DE JOVEM	
Ter entre 13 e 35 anos e ser solteiro	Ter entre 13 e 30 anos
52,4%	47,6%

**Fonte:** Dados pesquisa de campo, 2009

Para a maioria dos jovens entrevistados, a condição de jovem conjugava idade e estado civil. Contudo, o mais interessante é perceber que a definição etária de jovem combina com a idade em que começa a haver a passagem da sucessão da unidade produtiva de uma geração a outra. A seguir apresentamos o perfil sócio-educativo dos jovens entrevistados.



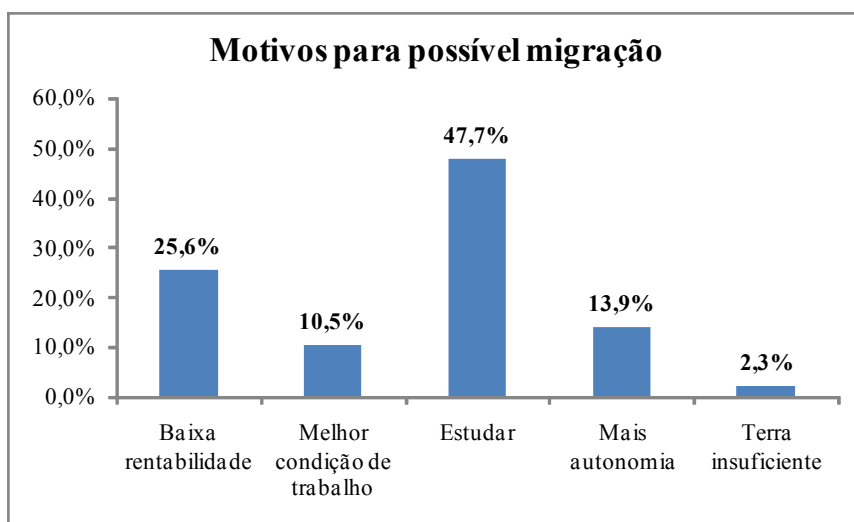
**Figura 67:** Perfil dos jovens residentes nas propriedades, que participaram da pesquisa na Microrregião de Campo Erê-SC

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo 2009

Destaca-se nos dados acima, maior porcentagem de rapazes que moças residindo no meio rural, à menor expressividade do percentual de jovens entre 23 e 30 anos e o nível de escolaridade, que pode ser considerado alto em termos não apenas de Brasil rural, mas, também, de Brasil urbano, o que pode estar relacionado com o poder aquisitivo destas famílias, que se comparado com os relativos às camadas populares dos grandes centros urbanos pode ser considerado alto. Ainda em relação ao perfil educacional

observamos que a maioria que apresentou o segundo grau incompleto está terminando o curso. Já os com primeiro grau completo são pessoas com idades acima de 25 anos e não pretendem voltar a estudar, estando o seu horizonte de vida voltado para o meio rural. Os jovens que freqüentavam cursos superiores estavam se qualificando em menor número na área de ciências agrárias do que na administração, de saúde e de educação, o que, em si, não significa que eles não pensem em uma vida no meio rural, mas, antes, que este rural não tem mais características exclusivamente agrícolas, abrigando novas possibilidades de trabalho para eles.

Embora 82,3% dos jovens entrevistados afirmassem gostar de viver no ambiente rural, justificando encontrar nele segurança e tranqüilidade, fatores que o tornavam especial e diferenciado comparado à agitação do meio urbano, foi-lhes indagado sobre os fatores que acreditavam poder levar jovens como eles a quererem sair do meio rural, ao que responderam:



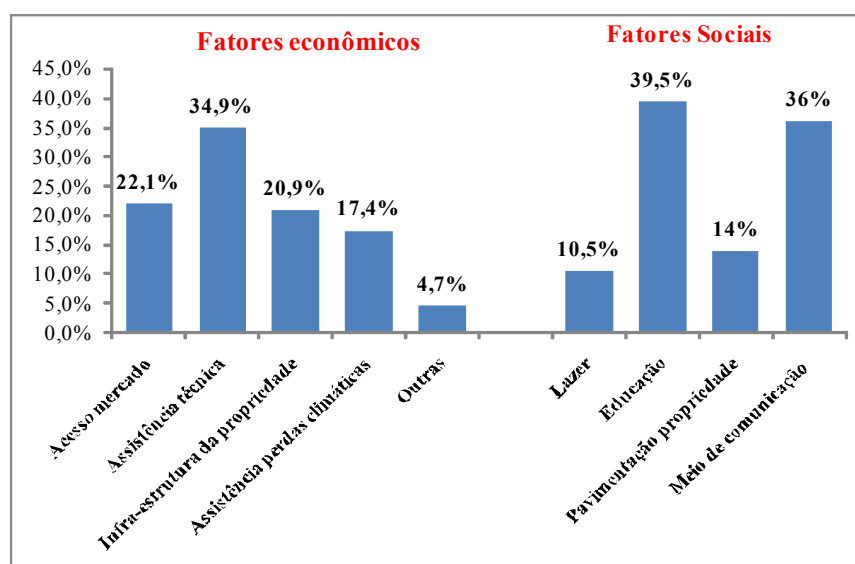
**Figura 68-** Percepção dos jovens acerca dos motivos para a migração entre eles.

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2009

A busca por um modo de vida diferente em relação ao dos pais, agricultores familiares, pode ser considerado como o fator que está por detrás das razões manifestadas pela grande maioria dos jovens, provavelmente, os não sucessores, para justificar o desejo de deixar o meio rural. Segundo eles, a busca por melhores condições de vida, em detrimento do horizonte de vida da família camponesa pode ser apontada como o fator englobante das demais razões para migrar: possibilidade de continuar os estudos, busca por melhores condições de trabalho, de remuneração e de autonomia. A profissão de agricultor, segundo os jovens, é muito sofrida e desvalorizada pela sociedade. Quando comparam as facilidades de vida que os filhos dos granjeiros têm em relação a eles, filhos de agricultores familiares, fica mais claro como o fator econômico é visto por

eles como um meio a ser alcançado a fim de terem acesso a bens materiais e a serviços, percebidos como portadores de status e de conforto. Muitos apontaram que os filhos de granjeiros têm melhores condições de vida que eles, por poderem pegar suas camionetas nos finais de semana e ir para a cidade, fazerem festa, além de não precisarem se preocupar com o trabalho, em virtude de terem empregados.

Outro fator de ordem cultural, revelado pelos jovens agricultores familiares como responsável pela saída da juventude do meio rural, foi à hierarquia e centralidade do poder no pai. Quando perguntados acerca do reconhecimento do pai acerca do trabalho que realizam na propriedade, 77,9% destacaram que as atividades desenvolvidas por eles são vistas como ajuda, o que os desmotivaria a permanecer na propriedade, pois não tinham renda fixa para poderem adquirir objetos pessoais (na maioria eletrônicos) e para poderem sair e se divertir em bailes e festas. Segundo eles, o dinheiro ganho é contado, e nem sempre, suficiente para atender a todos os anseios da maioria, levando-os a saírem de casa e residirem no meio urbano para trabalhar em outras atividades onde tenham a sua própria renda. Mais da metade dos participantes apontaram que se sentem desmotivados a permanecer na propriedade em virtude da pouca valorização dos pais em relação às atividades por eles realizadas, o que os levava a buscar alternativas profissionais. Mas quando lhes foi apresentado uma situação de permanência do jovem no meio rural questionou-se o que tornaria a vida deste melhor, as respostas foram:



**Figura 69:** Melhorias necessárias no meio rural e nas propriedades na visão dos Jovens, na Microrregião de Campo Erê-SC.

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo, 2009

Há uma nítida relação entre melhorias relativas ao mundo do trabalho e o das condições sociais e vida: lazer, meios de comunicação e possibilidade de estudo. Segundo os jovens entrevistados, a questão da melhoria da produção e da qualidade dos produtos é necessidade prioritária, em um momento em que a agricultura passa por um acentuado processo competitivo e permanece atuante quem inova. A melhoria da infra-estrutura, o acesso à educação e aos meios de comunicação foi apontado como fatores que permitiam ao indivíduo manter-se interligado ao mundo mais amplo. Tendo em vista que a questão migratória e a falta de sucessor é uma questão que envolve relação muito forte entre pais e filhos, buscamos saber o que pensam os pais a respeito da saída dos filhos da propriedade.

**Tabela 19** – Opinião dos atuais gestores acerca da saída dos seus filhos da propriedade, na Microrregião de Campo Erê-SC

OPINIÃO DOS PAIS ACERCA DA SAÍDA DOS FILHOS DA PROPRIEDADE		
Concordam e incentivam	Não incentivam, nem interferem	Não concordam
27,9%	67,5%	4,6%

Fonte: Dados Pesquisa de campo, 2009

Pela inexpressividade dos que não concordam com a saída dos filhos percebe-se que a decisão do jovem de deixar a propriedade não é um ato individual, mas construído em família. Isto não significa, também, que a concordância em relação à saída dos filhos aconteça de forma indiscriminada, pelo contrário, este incentivo acontece de forma diferenciada entre os filhos, se constituindo em uma estratégia utilizada para permitir a indivisibilidade da unidade familiar produtiva e, portanto, a sua viabilidade econômica.

### 6.5. A SUCESSÃO

A profissão de agricultor apresenta uma forte carga de influência no que se refere à transferência do ofício do pai para o filho. Na microrregião de Campo Erê, segundo dados do Censo de 2006, aproximadamente 90% das propriedades tem registro legal, o que demonstra um processo de aquisição da terra sem muitos entraves. Explica esta situação de legalidade, o fato de 82,8% das propriedades terem sido obtidas através da compra, inclusive com uma pequena porcentagem desta ter se dado através do auxílio do crédito fundiário. Apenas 13,2% das propriedades foi resultado de herança, o que ajuda a entender o porquê do pequeno percentual de terras não legalizadas, juntamente com as que são resultado de titulação via reforma Agrária, que não somam nem 3% na microrregião.

Adentrando mais a questão da obtenção das terras, mas, agora, através dos dados obtidos com a pesquisa de campo e não mais com os dados do Censo agropecuário de 2006, levantamos junto aos produtores o sexo dos herdeiros: 57,6% foram do sexo masculino, 26,9% do sexo feminino e em 15,3% dos casos tanto o filho como a filha receberam terra. Somando-se o percentual em que os filhos foram herdeiros exclusivos, com os que eles receberam terra de forma conjunta com as filhas, se aproximam de 75% os casos em que os filhos recebem a terra. Percebemos que entre os caboclos era mais acentuada a discriminação das mulheres que nas outras etnias, o que pode ser ilustrado pelo depoimento do agricultor:

*Lá em casa quem mandava era o pai, a mãe coitada teve 10 filhos, passou a vida no fogão e lavando roupa no riacho, quem dividiu as coisas foi meu pai, minhas irmãs não ganharam nada quando casaram duas nem casaram fugiram com os rapaz da vizinhança, sumiram um tempão se não meu pai e meu irmão mais velho matava o rapaz, é naquele tempo era assim. (Agricultor, filho de pai caboclo e mãe italiana).*

Contra-pondo-se a esta situação concreta de exclusão das mulheres da herança, praticamente 100% dos pais, quando perguntados em relação à divisão da herança, responderam que ela seria feita de forma igualitária. Tal fato nos leva a refletir sobre a consideração do significado socialmente atribuído a igualitário. Talvez, a concepção de igualdade diga respeito ao fato de que filhos e filhas receberão o que lhes é de direito, seguindo a ordem “natural” da vida: para a filha o enxoval e uma vaquinha, para o filho as terras para cuidar. O fato de 67% dos entrevistados terem respondido que a família como um todo decide quem será o sucessor, pode ser compreendido, na verdade como: toda a família concorda com a definição do pai de quem será o sucessor.

**Tabela 20-** Opinião dos agricultores e seus filhos residentes na Microrregião de Campo Erê-SC, sobre quem ficará na propriedade rural.

Alternativas	Pai	Filho
O filho mais velho	20%	22,1%
O filho mais novo	4%	7%
A filha mais velha	-	2,3%
A filha mais nova	-	-
O mais estudado	6%	8,1%
O Menos estudado	4%	7%
O que tem mais afinidade com a agricultura	17%	24,4%
O que tem maior afinidade com os pais	14%	4,7%
Ainda não foi escolhido	31%	19,8%
Mais de um sucessor	4%	4,7%

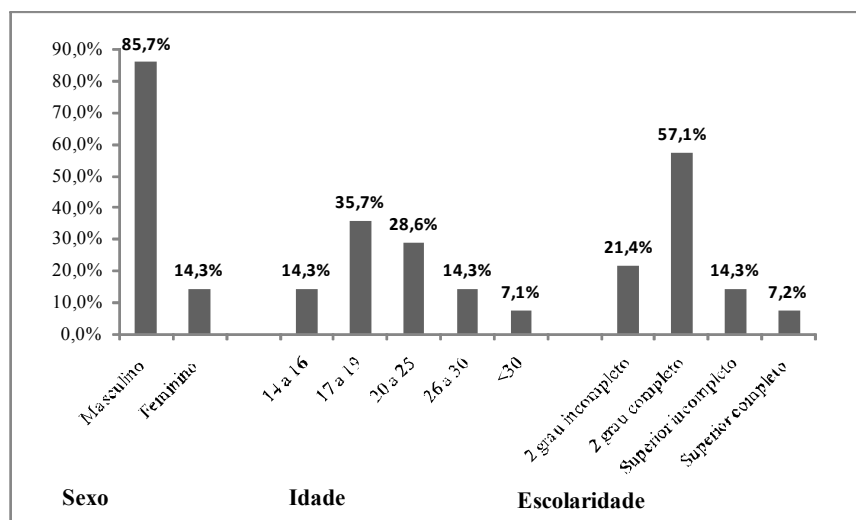
**Fonte:** Dados da pesquisa de Campo, 2009

Embora fique claro nas respostas acima apresentadas o constrangimento que envolve o tema sucessão, quando observamos a imprecisão das respostas relacionando a definição

do sucessor com atributos associados à afinidade com a atividade agrícola e com os pais, fica claro, também, que há uma legitimidade, tacitamente construída, acerca de quem será o sucessor, visto ser ele caracterizado como o “portador de um dom”, tanto em termos do trato com as coisas da propriedade, como, também, com os pais. Transparece, ainda, haver uma norma, culturalmente estabelecida em relação à sucessão, voltada para a definição do primogênito como sucessor.

### 6.5.1. A Percepção dos jovens do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA), em relação ao processo sucessório

O Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA) é uma Organização Não Governamental (ONG) ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana, criado em 1978<sup>45</sup>, com o objetivo de incentivar e valorizar a participação das mulheres e dos jovens nas atividades produtivas e organizativas. Foram aplicados questionários a 14 jovens do CAPA, cujos resultados serão apresentados a seguir. Antes, contudo, buscamos caracterizar o perfil dos jovens participantes do CAPA.



**Figura 70** – Perfil dos Jovens que participam do CAPA na microrregião de Campo Erê.  
**Fonte:** Dados pesquisa de campo, 2009

<sup>45</sup> O CAPA hoje atinge mais de cinco mil famílias de agricultores, espalhadas em diferentes regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com cinco núcleos de atuação, que prestam assessoria aos agricultores familiares. Exerce um papel técnico, político e articulador implementando experiências em diversos municípios contribuindo no desenvolvimento local, visando a valorização da agroecologia. A ênfase no desenvolvimento da agroecologia é fundamentada pela participação com a Rede Ecovida de Agroecologia<sup>45</sup>, coordenando o Núcleo Regional do Alto Uruguai.



**Figura 71:** Registro fotográfico das atividades desenvolvidas pelos membros do CAPA, a) e b) Dia de campo realizado pelos técnicos e assessores do CAPA c) Primeiro encontro municipal da juventude realizado no município de Saltinho, 2009 . d) Efeito da beleza paisagística ao fundo proporcionada pelo sistema Silvopastoril para pecuária leiteira na propriedade Sr. Liseo Méier.

**Fonte:** <http://slowvideo.com.br/noticia>

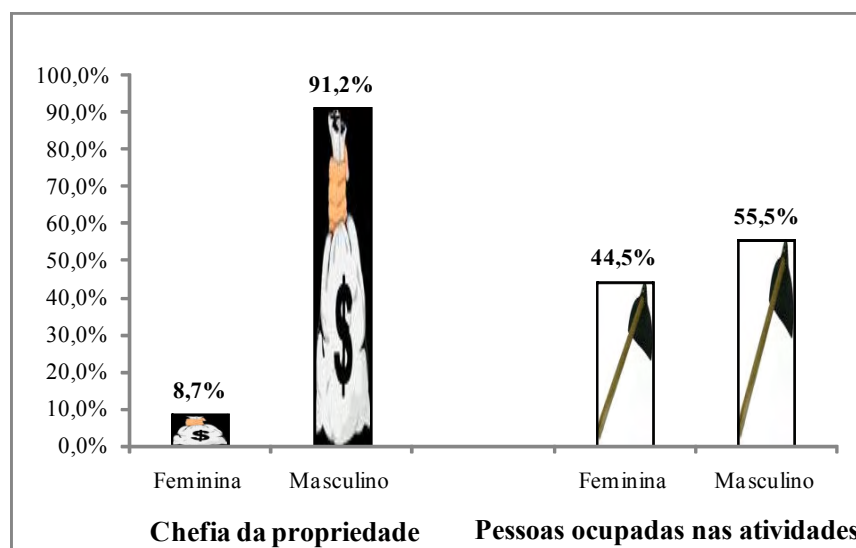
Pela figura acima podemos perceber que participam desses encontros pessoas de diferente faixa etária e sexo, utilizando-se de vários ambientes na busca de melhor conhecer e analisar a realidade que os cercam, almejando novas iniciativas e aperfeiçoamento que possibilite o desenvolvimento da propriedade.

Além disso, diferente dos demais jovens, esses jovens luteranos, que se definem como brasileiros misturados e não como descendentes de italianos ou germanos, somente optariam em migrar se não houvesse terras suficientes para sua permanência no meio rural. Os apelos do mundo material foram citados por apenas 14,3% deles como lhes despertando o interesse em ir para a cidade. Atribuíram tal valorização do lugar, das pessoas que nele viviam e aos pais, ao trabalho desenvolvido pelo CAPA. Enquanto que com os demais jovens a migração apareceu como estando relacionada à divergência de idéias com os pais, entre os jovens do CAPA isto não se deu. Embora afirmassem, como os outros jovens, que seu trabalho era visto como ajuda ou como obrigação pelos pais, e que recebiam dinheiro somente quando iam sair nos finais de semana, não manifestaram descontentamento em relação a isto. Corrobora esta manifestação de ajustamento às regras o fato de que 64,3% destes jovens responderam que pretendem continuar trabalhando em atividades voltadas à agropecuária, sendo que mesmo os que

estão estudando, fazendo graduação, apontam o desejo de continuar no ramo da assistência técnica ou montar seu próprio negócio principalmente comércio voltado à assistência e venda de produtos agropecuários. 78,6% reconhecem que o meio rural proporciona aos jovens a possibilidade de ascensão econômica e garantia de futuro promissor. No próximo tópico detalharemos a nossa observação, voltando-a para perceber o lugar ocupado por homens e mulheres na unidade familiar produtiva.

### 6.5.2. A desigualdade de gênero no direito a terra: aceitar ou migrar?

A unidade de produção familiar é resultado da soma do trabalho de todos os membros da família. O trabalho feminino está inserido tanto na esfera da reprodução quanto da produção. Segundo Woortmann (1997), o processo de trabalho na agricultura possui dimensões simbólicas relacionadas à diferenciação do trabalho realizado por homens e mulheres no meio rural. A dificuldade em perceber o trabalho total da mulher do campo e seu papel secundário, como “tapa buracos”, é uma expressão deste capital social desigual entre os sexos. Porém, é importante percebermos que, mesmo as identidades, aparentemente, mais sólidas escondem negociações de sentido, choques de temporalidade em constante processo de transformações. Deste modo, buscamos compreender, nas 2392 propriedades agrícolas familiares que compõem a microrregião de Campo Erê como era percebido o lugar da mulher na unidade produtiva, na família e na comunidade. Para tanto levantamos junto ao último Censo Agropecuário do IBGE, de 2006, dados referentes à chefia da propriedade e do sexo das pessoas ocupadas nas mesmas.

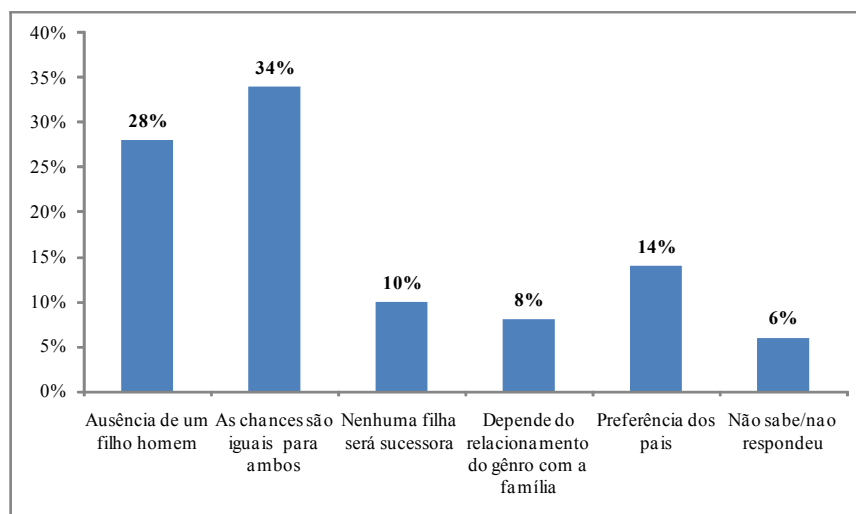


**Figura 72-** Número de gestores e pessoal ocupado nas unidades produtivas familiares, discriminado por sexo, segundo os dados do IBGE, na Microrregião de Campo Erê-SC

**Fonte:** Censo agropecuário 2006 (IBGE)

Pelo apresentado na Figura (72), percebemos que a gestão das propriedades permanece quase que exclusivamente com o homem. Já quando analisamos a ocupação em atividades nas unidades produtivas familiares, o cenário é totalmente diferente: encontramos neste caso percentual expressivo de pessoas de ambos os sexos ocupadas nas atividades das propriedades. Quando saímos dos dados do IBGE (2006) e analisamos as mesmas variáveis referentes às cem propriedades visitadas, a situação não se apresenta muito diferente. O homem é o gestor da propriedade, a não ser nos casos de falecimento. Um aspecto interessante que apareceu em nossas observações em campo, mas que não foi objeto de investigação sistemática de nossa parte foi o fato de que em unidades produtivas familiares onde o homem era caboclo e a mulher de nacionalidade alemã ou italiana este estabelecia freqüentemente comparações entre a sua propriedade com a dos sogros ou cunhados, buscando evidenciar seus méritos e o fato de não ter aceitado viver somente das terras herdadas pela esposa, mencionando sempre que adquiriu mais terras por conta própria depois do casamento. Por outro lado, algumas falas, de mulheres caboclas, casadas com descendentes de italiano ou alemão reportaram a um período no início de suas vidas de casadas em que estiveram submetidas a situações de “julgamento” e de “aprovação” por parte da família do esposo, principalmente, quando essa convivía próxima à família do marido.

Outro ponto que chamou a nossa atenção refere-se às filhas dos agricultores familiares, moças entre 14 a 18 anos. Foi freqüente encontrar neste segmento, a perspectiva de permanência no meio rural associada à busca de uma qualificação profissional: cursos de técnico agrícola, participação em projetos como o de micro-bacias, entre outros. Essa busca por maior conhecimento na área se justifica em boa parte pelo fato de que como não são, na prática, sucessoras em potencial, precisam ampliar as perspectivas de acesso a trabalho e renda.



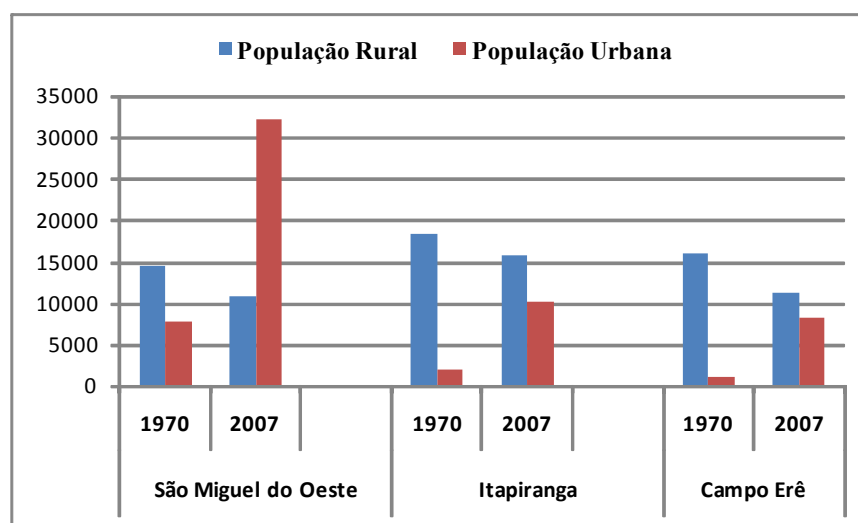
**Figura 73:** Fatores relacionados pelos pais referentes às possibilidades das filhas se tornarem sucessoras na Microrregião de Campo Erê-SC.

**Fonte:** Dados pesquisa de campo trabalho (2009)

Nota-se pela figura acima que ser designada sucessora da propriedade na microrregião de Campo Erê, envolve aspectos que vão muito além do desejo da filha. A efetivação de uma filha como sucessora, somente ocorrerá na ausência de um filho do sexo masculino. Além disso, envolve, também, a “afinidade” dos pais com o cônjuge da filha. Como vimos ao longo deste capítulo, seja ao considerarmos as relações intergeracionais, entre pais e filhos, seja as relações de gênero, entre homens e mulheres na unidade produtiva familiar, notamos que as ações em torno do processo sucessório se definem com base em critérios culturalmente definidos, mesmo levando em consideração os constrangimentos econômicos existentes. Se, por um lado, alguns dos filhos deverão ser motivados a deixar a unidade produtiva familiar a fim de garantir a sua viabilidade econômica através da menor divisão possível da mesma, não é qualquer dos filhos que é destinado ao mundo exterior, estes filhos têm sexo e situação etária específica em relação aos demais irmãos. Além disto, se as estratégias de “motivação a saída” de determinados filhos se estabelecem com base em um gradiente cultural de possibilidades, a decisão dos filhos de sair ou ficar, também segue critérios avaliativos que levam em consideração variáveis culturais, como: busca por maior autonomia financeira e de decisão, possibilidade de estudo, de acesso a lazer, a bens de consumo e de serviços, conquistáveis através de trabalhos menos penosos e mais bem remunerados.

## 7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi realizada no Oeste de Santa Catarina, em três microrregiões rurais: São Miguel do Oeste, Itapiranga e Campo Erê. Tal classificação se deve ao fato das mesmas apresentarem uma densidade demográfica menor que 80 hab/km<sup>2</sup><sup>46</sup>. Dentre as três microrregiões, a maior densidade demográfica foi encontrada em São Miguel do Oeste, 66 hab/km<sup>2</sup>, e a menor em Campo Erê, com 20 hab/km<sup>2</sup>. Itapiranga ficou no meio termo entre as duas, com 43 hab/km<sup>2</sup>.

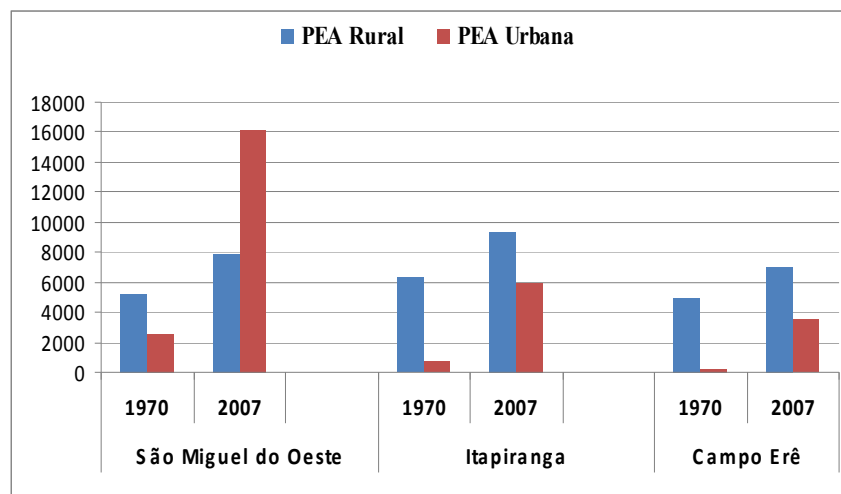


**Figura 74.** População rural e urbana referente aos anos de 1970 e 2007 nas microrregiões de estudo

**Fonte:** Ipeadata, disponível: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?50185328>

Em todas as três microrregiões (São Miguel do Oeste, Itapiranga e Campo Erê) a população urbana cresceu e a rural diminuiu, entre as décadas de 1970 e 2007. Entretanto, embora tenha havido este decréscimo da população rural, ao longo destas quatro décadas, a População Economicamente Ativa no meio rural cresceu em todas as três microrregiões, acompanhando a tendência de crescimento do Produto Interno Bruto agropecuário.

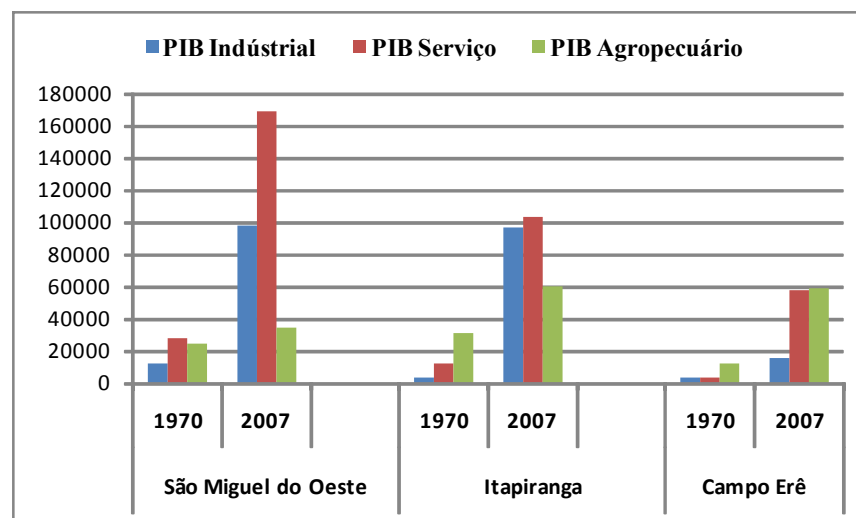
<sup>46</sup> Já quando observamos o perfil cultural percebemos a forte presença dos descendentes de italianos em São Miguel do Oeste, de alemães em Itapiranga, e de italianos e caboclos em Campo Erê. O catolicismo se mostrou a religião dominante nas três micro-regiões, apesar de haver também uma menor expressividade do protestantismo.



**Figura 75.** População rural e urbana referente aos anos de 1970 e 2007 nas microrregiões de estudo

Fonte: Ipeadata, disponível: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?50185328>

Podemos perceber que embora o PIB agropecuário tenha crescido menos que o Industrial e o de serviços em duas das três microrregiões (São Miguel do Oeste e Itapiranga), ainda assim, ele cresceu ao longo das 3 últimas décadas do Século XX e da primeira do XXI, evidenciando um meio rural economicamente dinâmico.

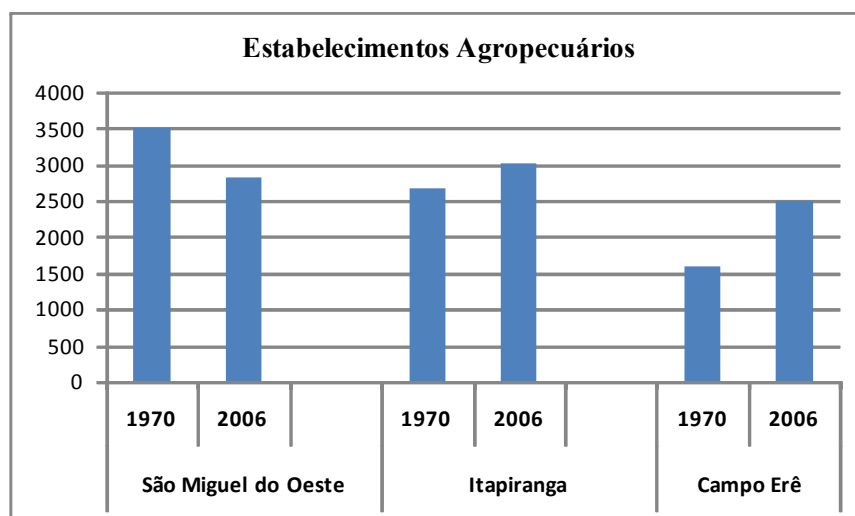


**Figura 76-** PIB Industrial, Serviço e Agropecuário nos anos de 1970 e 2007 nas microrregiões de estudos

Fonte: Ipeadata, disponível: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?50185328>

Também o número de estabelecimentos agrícolas aumentou nas duas microrregiões nas quais a População Economicamente Ativa no meio rural se mostrou maior que a do meio urbano: Itapiranga e Campo Erê. Contudo, mesmo em São Miguel do Oeste o decréscimo no número de estabelecimentos não foi acentuado, fato que se constitui em

um indicador do êxito das estratégias reprodutivas adotadas nas unidades produtivas familiares das três microrregiões pesquisadas.



**Figura 77** – Comparação do número de estabelecimentos Agropecuários nas microrregiões de estudo nos anos de 1970 e 2006

Fonte: Ipeadata, disponível: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?50185328>

Saindo do âmbito macro para o microeconômico podemos perceber que a tendência de estabilidade no número de propriedades rurais destas três microrregiões tem se efetivado com a predominância de estabelecimentos com área entre 11 e 50 ha.

**Tabela 21** - Tamanho das propriedades visitadas nas microrregiões de estudo

Área	São Miguel do Oeste	Itapiranga	Campo Erê
1 a 5 ha	10%		3%
6 a 10 ha	27%	23%	16%
11 a 20	<b>29%</b>	<b>39%</b>	<b>41%</b>
21 a 50	<b>32%</b>	<b>38%</b>	<b>36%</b>
Mais de 50%	2%		4%

Fonte – Dados da pesquisa de campo, 2009

Estabelecimentos dentro destas dimensões têm viabilizado o desenvolvimento de atividades produtivas com o emprego de tecnologia, como é o caso da produção leiteira, da suinocultura, da avicultura e do cultivo do fumo. Tais atividades têm sido desenvolvidas de forma combinada, com base em estratégias reprodutivas que ficam a meio-termo entre os benefícios da especialização e os da diversificação produtiva, não adotando nem a exclusividade produtiva, nem a busca de auto-sustentação. A lógica reprodutiva dos agricultores familiares destas microrregiões combina, pois, atividades

de rápida e constante rentabilidade com outras de investimento mais longo, mas com maior rentabilidade concentrada. A produção de leite, que tem uma renda regular quinzenal ou mensal, é a atividade que mais se destaca nas três microrregiões. Ela se combina com outras atividades de retorno mais longo, mas mais substancial como a suinocultura, a avicultura e o plantio de fumo.

**Tabela 22-** Principais fonte de renda das famílias das microrregiões

Fonte de Renda	São Miguel do Oeste	Itapiranga	Campo Erê
Leite	<b>50%</b>	<b>66%</b>	<b>73%</b>
Aves	8%	<b>38%</b>	10%
Suínos	<b>43%</b>	22%	12%
Fumo	16%	18%	18%
Soja	Não especificada	3	41%
Agroindústria	Não especificada	10%	Não especificada
Aposentadoria	Não especificada	18%	<b>62%<sup>47</sup></b>

**Fonte** – Dados da pesquisa de campo, 2009

A renda mensal advinda destas atividades tem no estrato dos que auferem entre 3 e 5 salários mínimos sua tendência mais expressiva. Tal patamar de renda explica perfeitamente a proximidade do padrão de consumo da população rural destas microrregiões do oeste catarinense em relação à população de classe média urbana. Os carros, motos e os eletrodomésticos das confortáveis residências desta região atestam o poder aquisitivo da renda obtida por estes agricultores.

**Tabela 23-** Renda das famílias visitadas nas microrregiões

Renda	São Miguel do Oeste	Itapiranga	Campo Erê
1 a 2 salários	8%	2%	23%
3 a 5	<b>63%</b>	<b>65%</b>	<b>48%</b>
6 a 10	<b>24%</b>	<b>30%</b>	<b>21%</b>
11 a 30	5%	3%	8%

**Fonte** – Dados da pesquisa de campo, 2009

<sup>47</sup> Chamou a nossa atenção foi à questão da aposentadoria nas famílias, encontramos ao todo 62 aposentados, no entanto quando questionamos se a renda advinda desse benefício estava entre as três principais fontes de renda da família, apenas 10 desses responderam que sim. O que ouvimos desses aposentados na maioria das vezes foi que o valor recebido era muito baixo, sendo que em sua grande maioria recebiam somente um salário mínimo, sendo o mesmo utilizado principalmente em medicamentos.

Atesta, também, a proximidade com os padrões urbanos de estilo de vida, a diminuição no número de filhos, o que pode refletir, ainda, a racionalização em termos das terras disponíveis não apenas por parte de cada família, como, também, em âmbito regional e de fronteira agrícola fechada.

**Tabela 24-** Número de filhos por família visitada nas microrregiões

<b>N. de filhos</b>	<b>São Miguel do Oeste</b>	<b>Itapiranga</b>	<b>Campo Erê</b>
1 a 3	<b>58%</b>	<b>63%</b>	<b>62%</b>
4 a 6	34%	30%	24%
7 a 9	4%	4%	7%
10 a 12	4%	3%	4%

**Fonte** – Dados da pesquisa de campo, 2009

Quando observamos a idade dos gestores nas três microrregiões notamos, mais uma vez, que não se sobrepõe nenhuma tendência cultural específica, seja dos descendentes de italianos, de alemães ou de caboclos. Há tal como no número de filhos, uma tendência comum a que o processo sucessório se efetive, majoritariamente, quando os novos gestores têm, aproximadamente, quarenta ou cinquenta e poucos anos, já com filhos adolescentes. Assim, a sucessão, geralmente, se efetiva em uma configuração da unidade produtiva familiar que conta com três gerações residindo juntas: os patriarcas, o filho sucessor, geralmente o mais velho, e seus filhos.

**Tabela 25-** Idade dos atuais gestores que participaram da pesquisa nas microrregiões

<b>Idade dos Gestores</b>	<b>São Miguel do Oeste</b>	<b>Itapiranga</b>	<b>Campo Erê</b>
31 a 40 anos	14%	3%	11%
41 a 50 anos	<b>46%</b>	<b>45%</b>	<b>41%</b>
51 a 60 anos	<b>26%</b>	<b>39%</b>	<b>35%</b>
61 a 70 anos	11%	12%	9%
Mais de 71	3%	1%	4%

**Fonte** – Dados da pesquisa de campo, 2009

Estes sucessores, geralmente, herdaram a terra seguindo estratégias culturais construídas com base em razões práticas seculares, como a escassez de terras para todos os filhos.

**Tabela 26-** Formas de obtenção de terras segundo os atuais gestores das propriedades visitadas nas microrregiões

Formas de obtenção das terras	São Miguel do Oeste	Itapiranga	Campo Erê
Compra de terceiros	30,8%	41%	63%
Herança	77%	73%	52%
Compra de Parentes	10,8%	29%	14%

Fonte – Dados da pesquisa de campo, 2009

Assim, de forma velada, mas compreensível e legitimada por todos os membros da família se estabelecem os critérios visando maximizar as possibilidades de reprodução da unidade produtiva familiar. Seja através da compra da terra de forma facilitada pelos “irmãos-não-sucessores” ao “sucessor”, ou mesmo, através do simples costume culturalmente aceito de não se considerar as mulheres como herdeiras de fato, apesar de o serem de direito, é que se estabelecem, através dos costumes, os parâmetros de definição do sucessor ou sucessores.

**Tabela 27-** Distribuição forma de distribuição da herança ocorrida nas famílias dos atuais gestores das microrregiões

Recebedores de terra	São Miguel do Oeste	Itapiranga	Campo Erê
Homem e Mulher igualmente	19,3%	37%	15,3%
Mulher não recebeu	57%	31,5%	57%
Compensação para não herdeiros	10%	8,2%	Não especificada
Sem compensação	13,7%	23,3%	Não especificada

Fonte – Dados da pesquisa de campo, 2009

O filho considerado como sendo o que tem maior afinidade com a agricultura ou com os pais é aquele que desde criança ouve isto, sendo estimulado a desenvolver habilidades voltadas para tais atividades. Como a sucessão opõe de um lado os costumes e de outro a lei, e também pelo fato de envolver a perspectiva de morte dos pais e mesmo a sua perda de poder na família, este não é um assunto que se fale de forma aberta e sem constrangimentos. Tal afirmação se fortalece com os dados coletados na pesquisa que destacam justamente esta situação de tanto os pais como os filhos afirmarem que ainda não se definiu quem ficará na propriedade dando continuidade ao patrimônio e as raízes da família.

**Tabela 28-** Perspectiva de quem ficará nas propriedades visitadas nas microrregiões, na visão dos pais e dos filhos que permanecem nas propriedades

Perspectiva de quem ficará com a propriedade	São Miguel do Oeste		Itapiranga		Campo Erê	
	Pai	Filho	Pai	Filho	Pai	Filho
O filho mais velho	<b>9%</b>	<b>15%</b>	<b>15%</b>	<b>13%</b>	<b>20%</b>	<b>22,1%</b>
O filho mais novo	3%	5%	13%	14%	4%	7%
A filha mais velha	1%	3%	-	-	-	2,3%
A filha mais nova	-	-	6%	3%	-	-
O filho mais estudado	-	1%	-	6%	6%	8,1%
O filho menos estudado	2%	1%	-	-	4%	7%
O com maior afinidade com a agricultura	<b>28%</b>	<b>24%</b>	<b>26%</b>	<b>38%</b>	<b>17%</b>	<b>24,4%</b>
O com maior afinidade com os pais	20%	18%	10%	10%	14%	4,7%
<b>Ainda não foi definido</b>	<b>31%</b>	<b>25%</b>	<b>27%</b>	<b>16%</b>	<b>31%</b>	<b>19,8%</b>
Mais de um sucessor	6%	8%	3%	-	4%	4,7%

Fonte – Dados da pesquisa de campo, 2009

Assim, após apresentarmos este retrato do processo sucessório nas unidades produtivas familiares do Oeste de Santa Catarina, retomemos as nossas questões de investigação, aos nossos objetivos de pesquisa e as nossas hipóteses. As questões de investigação que nortearam a nossa pesquisa se referiam a investigar se havia uma conexão entre fatores culturais e a saída dos jovens da unidade produtiva familiar. Ou seja, procurávamos investigar se os jovens deixavam a propriedade paterna em decorrência de: a) das restrições econômicas relativas às limitações das possibilidades de reprodução da unidade produtiva familiar, como área da propriedade, tipo de atividade produtiva, nível tecnológico e número de filhos; b) em decorrência de fatores culturais relativos à inconformação dos jovens face aos costumes camponeses, tais como: a conduta

hierárquica e centralizadora dos pais e o forte sexismo discriminatório dos direitos das mulheres no meio rural; e por fim, c) em decorrência dos apelos urbanos de acesso a bens e serviços, bem como a possibilidade de trabalho melhor remunerado e com garantias trabalhistas.

Quanto à questão do repúdio dos jovens a cultura camponesa como sendo um fator explicativo para a saída dos jovens do meio rural, nossos dados nos mostram que é falaciosa, para a realidade das três microrregiões pesquisadas no oeste catarinense, a perspectiva de saída dos jovens em geral do meio rural. Os jovens, filhos de agricultores familiares não podem ser vistos como um bloco unívoco. Dentre os filhos de agricultores familiares há aqueles que vão sendo guiados, desde criança a buscarem outras alternativas de trabalho e vida e aquele ou aqueles que serão os sucessores. Quando observamos, a situação das unidades produtivas do oeste catarinense notamos que embora tenha havido redução da população rural, não houve redução do número de propriedades, nas últimas quatro décadas, ou seja, as propriedades continuam a ter gestores da própria família, o que indica o expressivo número de propriedades herdadas. Assim, a saída dos jovens não sucessores da propriedade paterna parece guardar a mesma necessidade de reprodução social das unidades produtivas familiares de gaúchos descendentes de italianos e alemães, que tiveram que mandar parte de seus filhos pelo rio Uruguai, nos anos de 1940 a 1960, para o oeste de Santa Catarina, em busca de outras terras agriculturáveis. Desta forma, também a hipótese relativa à saída dos filhos devido à atratividade do meio urbano pode se colocar como em correspondência a uma nova fronteira de trabalho, que deixou de ser agrícola e passou a ser urbana.

Nossos dados mostraram que longe de ser um projeto individual, construído pelo jovem, de forma isolada, aqueles que vão deixar a unidade produtiva familiar o constroem dentro e com a família. Assim, o que podemos constatar é que as estratégias sucessórias das famílias de agricultores do oeste catarinense se configuram de forma processual, imprimindo entre os filhos, desde tenra idade, formas de classificação de sucessores e não sucessores, que vão sendo por eles interiorizadas e assumidas, a partir da aceitação de rotulações tais como: “fulano tem queda para os assuntos agrícolas” e “beltrano já tem jeito para os estudos”. Embora, não deixe de ser verdade que o trabalho urbano e o acesso a bens e serviços se constitua em uma motivação para a saída dos jovens não sucessores, cada vez mais a dinâmica territorial, que aproxima o urbano e o rural, em termos de uma economia intersectorializada, bem como em termos

da acessibilidade das pessoas do meio rural aos padrões de consumo e de serviços encontrados no meio urbano, coloca antes em destaque, que a motivação para a saída dos filhos não sucessores está em consonância com o fato de que a unidade produtiva familiar tem se viabilizado economicamente com um ou dois sucessores, seja em função da tecnologia, seja em decorrência de uma unidade produtiva contar geralmente com a força de trabalho de uma família extensa, constituída pelo casal de patriarcas, pelo filho sucessor e sua esposa, e pelos seus filhos, dividindo as tarefas da unidade produtiva familiar.

Em fim, nossos dados mostram que as propriedades das três microrregiões do oeste catarinense não estão tendo problema relativo à falta de sucessor: há filhos que saem e há filhos que ficam, e as filhas continuam não sendo herdeiras em potencial. No que diz respeito à consideração do peso dos costumes diferenciados vinculados aos descendentes de italianos, alemães e caboclos, de religião majoritariamente católica, não se evidenciou um traço peculiar em termos de construção de estratégias reprodutivas. Contudo, nossos dados mostraram que dentre as famílias de alemães é que as mulheres encontraram melhor condição em termos da herança da terra.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. CAMARO, A.A . Exodo rural, envelhecimento, e masculinização no Brasil: tendências recentes. N 2. Set 1997

ABRAMOVAY, R et al. (Coord). Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, R. SILVESTRO, M; CORTINA, N; BALDISSERA, Ivan T; FERRARI D; TESTA, V. M. Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: UNESCO, 1998

ABRAMOVAY, R. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis : Epagri ; Brasília, 2001: Nead/ Ministério do Desenvolvimento Agrário

\_\_\_\_\_. “O capital social dos territórios – Repensando o desenvolvimento rural” *in O Futuro das Regiões Rurais* pp. 83-100 – Ed. UFRGS, Porto Alegre.

\_\_\_\_\_. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão - Hucitec/ Edunicamp/ANPOCS - São Paulo. 1991

ALVIM, Z. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. História da vida privada no Brasil. V. 3. São Paulo: Campanha das Letras; 1997. p. 215 – 287.

ANJOS, F. S. **Agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos operários de Massaranduba (SC). Pelotas: UFPel/Editora Universitária, 1995.

ANJOS, F.S. CALDAS, N. V. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In. A diversidade da agricultura familiar (Org), SCHNEIDER, S. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. **Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

BADALOTTI, R.M.; RENK, A.; BERTONCELLO, A.; ROSSY, A.M.; AMARAL, E.; DALLAZEN, R. Reprodução Social da Agricultura Familiar e Juventude Rural no Oeste Catarinense. VII RAM – UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2007 – GT 01. Antropología Económica y Ecológica.

BAVARESCO, P.R. OS ciclos econômicos do EXTREMO OESTE CATARINENSE: **Modernização, progresso e empobrecimento**. Blumenau, 2003. Dissertação apresentada ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR do Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade Regional de Blumenau – FURB, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional.

BEROLDT, L. GRISEL, P, N. SCHMITZ, J, A, K. Evolução e diferenciação da agricultura no Vale do Taquari: um estudo comparado de dois sistemas agrários. In: MENASCHE, R (Org). A agricultura familiar á mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007

BONI, V; QUARESMA, S. J. L. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, vol. 2 , nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br).

BOURDIEU, P. "The Forms of Capital", in Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education, ed. J. Richardson. N.Y., Greenwood: 1985.

BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne. In Études rurales. Avr/set, 1962.

\_\_\_\_\_. Reproduction interdite; La dimension symbolique de La domination économique. Études rurales, janvier-juin 1989 1962.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional 2007. Disponível em: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br/bda/popul/d...> Acesso em: abr 2009.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G de. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

\_\_\_\_\_. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*/ Universidade Federal de Santa Catarina, v.12, n.1. 2004.

BUAINAIN, A. M. (Coord.). **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: UNICAMP, 2007. 238 p. (Agricultura, instituições e desenvolvimento sustentável).

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 1998

CANDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito. Livraria Duas Cidades, 1977

CARNEIRO, M. J. Em quê consiste o familiar da agricultura familiar? Artigo publicado em Oficina de Atualização Temática, 2000, Londrina Paraná, Ocupações Rurais Não – Agrícolas (ORGS) V.1, de outubro de 2000

CARNEIRO, M.J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H. W. BRANCO, P.M. Retratos da juventude brasileira: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

\_\_\_\_\_. Camponeses agricultores e pluriatividade. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

\_\_\_\_\_. O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. Herança e gênero entre agricultores rurais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2. Jun/dez. 2001 .

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em construção. Texto publicado integralmente nos Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural,

Natal, agosto, 1997. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org/cpda> Acesso em: 10/08/2009.

CARVALHO, L, M. **Pequena produção:** critérios múltiplos definem pequeno empreendimento rural. Disponível em: <[www.cna.org.br/cna/publicacao](http://www.cna.org.br/cna/publicacao). Acesso em: 16 jun. 2009.

CASTRO, E.G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. Rev. Latinoam.ciencsocineez. jun. 2009. Disponível: [www.umanizales.edu.com](http://www.umanizales.edu.com). Acesso: 25/07/09.

\_\_\_\_\_. Debates. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007

Censo Demográfico: 1970; 1980; 1991; 2000. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: abr 2009.

Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: set 2009.

CONFERENCIA NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM). Dados Demográficos. Disponível em: [http://www.cnm.org.br/demografia/br\\_demografia.asp](http://www.cnm.org.br/demografia/br_demografia.asp). Acesso em: jun 2009.

DEERE; C.D. LEON.M. O empoderamento da Mulher: Direitos a terra e direitos a propriedade na América Latina. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2002

DIAS JUNIOR, Cláudio S. **Capital Social e Violência:** uma análise comparada de duas vilas de Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFMG, Belo Horizonte, 2001..

FORTES, Meyer. **O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico.** In: Série Textos de Aula. Antropologia 6. Universidade de Brasília. 1974.

GASSON, R. ERRINGTON, A. The farm family business. Wallingford, Cab International, 1993.

GAZOLLA, M. Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção de autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. 306f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – PGDR, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre..

GOFFMAN, E. Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1980.

GUERRA, D. O papel da mulher na agricultura familiar. 2008. Disponível em: <http://www.jornalcontexto.com.br/opapel.htm>. Acesso em: 25/10/09

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação de Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos Científicos –LTC Ed.1989.

GUIMARÃES, M. D. ORNAS: Ocupações rurais não-agrícolas. ANAIS Oficina de atualização temática. Londrina Paraná. 2000

HAHN, M. Capital Social e Estratégias de Desenvolvimento Econômico na Microrregião de Itapiranga (SC). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas como requisito para obtenção do Título de Mestre em Agroecossistemas Florianópolis, agosto de 2005

Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), 1991. Disponível em: [www.ibam.org.br/publique/media/regime-caixa.pdf](http://www.ibam.org.br/publique/media/regime-caixa.pdf). Acesso em: Junho, 2009

Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA). Disponível em: [http://cepa.epagri.sc.gov.br/Informativos\\_agropecuarios/Carnes](http://cepa.epagri.sc.gov.br/Informativos_agropecuarios/Carnes). (2005). Acesso em: Maio, 2009

JUNGBLUTH, R. Documento histórico de Porto Novo São Miguel d'Oeste: Arco Íris, 2000.

LAMARCHE, H (Coord.) Agricultura Familiar: Comparação Internacional. Campinas/SP: Ed: UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, H. (coord.) *Agricultura Familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. Trad. Frédéric Bazin, 348 p. (Coleção Repertórios)

LISBOA, T. K. Gênero, e Etnia: Trajetória de vida de mulheres migrantes. Florianópolis: Ed, da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

MARGARIDA, O. G. Doação com reserva de usufruto: **Informe Notarial**. Número 22 - Janeiro e Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://www.margarida.org.br/inform>. Acesso: 24/09/09.

MELLO, M.A; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRE, M.L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. Agricultura São Paulo, SP. 2003.

MELO, Hildete P., Di SABBATO, Alberto. Mulheres rurais - invisíveis e mal remuneradas. In: MDA/PPIGRE/NEAD. **Gênero na agricultura Familiar e na reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Nead, 2006.

MENDONÇA, K. F C. RIBEIRO, Á. E. M. GALIZONI, F. M. Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha, MG. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

MIRA, M. A. F. B. A Sócio-demografia de Santa Catarina no Século XX. IN MELLO, O. F.; LINS, H. G.; PEREIRA, N. V. A Realidade Catarinense no século XX. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

MENASCHE, R. SCHMITZ, L, C. Agricultura de origem alemã, trabalho e vida: saberes e práticas em mudança em uma comunidade rural gaúcha. In: MENASCHE, R (Org). A agricultura familiar á mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MIOR, Luiz C. **Agricultores Familiares, Agroindústria e Território**: a dinâmica das redes de desenvolvimento rural no oeste catarinense. Tese de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas-Sociedade e Meio Ambiente; UFSC, Florianópolis, 2003.

MIOR, L, C. Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no estado de Santa Catarina (Brasil). IV Congresso Internacional de la Red SIAL. Argentina/ Mar Del Plat. 27 a 31 de out,2008.

NEVES, M. F. Estratégias para o Agronegócio Brasileiro. 2005 (mimeo).

PAPMA, F. **Contesting the Household Estate**: Southern Brazilian peasants and modern agriculture. Leiden, Holanda: Centre for Latin American Research and Documentation, 1992.

PAULILO, M, I, S. Produtor e agroindústrias: consensos e dissensos. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990

PAULINO, E.T. Terra e vida. A geografia dos camponeses no norte do Paraná. (2003). Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – São Paulo.

PLEIN, C. As Metamorfoses da Agricultura Familiar: O caso do Município de Iporã do Oeste, Santa Catarina Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2003

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. **A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 6. 1994.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV: 1993.

RENK, Arlene. **Sociodicéia às Avessas**. Editora Grifos. Chapecó, 2000.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e industrialização: *pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS. 1999.

SCHNEIDER, S. **A agricultura familiar em uma época de transformações**: a pluriatividade como estratégia familiar de reprodução social. Rio de Janeiro: XXXVII Congresso da SOBER, 2000.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre. UFRGS, 2003.

SCHNEIDER S.; GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, produção para autoconsumo e segurança alimentar**. In: BENTO CASARIL, K. B. P.; PLEIN, C. (Orgs.). Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar: contribuição ao debate brasileiro. Editora da UNIOESTE: Francisco Beltrão-PR, pp. 29-58, 165p., 2005.

SCHNEIDER, Sergio. A Diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre. Ed UFRGS. 2006

- SCHRADER, A. Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais. In: NEVES, C. E. B. SOBOTTKA, E. A. (Orgs): Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
- SEYFFERTH, G. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico.** Porto Alegre: Movimento, 1974.
- SEYFFERTH, G. As contradições da liberdade: análise das representações sobre identidade camponesa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, p. 72-96, 1992
- SILVA, G. J. **O Novo rural brasileiro.** Jaguariúna: Embrapa, v. 4, 2000.
- SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar.** Florianópolis: Brasília: Epagri: NEAD/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001a, 120p
- SILVESTRO, Milton. **Estratégias de Reprodução da Agricultura Familiar: O Caso do Oeste Catarinense.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Pós Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Rio de Janeiro, 1995.
- SINGER, P. A juventude como corte: uma geração em tempos de crise social: In: ABROMO, H.W; BRANCO, P.P.M (org). 2001.
- SORJ, B.; WILKINSON, J. Processos Sociais e Formas de Produção na Agricultura Brasileira. In: SORJ, B.; ALMEIDA (orgs). *Sociedade e Política no Brasil, pós-64.* São Paulo Brasiliense, 1980
- SPANVELLO, R, M. A situação das filhas na transmissão do patrimônio na agricultura familiar. Comunicação apresentada no **colóquio Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis de 25 a 28 de agosto de 2008.
- STRIEDER, R. **Produção agrícola integrada: A Emergência Humana do Trabalhador Agrícola.** São Miguel d'Oeste: Gráfica McLee Ltda., 2000.
- STROPASOLAS, V. M. O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC. Tese de Doutorado em Ciências Humanas na UFSC. 2002
- TEDESCO, João Carlos. **Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês.** Passo Fundo: EDIUPE, 1999.
- \_\_\_\_\_ Um Pequeno Grande Mundo: *A Família Italiana no Meio Rural.* Passo Fundo: EDIUPF, 2001.
- TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: (proposta para discussão).** Florianópolis: EPAGRI – Chapecó, 1996.
- TRIOLA, M.F. Introdução a estatística. Rio de Janeiro: LTC, 2005. 665p.
- UNIVATES/FETAG/RS. (2005). **Dinâmica populacional e sucessão na agricultura familiar no Vale do Taquari,** pesquisa de opinião pública. UNIVATES/FETAG/RS/MDA.

- VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- VIANA, A Terra de casamento. Trabalho apresentado á Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Curitiba. 1986
- ZORZI; A. Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf mulher em Ijuí- RS. Dissertação submetida ao programa de pós-graduação em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Sociologia. Porto Alegre. 2008
- WAIBEL, Leo. A Teoria de Von Thünen sobre a influência da distância do mercado relativamente à utilização de terra: sua aplicação a Costa Rica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, Ano 10, n. 1, jan./mar. 1948.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo, RS:EDIUPF, 1999.
- WANDERLEY, M.N.B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007
- WEISHEIMER; N. Os Jovens Agricultores e seus Projetos Profissionais: **Um estudo de caso do Bairro de Escadinhas, Feliz/RS**. Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia IFCH/ UFRGS como pré requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Sociologia. Porto Alegre, março 2004
- WOLF, E. R. Sociedades camponesas. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 150p.
- WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Negueia”. O Campesinato Como Ordem Moral. In: **Anuário Antropológico 87**. Ed. UNB e Tempo Brasileiro, 1990, p. 11-73.
- WOORTMANN, E. Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes no nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UNB, 1995.

## ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA -**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL

### **Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

**PROJETO: A INFLUÊNCIA DE FATORES FAMILIARES E CULTURAIS NO  
PROCESSO  
SUCESSÓRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

#### **Ficha de levantamento de dados das propriedades de agricultura familiar DADOS DO PRODUTOR**

Nome	Idade	Sexo	Estado Civil	Etnia	Religião

2) Procedência: ( ) natural do município ( ) de outro município ( ) de outro estado ( ) de outro país

3) Caso não seja natural do município: onde residia \_\_\_\_\_ b) Ano de efetivação no município: \_\_\_\_\_

4) Motivos que levaram a fixar residência neste município: \_\_\_\_\_

5) Quantos filhos tem: \_\_\_\_\_ 6) Quantos estão residindo na propriedade? \_\_\_\_\_

7) Composição da família (**Informar todos os componentes que estão na propriedade hoje**)

Parentesco	Idade	Escolaridade	Ocupação	Procedência

## ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ECONOMICA

8) Área total da propriedade

---

9) Como obteve as terras – área própria? (Indicar ao lado a quantidade em Hectares)

Situação	Quantidade de área
Situação	Quantidade de terra
<input type="checkbox"/> através de herança	.....
<input type="checkbox"/> as terras são de posse provisória	.....
<input type="checkbox"/> compra de parentes	.....
<input type="checkbox"/> por atribuição (colonização, etc)	.....
<input type="checkbox"/> compra de terceiros	.....
<input type="checkbox"/> outra	.....
<input type="checkbox"/> através de doação	.....

10) Assinalar quem foram os herdeiros:

- o marido herdou a terra de sua família
- ambos, o marido e a esposa, herdaram partes que compõem a propriedade
- a esposa herdou a terra de sua família
- outra

11) Idade e ano em que se tornou proprietário: Idade \_\_\_\_\_ Ano \_\_\_\_\_

12) Como aconteceu a distribuição de dos bens e propriedades entre os membros da família?

- todos os herdeiros, homens e mulheres, receberam uma parte igual da herança
- apenas os homens receberam uma parte da herança e as mulheres não receberam nada (igualitária para homens)
- apenas os homens receberam uma parte da herança e haverá uma compensação para as mulheres (igualitária para homens compensada)
- a partilha não foi igualitária e não houve compensação para os não-herdeiros (desigual não compensada)
- a partilha não foi igualitária mas houve um sistema de compensação para os não-herdeiros (desigual compensada)
- um sucessor foi designado pelo pai e recebeu a terra sem nenhuma compensação para os outros demais herdeiros (desigual não compensada com sucessão)
- Não houve herança

13) Há membros da família que trabalham em atividades não – agrícola(foras ou dentro da propriedade)?

a) Sim ( ) Total \_\_\_\_\_ Masculino Total \_\_\_\_\_ Feminino Total \_\_\_\_\_

b) Não ( )

14) Qual a principal razão que levou os membros da família a trabalhar nas atividades não-agrícolas? \_\_\_\_\_

15) Somando a renda total da família quanto é, aproximadamente, a renda total mensal? (Considere a renda de todos que moram na sua casa.)

( ) Até 1 salário mínimo ( ) De 1 a 2 salários mínimos ( ) De 2 a 5 salários mínimos ( ) De 5 a 10 salários mínimos ( ) De 10 a 30 salários mínimos ( ) De 30 a 50 salários

16) Houve investimento na propriedade: - ( ) Sim ( ) Não

. Se houve investimentos assinalar quais:

<b>Tipos de investimentos</b>	<b>Valor total gasto em R\$</b>
( ) Aquisição de terras	
( ) Aquisição de veículos (utilitários)	
( ) Aquisição de equipamentos ou máquinas	
( ) Aquisição de terreno na cidade	
( ) Construção e reforma da casa	
( ) Construção e reforma das benfeitorias da propriedade	
( ) Outros investimentos (especificar)	

17) Como tem observado a produção nos últimos anos: a. ( ) melhorou b. ( ) piorou c. ( ) continua a mesma d. ( ) varia muito Porque? \_\_\_\_\_

18) As três principais produtos agropecuário em ordem de importância para produção de renda para propriedade:

1 \_\_\_\_\_ 2 \_\_\_\_\_ 3 \_\_\_\_\_

### **AMBIENTE SOCIAL/CULTURAL**

19) Participação social da família na comunidade local e/ ou município

<b>Especificação</b>	<b>Participa</b>	
Associação comunitária de produtores e/ou agricultores	Sim ( )	Não ( )
Cooperativas (créditos, eletrificação, produção, etc.)	Sim ( )	Não ( )
Sindicato de trabalhadores /produtores rurais	Sim ( )	Não ( )
Associação de mulheres/clube de mães	Sim ( )	Não ( )
Associação vinculada à igreja (pastoral, canto, etc.)	Sim ( )	Não ( )
Clube de futebol, bocha .....; ligado ao lazer	Sim ( )	Não ( )
Grupo de jovens/ Grupo de dança	Sim ( )	Não ( )
Bailes e festas	Sim ( )	Não ( )
Outras	Sim ( )	Não ( )

20) A quem -a família recorre quando precisa de ajuda : Parentes ( ) Vizinhos ( ) Igreja ( ) Amigos ( ) Políticos ( ) Outros ( )

- 21) Como vê o relacionamento entre as pessoas da comunidade nos últimos anos?  
Melhorou ( ) continua o mesmo ( ) Houve mudanças ( ) Piorou ( )
- 22) Houve migração de pessoas da propriedade para meio urbano nos últimos anos :  
( ) Sim ( ) Não
- 23) Se houve, especificar por sexo e idade. a) Total homens \_\_\_\_\_ Total Mulher \_\_\_\_\_  
b) Faixa etária (**Total de pessoas**): De até 9 anos \_\_\_\_\_ De 10 a 19 \_\_\_\_\_ De 20 a 39 \_\_\_\_\_ De 40 a 59 \_\_\_\_\_ De 60 a mais \_\_\_\_\_

### ASPECTOS REFERENTES A MEIO RURAL E A PERSPECTIVA FUTURA NA VISÃO DOS AGRICULTORES

- 24) Em relação à época dos seus antepassados que trabalhavam na agricultura, você considera que o período atual: ( ) melhorou muito ( ) melhorou, em algumas coisas ( ) está pior do que antes, nada melhorou
- 25) A sua família têm perspectivas na agricultura e vê futuro nesta atividade: Sim ( ) Não ( ) ( ) Não sabe / não respondeu
- 26) Sua família gostaria que os filhos seguissem a profissão de agricultor: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe/ não respondeu
- 27) Existe algum membro da família (filho ou outro) que deseja permanecer e trabalhar em sua propriedade como sucessor ?  
( ) Sim ( ) Não ( ) Não sabe/ não respondeu .  
Porquê? \_\_\_\_\_
- 28) Quem foi ou será escolhido como sucessor da propriedade na sua opinião: ( ) Mais velho ( ) mais novo ( ) O mais estudado ( ) Menos estudado ( ) O que tem mais afinidade com a agricultura ( ) O que tem maior afinidade com os pais ( ) Ainda não foi escolhido ( ) Mais de um sucessor ( ) Não sabe se alguém ficará ( ) A propriedade será arrendada ( ) Ninguém ficará e não sabem o que fazer com a propriedade ( ) A propriedade será vendida
- 29) Quem participou ou participará da escolha do sucessor: ( ) Os pais ( ) Só os homens ( ) Toda família ( ) Outra resposta \_\_\_\_\_
- 30) Caso haja uma piora na renda e na agricultura de modo geral nos próximos anos, o que a família pensa em fazer?  
( ) continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe;  
( ) deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra;  
( ) buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade;  
( ) procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra;  
( ) Não sabe/ não respondeu
- 31) Qual é o grau de satisfação de sua família em relação ao meio rural e a atividade agrícola? ( ) Muito satisfeito ( ) Satisfeito ( ) Insatisfeito ( ) Não sabe/não respondeu
- 32) Alguém de sua família gostaria de mudar para a cidade: ( ) Sim ( ) Não ( ) Por que: \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL

**Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

**PROJETO: A INFLUÊNCIA DE FATORES FAMILIARES E CULTURAIS NO  
PROCESSO  
SUCESSÓRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Questionário direcionado ao jovem**

Nome	Idade	Sexo	Estudante	Escolaridade	Etnia	Religião
			Sim ( ) Não ( )			

2) Quem na comunidade é considerado como jovem? ( ) Pessoas com idade entre 13 e 25 anos não casados ( ) Pessoas com idade entre 13 e 25 anos independente de serem casados ou não ( ) 14 e 30 não casados ( ) 14 e 30 independente de serem casados ( ) Pessoas não casadas até 35 anos ( ) Outras

3) Você gosta de morar no meio rural? Sim ( ) ( ) Não Por quê? \_\_\_\_\_

4) O que poderia ser melhorado ou ser instituído no meio rural para melhor a condição de vida das pessoas que vivem neste local?

a) **Fator econômico:** ( ) Ter mais acesso ao mercado para comercializar seus produtos ( ) Melhorar assistência técnica ( ) Melhorar as formas de financiamento ( ) A família deveria ter melhor condição para investir mais infra estrutura da propriedade ( ) Ter maior assistência quando da perda da produção provocada por fenômenos climáticos. ( ) Outras

b) **Fator social:** ( ) Investir em lazer ( ) Investir educação ( ) melhorar a pavimentação de acesso ao meio rural ( ) Ter mais acesso a meios de comunicação (rede telefônica, internet, antena de celular, ( ) Outras

5) Que motivos levariam você sair do meio rural: ( ) Baixa rentabilidade na atividade agropecuária ( ) melhor condição de trabalho ( ) estudar ( ) Ter mais autonomia nas decisões, sem imposição dos pais ( ) Não gosta da atividade agrícola ( ) Terra insuficiente para sustentar toda família ( ) Outros \_\_\_\_\_

6) Seus pais o que pensam da possível saída dos filhos do meio rural? ( ) Concordam e incentivam ( ) Aceitam mais não incentivam ( ) Pai concorda a mãe não ( ) A mãe concorda o pai não ( ) Nenhum dos dois concorda ( ) Não interferem na decisão dos filhos ( ) Outras \_\_\_\_\_

7) Na sua opinião o que leva o jovem migrar para meio urbano? ( ) Melhor renda ( ) melhor condição de trabalho ( ) estudar ( ) ajudar a família financeiramente ( ) Não ver perspectiva futura no meio rural ( ) Melhor condição de lazer ( ) Por não concordar com as idéias dos pais referente a seu futuro, ou da propriedade ( ) Outras \_\_\_\_\_

8) Existe alguma atividade voltada para os jovens (entidades ou associação)? Sim ( )  
( ) Não a) Qual? \_\_\_\_\_

9) Você participa dela? Sim ( ) ( ) Não Por quê? \_\_\_\_\_

10) Você tem percebido algum investimento que o governo tem realizado no meio rural? Sim ( ) Não ( ) Qual? \_\_\_\_\_

11) Você conhece alguma política pública do governo voltada especificamente para o jovem do campo? Não ( ) Sim ( )  
Qual? \_\_\_\_\_

12) Você pretende trabalhar em qual atividade : ( ) Agropecuário na propriedade dos pais ( ) Na propriedade de terceiros ( ) Indústria de suínos ( ) Indústria de aves ( ) Comercio ( ) Indústria de grãos ( ) Repartição pública ( ) Outras \_\_\_\_\_

13) Quais suas perspectivas futuras em termos profissionais: ( ) Continuar na agropecuária ( ) Trabalhar numa industria ( ) Ter meu próprio negocio ( ) Ainda não decidi ( ) Outras \_\_\_\_\_

14) Quais as dificuldades que você encontra de se inserir no mercado de trabalho?  
\_\_\_\_\_

15) Para você no campo, o jovem tem oportunidades de trabalho que pode garantir seu futuro seguro e tranquilo? Sim ( ) Não ( ) Por que  
\_\_\_\_\_

16) Você se envolve nos projetos que são realizados no município por grupos de profissionais que se preocupam com a melhoria e qualidade de vida da comunidade? Sim ( ) Não ( )  
Por quê? \_\_\_\_\_  
Qual? \_\_\_\_\_  
\_Como? \_\_\_\_\_  
—

17) Qual a sua opinião sobre esses projetos: ( ) importantes ( ) Não trazem grandes mudanças ( ) Deveriam ser revistos ( ) Outra  
Eles oferecem oportunidade de emprego, de aprendizagem, de melhoria para a comunidade? Sim ( ) Não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_

18) Você gosta de trabalhar na agricultura? Sim ( ) Não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_

19) Como seu trabalho é visto pelos seus pais: ( ) Ajuda ( ) Obrigação sua ( ) Ganha dinheiro quando sai ou precisa comprar alguma coisa ( ) Tenho salário fixo por mês ( ) Outras \_\_\_\_\_

20) Por que você estuda? \_\_\_\_\_

21) Até quando você pretende estudar? ( ) Terminar segundo grau ( ) Fazer faculdade  
( ) Fazer pós graduação ( ) Não sabe

22) Caso você ou seus irmão tenham parado de estudar : Com que idade parou de estudar \_\_\_\_ Porque: ( ) Por determinação dos pais ( ) Trabalhar na propriedade ( ) O colégio ficava muito longe ( ) Não gostou de estudar ( ) Outros \_\_\_\_\_

23) Você acredita que os estudos podem garantir um futuro melhor para sua vida futura? Sim ( ) Não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_

24) Quais os seus projetos (sonhos, ideais, perspectivas, planos, expectativas) para o futuro? \_\_\_\_\_  
—

25) Quais as dificuldades que você encontra para realizar seus projetos futuros?  
\_\_\_\_\_

26) O meio rural oferece condições para você construir seus projetos futuros? Sim ( ) Não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_

27) Você idealiza construir seus projetos de vida para o futuro fora no meio rural? Sim ( ) Não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_

28) Qual a idade que muitos jovens migram para meio urbano? ( ) 14 a 20 anos ( ) 21 a 30 anos ( ) 31 a 40 anos ( ) Outras \_\_\_\_\_

29) Quem migra mais pessoas do sexo: ( ) masculino ( ) feminino Porque \_\_\_\_\_

30) Seus pais conversam com você sobre o futuro na propriedade: Sim ( ) Não ( )

31) Como acha que será a divisão de herança?

( ) todos os herdeiros, receberam uma parte igual da herança

( ) apenas os homens receberam uma parte da herança e as mulheres não receberam nada

( ) apenas os homens receberam uma parte da herança e haverá uma compensação para as mulheres

( ) a partilha não será igualitária e não houve compensação para os não-herdeiros)

( ) a partilha não será igualitária mas houve um sistema de compensação para os não-herdeiros

( ) um sucessor será designado pelo pai e receberá a terra sem nenhuma compensação para os outros demais herdeiros

( ) Não houve herança

32) Quem será indicado para assumir a propriedade? ( ) Mais velho sexo masculino ( )

( ) mais novo do sexo masculino ( ) Mais velho sexo feminino ( ) mais novo do sexo

feminino ( ) O mais estudado ( ) Menos estudado ( ) O que tem mais afinidade com

a agricultura ( ) O que tem maior afinidade com os pais ( ) Ainda não foi escolhido ( ) Mais de um sucessor

33) Você acha que o direito a propriedade é um incentivo para jovem construir seus projetos de vida no meio rural: Sim ( ) Não ( )

34) Você pretende continuar trabalhando na propriedade? Sim ( ) Não ( ) Por quê? \_\_\_\_\_  
—

36) Se fazem esses planos são: ( ) Para permanência no meio rural trabalhando na agropecuária ( ) Para permanência no meio rural trabalhando em indústria no meio urbano ( ) Ir embora para meio urbano

37) Você concorda com esses planos? Sim ( ) Não ( )

38) Quando falamos sobre modernidade, o que você pensa \_\_\_\_\_

39) No campo que pode ser exemplo de modernidade? \_\_\_\_\_